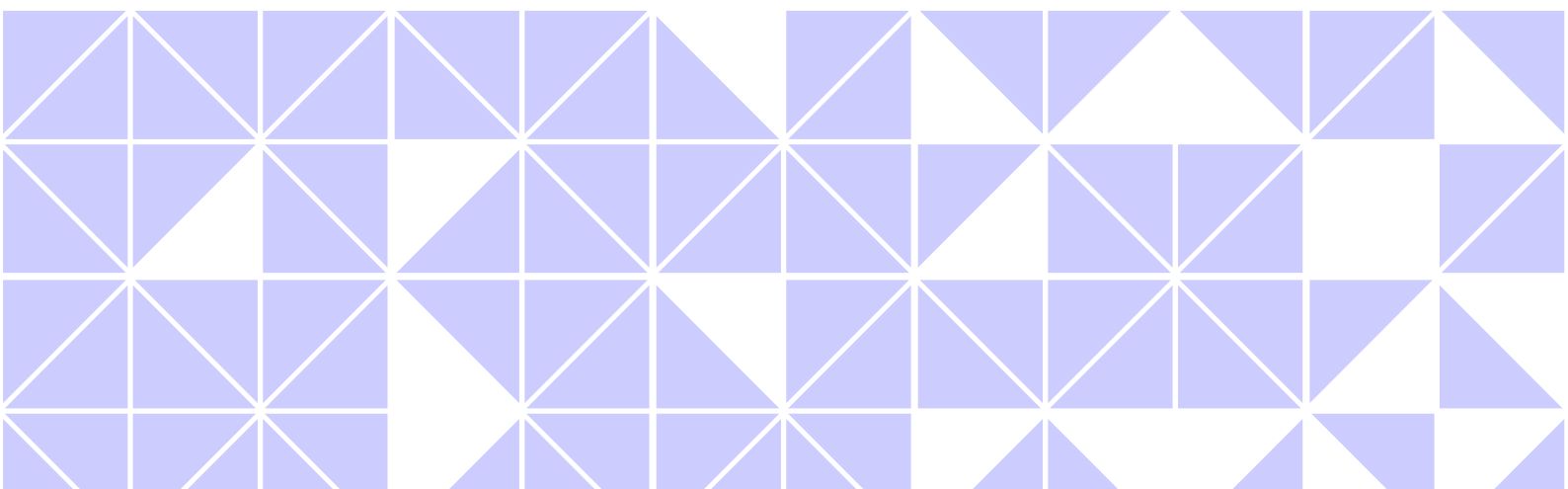


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

Relatório de Gestão do Exercício de 2012





MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social



Relatório de Gestão do Exercício de 2012

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Resoluções TCU nº 234/2010 e 244/2011, das Decisões Normativas TCU nº 119/2012 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília, 28 de março de 2013

ABREVIACÕES E SIGLAS

APL – Arranjos Produtivos Locais
CATIS – Centro de Acesso a Tecnologias Sociais
CGAP – Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGSA – Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional
CGU – Controladoria-Geral da União
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CVT – Centro Vocacional Tecnológico
DEARE – Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social
DEPDI – Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
DN – Decisão Normativa
ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos
GTPC – Grupo de Trabalho de Análise Técnica para Prestação de Contas
IFET – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada
IN – Instrução Normativa
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação
OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
ONG – Organização não Governamental
PACTI – Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação
Port. – Portaria
RG – Relatório de Gestão
SBM – Sociedade Brasileira de Matemática
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECIS – Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
SEXEC – Secretaria Executiva
SICONV – Sistema de Gestão dos Convênios e Contratos de Repasse
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 – Identificação da UJ
- 1.2 - Finalidades e Competências Institucionais da Unidade
- 1.3 - Organograma Funcional
- 1.4 – Macroprocessos Finalísticos
- 1.5 – Macroprocessos de Apoio
- 1.6 – Principais Parceiros

2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS, E DE AÇÕES

- 2.1 – Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada
- 2.2 – Estrutura de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos
- 2.3 - Execução do Plano de Metas ou Ações
- 2.4 - Indicadores

3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

- 3.1 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos
- 3.2 – Sistema de Correição
- 3.3 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria Nº 1043/2007 da CGU

4 – PROGRAMA E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

- 4.1 – Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.1 - Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.2 - Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.3 - Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.4 - Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.5 - Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado de Responsabilidade da UJ
 - 4.1.6 - Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ
- 4.2 - Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa
 - 4.2.1 - Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ
 - 4.2.2 - Programação de Despesas
 - 4.2.2.1 - Programação de Despesas Correntes
 - 4.2.2.2 - Programação de Despesa de Capital
 - 4.2.2.3 - Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
 - 4.2.2.4 - Análise Crítica
 - 4.2.3 - Movimentação de Créditos Interna e Externa
 - 4.2.4 - Execução Orçamentária da Despesa
 - 4.2.4.1 - Execução da Despesa com Créditos Originários
 - 4.2.4.1.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários
 - 4.2.4.1.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários
 - 4.2.4.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

- 4.2.4.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- 4.2.4.2.2 - Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- 4.2.4.2.3 - Análise Crítica

5 - TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 - Reconhecimento de Passivos

5.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

5.1.2 – Análise Crítica

5.2 - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.2 – Análise Crítica

5.3 – Transferências de Recursos

5.3.1 - Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

5.3.2 - Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

5.3.3 - Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

5.3.4 - Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

5.3.5 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

5.3.6 – Análise Crítica

5.4 – Suprimento de Fundos

5.4.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 – Suprimento de Fundos – Visão Geral

5.4.1.2 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

5.4.1.3 – Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

5.4.1.4 - Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.11 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

5.4.1.5 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

5.4.1.6 – Análise Crítica

5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.1 - Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

5.5.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

5.5.4 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

5.5.5 - Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

5.5.6 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

5.5.7 - Comunicações à RFB

5.5.8 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

5.5.9 - Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

5.5.10 - Fiscalizações Realizadas pela RFB

6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 – Composição do quadro de Servidores Ativos

6.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

6.1.1.1 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

- 6.1.2 - Qualificação da Força de Trabalho
 - 6.1.2.1 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade
 - 6.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade
- 6.1.3 - Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada
- 6.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas
 - 6.1.4.1 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria
 - 6.1.4.2 - Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada
- 6.1.5 - Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
- 6.1.6 - Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
- 6.1.7 - Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação
 - 6.1.7.1 - Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC
 - 6.1.7.2 - Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
 - 6.1.7.3 - Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos
- 6.1.8 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos
- 6.2 – Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários
 - 6.2.1 - Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
 - 6.2.2 - Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público
 - 6.2.3 - Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
 - 6.2.4 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada
 - 6.2.5 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
 - 6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

- 7.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros
- 7.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário
 - 7.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial
 - 7.2.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros
 - 7.2.3 - Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

8 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

- 8.1 - Gestão da Tecnologia da Informação (TI)
- 8.2 - Análise Crítica

9 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

- 9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- 9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

10 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

- 10.1 - Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício
 - 10.1.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

- 10.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 10.1.3 - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício
- 10.1.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 10.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93
- 10.3.1 - Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93
- 1.1.1.1 - Análise Crítica
- 10.4 - Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV
- 10.4.1 - Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 11.1 - Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
- 11.1.1 - Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos
- 11.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
- 11.2.1 - Declaração Plena
- 11.2.2 - Declaração com Ressalva

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

- 12.1 – Outras informações consideradas relevantes pela UJ

13 - INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

- 13.1 - Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

14 - INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA

- 14.1 - Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada
- 14.2 - Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados
- 14.3 - Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados
- 14.4 - Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem como missão institucional promover a inclusão social por meio de ações que melhorem a qualidade de vida, estimulem a geração de emprego e renda e conduzam ao desenvolvimento sustentável do país, tendo por base a difusão de conhecimento científico e tecnológico. Isso se traduz numa diversidade de programas nas áreas de difusão e popularização da ciência, de fomento a tecnologias sociais e assistivas, de inclusão digital e de apoio à inovação e extensão tecnológica para o desenvolvimento social.

Em 15 de dezembro de 2011, o MCTI aprovou a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012-2015, que representa uma nova fase do processo de fortalecimento da base científica nacional e de capacitação tecnológica do setor produtivo, visando preparar o País para os desafios que se colocam ao seu desenvolvimento neste início de século. A ENCTI elege programas prioritários que envolvem as cadeias mais importantes para impulsionar a economia brasileira e define estratégias de consecução, metas e estimativas de financiamento. Ela ratifica o papel indispensável da inovação no esforço de desenvolvimento sustentável do País, com ênfase na geração e apropriação do conhecimento científico necessário à construção de uma sociedade justa e solidária e de uma economia crescentemente integrada, produtiva e competitiva.

Nesse contexto, a SECIS, considerando as prioridades e desafios estabelecidos pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), e pelo Plano Plurianual (PPA), especialmente no que se refere à Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, apresenta um conjunto de ações voltadas à promoção social que visam contribuir para o fortalecimento das políticas nacionais para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Em consonância com as prioridades definidas na ENCTI, a SECIS atua em dois grandes programas prioritários, a saber: “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social” e “Tecnologias da Informação e Comunicação”. O primeiro articula quatro grandes vertentes: “Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências”, “Inclusão Social e Produtiva”, “Tecnologias Assistivas” e “Tecnologias para Cidades Sustentáveis”. Somam-se a essas vertentes a área de Segurança Alimentar e Nutricional. No que se refere ao segundo programa, a SECIS desenvolve ações para a “Inclusão Digital”.

Neste sentido, a SECIS atua com foco no que se convencionou denominar Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), buscando identificar e construir em conjunto com as populações interessadas e a comunidade acadêmica soluções sustentáveis para os problemas sociais mais prementes que afligem a parcela da população que ainda não tem acesso aos recursos científicos-tecnológicos e a riqueza gerada com o desenvolvimento econômico.

O ponto de articulação entre as ações da SECIS/MCTI para o desenvolvimento social é a democratização do acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos. Desta forma, apresentamos um conjunto de Programas Estruturantes e Projetos Prioritários que visam atender aos desafios identificados pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). Os Programas Estruturantes estão organizados da seguinte forma:

- Programa I: Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências
- Programa II: Inclusão Produtiva e Social – Centro Vocacional Tecnológico
- Programa III: Tecnologias Assistivas – Plano Viver sem Limite
- Programa IV: Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa V: Tecnologias para Cidades Sustentáveis
- Programa VI: Inclusão Digital

Dentro desses seis programas estruturantes organizou-se um conjunto de projetos prioritários que visam fortalecer as ações desenvolvidas pela SECIS junto à população e que,

em conjunto com os demais órgãos governamentais, os movimentos sociais e a sociedade civil, apontem novas estratégias de desenvolvimento social para o país, alicerçadas na Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SECIS tem papel estratégico na apropriação do conhecimento científico pela sociedade e a sua atuação exerce papel importante para o desenvolvimento sustentável do país. Para além da distribuição de renda promovida por programas como o Bolsa Família e o acesso à formação profissional com Programas como o Pronatec, a apropriação de novas tecnologias por meio da popularização e difusão da ciência e tecnologia, da extensão tecnológica, do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, o desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais e o desenvolvimento de pesquisa aplicada em Segurança Alimentar e Nutricional e Cidades Sustentáveis, e a promoção de inclusão digital, por meio do desenvolvimento de conteúdos digitais e soluções de governo eletrônico, são instrumentos indispensáveis para a promoção da inclusão social.

O presente relatório tem o objetivo de apresentar as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2012, prestando contas à sociedade e atendendo às disposições contidas na Instrução Normativa TCU Nº 63/2010, nas Decisões Normativas TCU Nº 119/2012 e 121/2012 e na Portaria TCU Nº 150/2012.

Este relatório está estruturado em 14 tópicos, que se iniciam com a identificação da Unidade Jurisdicionada e, na sequência, são abordadas a finalidade, as competências, os macroprocessos da Secretaria; as informações sobre os programas e as ações de responsabilidade da UJ; a execução física, orçamentária e financeira; a gestão de pessoas; e as deliberações dos órgãos de controle.

Cabe registrar que a UJ não realiza licitações. Essa atividade é executada de forma centralizada pela SPOA no âmbito do MCTI. Também não atua na gestão de bens imóveis de uso especial de propriedade da União, nem na área de gestão de TI do MCTI, atividade também a cargo da SPOA. Cartões de pagamento do governo federal também não são utilizados pela UJ. Sobre renúncias tributárias sob a Gestão da UJ, não existe previsão legal. As demonstrações contábeis previstas nas Leis nº. 4.320/64 e nº. 6.404/76, não se aplicam à UJ. Quanto aos itens de composição acionária, informações sobre o fundo partidário, evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento, indicadores de desempenho das IFES, análise da situação econômica e financeira, remuneração paga aos administradores e ativos imobiliários também não se aplicam à UJ. A SECIS não tem sob sua responsabilidade a supervisão de contratos de gestão.

Finalizamos este Relatório de Gestão com a incorporação do relatório apresentado pela Caixa Econômica Federal, que operacionaliza contratos de repasse atuando como co-executora no Programa de Inclusão Digital.

1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1- Identificação da UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			Código SIORG: 1988
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social			
Denominação abreviada: SECIS			
Código SIORG: 75229	Código LOA: 24101		Código SIAFI: 240118
Situação Operacional: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade Econômica: Administração Pública			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2033.8009	(061) 2033.7605	(061) 2033.8541
Endereço eletrônico: secis@mct.gov.br / casecis@mct.gov.br			
Página da Internet: http://www.mcti.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco “E”, 2º Andar, CEP 70067-900 - Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Lei n.º 10.683, de 28.05.2003; Decreto n.º 5.314, de 17.12.2004, revogado pelo Decreto n.º 5.365, de 03.02.2005, revogado pelo Decreto n.º 5.886, de 06.09.2006, alterada pelo Decreto nº 7513, publicado no D.O.U. de 01 de julho de 2011			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno - Portaria MCT n.º 752, de 03.10.2006, publicada no D.O.U. de 05.10.2006, Seção 1, pág. 13			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
1. Portaria Nº 002, de 16 de janeiro de 2012 – Dispõe sobre o banco de projetos selecionados no âmbito dos processos de chamamento público realizados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e não apoiados em 2011. 2. Portaria Nº 003, de 18 de janeiro de 2012 – Suspender a eficácia do art. 3º da Portaria Nº 76, de 29 de novembro de 2011 pelo prazo de 40 dias corridos. 3. Portaria Nº 004, de 17 de janeiro de 2012 – Tornar público o diagrama 2 do Macrofluxo da Secretaria de C&T para Inclusão Social – SECIS por meio do Boletim de Serviço e do sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI 4. Portaria Nº 008, de 31 de janeiro de 2012 - Torna pública a composição do Banco de Projetos selecionados no âmbito dos Programas 2400020110007, 2400020110010, 2400020110011 e 2400020110012. 5. Portaria Nº 009, de 2 de fevereiro de 2012 - Aprova, na forma do Anexo a esta Portaria, o Manual do Proponente, com o objetivo de orientar a elaboração, apresentação e acompanhamento de projetos apoiados por meio de convênios, termos de parceria e termos de cooperação no âmbito dos programas e ações sob responsabilidade da SECIS. 6. Portaria Nº 012, de 15 de fevereiro de 2012 – Altera a composição do Grupo de Trabalho de que trata a Portaria SECIS 028, de 20 de setembro de 2011, com o objetivo de elaborar proposta para criação de um banco de peritos. 7. Portaria Nº 022, de 4 de abril de 2012 – Estabelece percentuais de contrapartida em propostas de projetos apresentados à Secretaria de C&T para Inclusão Social, por entidades privadas sem fins lucrativos, a serem executados por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, com recursos alocados no Orçamento Geral da União, no Exercício de 2012. 8. Portaria Nº 027, de 21 de maio de 2012 – Aprova o Documento de Referência para apresentação de Projetos de Tecnologias Social e Assistiva, junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. 9. Portaria Nº 029, de 13 de junho de 2012 - Constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de revisar a análise da proposta de convênio nº 54056/2011, apresentada pela Prefeitura Municipal de São Luís do Maranhão, para apoio ao projeto São Luís Digital, habilitado e selecionado no âmbito do Chamamento Público do Programa 2400020110011 - Programa de Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos de Inclusão Digital. 10. Portaria Nº 030, de 13 de junho de 2012 – Designa os servidores, para, sob a Coordenação do primeiro, constituírem Comissão Especial de Habilitação e Seleção, com a finalidade de conduzir o processo de acompanhamento da Chamada Pública de Habilitação e Seleção de projetos de Núcleos de Tecnologia Assistiva, visando à formalização de convênios e congêneres com os selecionados, de acordo com as limitações orçamentárias e financeiras da Secretaria.			

11. Portaria Nº 034, de 21 de junho de 2012 – Aprova o Documento de Referência para Apresentação, Habilitação e Seleção de Projetos de Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos, junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
12. Portaria Nº 035, de 26 de junho de 2012 – Institui Grupo de Trabalho de Análise Técnica para Prestação de Contas (GTPC).
13. Portaria Nº 036, de 26 de junho de 2012 – Designa o Coordenador do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCT” (BRA/IICA/08/001).
14. Portaria Nº 037, de 27 de junho de 2012 – Aprova o Documento de referência para Apresentação de Propostas no âmbito da Ação 1E13 - Apoio a espaços públicos de inclusão digital, cuja gestão está sob responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
15. Portaria Nº 038, de 27 de junho de 2012 – Dá nova redação ao art. 1º da Portaria SECIS/MCTI nº 8, de janeiro de 2012.
16. Portaria Nº 039, de 28 de junho de 2012 – Torna público o resultado preliminar das instituições selecionadas para estabelecer Núcleos de Tecnologia Assistiva que doravante comporão a rede de pesquisa e desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, instituído pelo Decreto Nº 7.612/2011.
17. Portaria Nº 065, de 6 de julho de 2012 –Torna público o resultado final das propostas selecionadas, apresentadas pelas instituições conforme a ordem de classificação, no âmbito da ação 8976 – Apoio a projetos de Tecnologia Social e Assistiva.
18. Portaria Nº 074, de 11 de julho 2012 – Designa servidores para constituírem Comissão Especial de Habilitação e Seleção, com a finalidade de conduzir o processo de acompanhamento da Chamada Pública de Habilitação e de Seleção de projetos Apoio à Implantação e à Modernização dos Centros Vocacionais Tecnológicos, visando à formalização de convênios e congêneres com os selecionados, de acordo com as limitações orçamentárias e financeiras da Secretaria.
19. Portaria Nº 075, de 11 de julho 2012 – Retifica os resultados preliminar e final do Chamamento Público para constituição de Núcleos de Tecnologia Assistiva.
20. Portaria Nº 076, de 12 de julho 2012 – Designa servidores para constituírem Comissão Especial de Habilitação e Seleção, com a finalidade de conduzir o processo de acompanhamento da Chamada Pública de Habilitação e Seleção de projetos referentes à Ação 1E13 - Apoio a espaços públicos de inclusão digital, visando à formalização de convênios e congêneres com os selecionados, de acordo com as limitações orçamentárias e financeiras da Secretaria.
21. Portaria Nº 086, de 17 de julho 2012 – Aprova o Documento de Referência para Apresentação, de Proposta no âmbito da Ação 6492 - Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital, cuja gestão está sob responsabilidade da Secretária de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
22. Portaria Nº 087, de 17 de julho 2012 – Aprova o Documento de Referência para Apresentação, de Proposta no âmbito da Ação 8976 - Programa de Apoio a Projetos Tecnologias Social e Assistiva, cuja gestão está sob responsabilidade da Secretária de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
23. Portaria Nº 116, de 26 de setembro 2012 – Institui Comissão Especial de Seleção de Pessoal no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/001.
24. Portaria Nº 118, de 1º de outubro 2012 – Nomeia os membros da Comissão Organizadora da Semana Nacional de C&T em Brasília, a ser realizada no período de 16 a 21 de outubro de 2012, na cidade de Brasília, Distrito Federal.
25. Portaria Nº 122, de 3 de outubro 2012 – Instituir Grupo de Trabalho de Análise Técnica das propostas referentes à criação dos Núcleos de Tecnologia Assistiva selecionadas no âmbito do Chamamento Público promovido pela SECIS em 2012, consoante o Documento de Referência da ação governamental: Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva, de que trata o Plano Viver Sem Limites, instituído pelo Decreto nº 7612, de 17 de novembro de 2012.
26. Portaria Nº 130, de 11 de outubro 2012 – Designa servidora, Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social deste Ministério, para exercer a função de Coordenadora do Projeto de "Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCTI (BRA/IICA/08/001)", referente ao Ato Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios, Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para a Inclusão Social mediante a popularização e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos.
27. Portaria Nº 132, de 22 de outubro 2012 – Altera o art. 1º da Portaria SECIS nº 35, de 26.06.2012, que institui Grupo de Trabalho de Análise Técnica para Prestação de Contas (GTPC).
28. Portaria Nº 134, de 23 de outubro 2012 – Institui Comissão Especial de Seleção de Pessoal no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/001.
29. Portaria Nº 135, de 31 de outubro 2012 – Institui Comissão Especial de Seleção de Pessoal no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/001.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
240118	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240118	00001

1.2 - Finalidades e Competências Institucionais da Unidade

A SECIS foi criada pelo Decreto 4.724/2003 com a missão de promover a aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico em prol da resolução participativa de problemas sociais em conjunto com as populações historicamente excluídas do processo de produção de bens e da riqueza nacional. Assim, a SECIS apresenta duas principais vertentes: produção de ciências, tecnologias e inovações que impactem diretamente populações socialmente vulneráveis ou economicamente excluídas; e a difusão dessas tecnologias. Ainda de acordo com o Decreto de criação são competências da SECIS:

I - Propor, em articulação com outros órgãos públicos, políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, especialmente da Amazônia e do Nordeste, e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes no meio rural e urbano;

II - Elaborar programas destinados à apropriação dos conhecimentos científicos nas escolas e à aplicação de tecnologias adaptadas ao meio rural e urbano, visando ao desenvolvimento social e à difusão do conhecimento;

III - Supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das entidades vinculadas, visando à implementação de projetos articulados e necessários ao desenvolvimento do País, em atendimento às demandas municipais, estaduais, de instituições de ensino superior e de pesquisas científica e tecnológica;

IV - Articular com órgãos e entidades, públicos e privados, para o desenvolvimento de ações e programas, no âmbito de sua área de competência;

V - Empreender a articulação do Ministério com outras entidades nos diversos níveis de governo e com entidades representativas do empresariado, com vistas a apropriação pelas instituições de ensino em geral de conhecimentos científicos, bem como de tecnologias por parte dos segmentos produtivos, desenvolvendo estratégias conjuntas que atendam às demandas sociais de conhecimento científico e tecnológico da sociedade; e

VI - Acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades na área de sua competência.

A Coordenação Geral de P&D da Segurança Alimentar e Nutricional – CGSA foi criada pelo Decreto Presidencial nº5.314, de 17 de dezembro de 2004, no âmbito desta Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS.

A meta no PPA 2012-2015 da CGSA é fortalecer as ações de inclusão social e redução das desigualdades regionais por meio do apoio a projetos e ações de pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI pretende-se apoiar o desafio de contribuir para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais. Portanto, está alinhada aos objetivos da SECIS.

A C&T como instrumento de promoção do desenvolvimento social tem como base ações e programas voltados para o desenvolvimento e a reaplicação de tecnologias sociais e promoção de atividades de extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social. Deste modo, entende-se a SAN como uma política de C&T para inclusão social que envolve ações e conquistas de direitos humanos, no caso o DHAA. Na prática, busca a melhoria da qualidade de vida das pessoas, famílias, comunidades mais vulneráveis, empoderando-as e contribuindo para a redução da insegurança alimentar e nutricional.

No ano de 2006, o Decreto 5.886/2006 modificou o rol das atribuições da SECIS incluindo, além das competências acima listadas, a incumbência de “subsidiar a formulação e a implementação de políticas de ciência e tecnologia voltadas para programas e ações destinadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais, de cadeias produtivas regionais, de tecnologias apropriadas e de segurança alimentar e nutricional visando a inclusão social e a redução das desigualdades regionais.”

Os departamentos da SECIS são: o Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social – DEARE que tem por finalidade subsidiar a formulação e implementação de políticas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento e à difusão de arranjos produtivos locais de cadeias produtivas regionais e de tecnologias apropriadas, considerando as condições sociais, econômicas, culturais e ambientais e regionais das comunidades a que se destinam; e o Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia – DEPDI, que tem por finalidade subsidiar a formulação e a implementação de políticas, programas e a definição de estratégias para a popularização e para a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, nas diversas instâncias sociais e nas instituições de ensino.

Em 2011, iniciou-se uma tentativa de revisão do Regimento Interno da SECIS/MCTI, entretanto, o trabalho não foi concluído. Para 2013, torna-se imprescindível a atualização e a publicação de um novo Regimento Interno, bem como novo organograma compatível com a nova realidade da Secretaria.

1.3 - Organograma Funcional

A SECIS/MCTI está organizada em dois departamentos: o Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia (DEPDI) e o Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social (DEARE); duas Coordenações-Gerais: a Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional (CGSA) e a Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social (CGAP); e pelo Serviço de Apoio Administrativo.

Áreas	Objetivo
Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social – DEARE	Desenvolver, articular, implementar e apoiar políticas, programas e ações de cunho tecnológico, com vistas à inclusão produtiva e social que compreendam: extensão tecnológica, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sociais e assistivas, serviços e conteúdos digitais, soluções tecnológicas para cidades sustentáveis, com foco no desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia – DEPDI	Subsidiar a formulação e executar políticas públicas, com vistas à popularização, difusão e apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos pela sociedade e a melhoria da educação científica.
Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da	Apoiar programas e ações destinados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados à aplicação de tecnologias sociais em segurança alimentar e nutricional, respeitando os saberes tradicionais e as vocações

Segurança Alimentar e Nutricional – CGSA	locais. Estimular a difusão, o acesso à informação e à produção do conhecimento na área, apoiando a interação entre Academia, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Comunidades vulneráveis à segurança alimentar e nutricional.
Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social – CGAP	Coordenar, implementar e promover metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas, projetos e atividades sob responsabilidade da SECIS/MCTI, propondo medidas para a correção de distorções e para o seu aperfeiçoamento, em articulação com as unidades técnicas da Secretaria e das demais unidades do MCTI. Acompanhamento, fiscalização de projetos e prestação de contas.
Serviço de Apoio Administrativo	Ao Serviço de Apoio Administrativo compete receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos; requisitar, receber e distribuir material de consumo, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da Secretaria; solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais; providenciar a concessão de diárias e passagens aos servidores da Secretaria; e controlar e executar trabalhos de digitação.

As atribuições descritas no quadro acima refletem as ações atuais da Secretaria que se encontram ampliadas daquelas descritas no Regimento Interno vigente, Portaria MCT nº 752, de 03.10.2006.

1.4 - Macroprocessos Finalísticos

A SECIS atua para que o conhecimento científico seja apropriado pela sociedade, com foco na inclusão social, no incremento da renda e à melhoria da qualidade de vida da população. Atua pela disseminação de novos conhecimentos, novas tecnologias e métodos, com vistas a ampliar o acesso à população a novos bens e serviços, e que gerem melhorias concretas para a coletividade.

A SECIS apresenta um conjunto de políticas e programas, organizados e articulados em projetos estruturantes, executados diretamente ou em parceria com demais órgãos governamentais, movimentos sociais e sociedade civil, construindo novas estratégias de desenvolvimento social para o país, alicerçadas na Ciência, Tecnologia e Inovação.

Para atingir estes objetivos, a Secretaria conta com a seguinte estrutura formal na área finalística: a Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional (CGSA); o Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia (DEPDI) e o Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social (DEARE).

Abaixo, destacamos as principais atividades da CGSA em 2012:

1) Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional. O MCTI, o CONSEA e o MDS realizaram de 4 a 6 de dezembro de 2012 o Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional com o apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Universidade de Brasília/Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição. Os objetivos foram: (a) Deflagrar as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores em SAN; (b) Discutir uma proposta de agenda de pesquisa em SAN; (c) Problematicar os desafios do financiamento e organização da SAN enquanto área complexa do conhecimento; (d) Promover o diálogo conhecimento-ação-política e a gestão do conhecimento em SAN. Este seminário contou com a participação de cerca de 100 colaboradores no tema, entre eles pesquisadores, gestores públicos e conselheiros dos Conseas estaduais e nacional. Pela primeira vez SECIS, CNPq e Finep reuniram-se para discutir a temática da SAN. Reforçou-se a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino nesta área. Dentre os resultados do seminário, destacam-se a

organização dos pesquisadores da área, a criação de uma comissão pró-rede (rede nacional de pesquisadores em SAN), e a construção de uma proposta preliminar de agenda de pesquisa em SAN a ser colocada em consulta pública. Foi proposta ainda ao CNPq a criação de comitês avaliativos interdisciplinares permanentes e de novas áreas de conhecimento, além de sugestões para a constituição de Centros Vocacionais Tecnológicos em SAN.

2) Articulação para formação da Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Extensão em SAN: Parceria com MEC/Sesu para edital com linhas temáticas em Segurança Alimentar e Nutricional da SECIS, especialmente incluindo a seleção de Núcleos de Pesquisa, Desenvolvimento e Extensão em SAN para formação da Rede Nacional.

3) Articulação com MDS/SESAN: Construção conjunta de edital para Centro Vocacional Tecnológico em SAN visando promover a extensão na área, contribuindo para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

4) Aprovação do Programa de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais e Educação em Segurança Alimentar e Nutricional para ações em rede no âmbito dos países da UNASUL. Aos moldes do Centro de Tecnologias Sociais e Educação em Segurança Alimentar e Nutricional (CTECSAN) Josué de Castro, da Universidade Federal do Paraná, o programa pretende contribuir com ações de caráter estruturante para a resiliência a desastres socioambientais na área de SAN na região da Unasul. Sua ênfase especial está no apoio ao desenvolvimento de extensão, pesquisa aplicada e tecnologias sociais para a agricultura familiar e camponesa, articuladas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), e ao desenvolvimento local de cada comunidade dos países da Unasul, respeitando a sua cultura, a sua identidade e a sua história.

5) Acompanhamento da implantação do Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional do Centro-Oeste – Projeto do MCTI de encomenda à Finep, execução da Fiocruz em parceria com a UnB.

6) Acompanhamento do Projeto TACO / Rede de SAN na região Norte com INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) iniciado em 2011. Projeto de encomenda ao CNPq para identificação da composição de alimentos regionais da Amazônia visando ao enriquecimento da alimentação escolar com produtos da região, além da articulação em rede das instituições de educação, ciência e tecnologia da região norte.

7) Acompanhamento do projeto Rede-SANS, apoiado em 2010 pelo MCTI/FINEP. O projeto “Rede de municípios promotores da segurança alimentar nutricional sustentável” é executado pela Fundação do Instituto de Biociências de Botucatu – UNESP. Seu objetivo geral é integrar as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e de Saúde utilizando como estratégia o fomento à articulação de uma rede social (Rede-SANS) voltada à integração, à produção e à difusão de conhecimentos e tecnologias para o monitoramento nutricional e à promoção da alimentação adequada, saudável e solidária no espaço comunitário de municípios paulistas, sendo esta conduzida por equipes intersetoriais locais. Outro objetivo deste projeto é avaliar propositivamente as ações e os desdobramentos do monitoramento nutricional no contexto do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no Estado de São Paulo.

8) Espaço Segurança Alimentar e Nutricional na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT 2012). Este espaço apresentou um conjunto de 28 (vinte e oito) instituições que, de forma articulada, possibilitou experiências práticas e vivência nesta temática. O espaço contou com dois ambientes, de produção sustentável (estímulo de hortas pedagógicas e agroecológicas) e outro de consumo saudável (oficinas culinárias), de modo a incentivar a produção de conhecimento interdisciplinar e promoção da alimentação saudável, além do estímulo à criatividade e a pesquisa de alternativas tecnológicas viáveis e sustentáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico. Citamos algumas das instituições

participantes: Fundação Banco do Brasil – FBB; Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB; Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER; Instituto Federal de Brasília – IFB; Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão PE; Ministério da Saúde/Coordenação de Alimentação e Nutrição; Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Ministério do Meio Ambiente – MMA; Serviço Nacional do Comércio – SENAC/Taguatinga; Serviço Social da Indústria – SESI; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – Núcleo de Educação Ambiental – NEA/SEDF; Centrais de Abastecimento do Distrito Federal – CEASA; Cooperativa dos produtores do Mercado Orgânico de Brasília – COOPERORG; Associação Telecentro de Informação e Negócios – ATN; Fundación Econatur; Expresso Orgânico; Centro de Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB; L’atelier du chef.

Quanto as principais atividades do DEPDPI no âmbito da popularização da C&T, as ações que a SECIS coordena e que têm tido maior sucesso e impacto significativo são a OBMEP e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia-SNCT 2012 é coordenada nacionalmente pelo MCTI por meio do DEPDPI/SECIS. Criada em 2004, seu objetivo é mobilizar a população, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades de C&T, valorizando a criatividade, a atitude científica e a inovação e contribuir também para que a população conheça e discuta os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas científicas. O tema central da SNCT 2012 foi “Sustentabilidade, Economia Verde e Erradicação da Pobreza”. Foram registradas 28.154 atividades em 723 municípios de todos os estados brasileiros. A SNCT-2012 obteve um grande número de atividades em mais de 700 municípios. Cerca de 912 instituições entre universidades, escolas, museus de C&T, órgãos do governo federal, secretarias estaduais e municipais de C&T e de educação, agências de fomento, espaços científico-culturais, instituições de ensino e pesquisa, sistema S, empresas e entidades científicas e tecnológicas participaram do evento. Foi distribuído também, para todos os estados brasileiros, um pacote com 25 DVDs, contendo dezenas de vídeos e programas de divulgação científica (projeto VerCiência). Em relação a 2011, o número de atividades aumentou 65% e o número de municípios envolvidos cresceu 10%. Uma busca no Google registrava, em finais de 2012, mais de 4 milhões de entradas com o nome da SNCT. Estes números fazem com que a SNCT seja hoje o maior evento de popularização da ciência no mundo com estas características de festival público de C&T.

A OBMEP é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA/MCTI) com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e promoção do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC). No ano de 2012, participaram da primeira fase da competição 19.140.824 milhões de alunos, 46.728 escolas em 99.42% dos municípios brasileiros. Na segunda fase da OBMEP foram 824.000 participantes. Estes números fazem da OBMEP a maior Olimpíada de Matemática do mundo. Uma atividade de tal amplitude só é possível porque há também uma grande colaboração de universidades, secretarias de educação e escolas de todo o país.

As dificuldades e desafios a serem enfrentados são muitos. No caso da SNCT, os principais desafios para sua consolidação, ampliação e aprimoramento são: a) aumento do número de municípios e de entidades/instituições envolvidas; b) maior envolvimento da comunidade científica e das instituições de pesquisa; c) integração mais efetiva com o sistema educacional, ampliando a participação das escolas; d) participação maior de estados e municípios e ampliação de ações nos setores populares; e) dinamização e aprimoramento na

qualidade da comunicação pública da ciência nos eventos, estimulando a interatividade, a interdisciplinaridade e a interculturalidade; e f) ampliação dos recursos e das parcerias. No caso da OBMEP, o principal deles é ampliar significativamente o número de bolsas de iniciação científica júnior, passando de 3.300 para 10.000 bolsas. Outro desafio é aprimorar o processo de capacitação de professores.

No âmbito do DEARE, o Programa de Inclusão Produtiva e Social está articulado em todas as suas ações aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), que passam a ser as unidades de referência para a extensão tecnológica, a inclusão social, a redução das desigualdades sociais e a democratização do conhecimento. Devido a esta atribuição fundamental de articulador, o programa estruturante passa a ser chamado de “Centros Vocacionais Tecnológicos para Inclusão Produtiva e Social”.

As principais ações de 2012 no âmbito dos CVTs foram: a) 1º Seminário Nacional de CVTs: Ciência e Tecnologia para Inclusão Social realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2012. Com 93 participantes, o seminário reuniu os principais articuladores e interlocutores do programa, entre parlamentares, secretário de Estado de CT&I, reitores e pró-reitores dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, coordenadores de CVTs, num debate focado no fortalecimento da Rede de CVTs. No seminário também foi consolidado o Documento de Referência para a implantação de CVTs e elaborado e apresentado o documento representativo de cada estado que integrará o documento Estudo de Demandas, que será apresentado pela SECIS/MCTI ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação como embasamento para a definição do Plano de Metas 2013-2015; b) Implantação em Parceria com o MEC, o MAPA e o CNPq da Rede de CVTs em Agroecologia e Produção Orgânica, atendendo ao Plano Brasil Agroecológico que prevê a implantação de 40 Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e 20 CVTs até 2014. Em 2012 por meio do Edital 46/2012, o CNPq recebeu um total de 58 propostas, sendo 48 submetidas para a Linha 1 (NEA's), oito propostas para a Linha 2 (CVT – UF) e duas propostas submetidas na Linha 3 (CVT – Bioma). Das 58 propostas, foram aprovados 22 projetos de apoio à implantação da Rede de Agroecologia, sendo 17 NEAs e cinco CVTs.

A Tecnologia Assistiva (TA) compreende a pesquisa e o desenvolvimento de instrumentos que aumentem ou restaurem as funcionalidades humanas, ampliando a autonomia de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em suas atividades domésticas, ocupacionais e de lazer. É uma área do conhecimento interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que visam promover a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social desses grupos.

As ações da SECIS concentram-se em aprimorar e fomentar os processos de desenvolvimento de pesquisa e inovação em Tecnologia Assistiva, bem como divulgar os produtos disponíveis no mercado nacional como forma de promover o acesso aos usuários de TA. Incumbe à SECIS fomentar a pesquisa e a inovação, articulando todos os elos deste processo para o desenvolvimento de novas tecnologias, que devem alcançar a sociedade na forma de bens e serviços economicamente acessíveis a todos os grupos sociais, promovendo a inclusão social em seu sentido mais amplo. As principais atividades em 2012 foram:

a) Criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva – O CNRTA foi instituído pela Portaria MCTI nº 139, de 23 de fevereiro de 2012, na forma de uma rede cooperativa de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O CNRTA está instalado no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI-Renato Archer), unidade de pesquisa do MCTI, sediada em Campinas (SP);

b) Criação de uma Rede Nacional de Núcleos em Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, coordenada pelo CNRTA. A Rede Nacional promove a pesquisa, desenvolvimento e inovação em Tecnologia Assistiva, constituindo-se da interação de núcleos

de TA de universidades, Institutos Federais, Unidades de Pesquisa, CNRTA e Secis. A rede nasce da necessidade de articular os pesquisadores em TA em torno da prospecção de demanda social e das perspectivas de inovação a partir da articulação com o setor produtivo. O seu foco está em potencializar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em TA, de forma que haja integração e complementação entre os esforços dos núcleos em benefícios da sociedade;

c) Criação do Programa de Inovação Tecnológica em Tecnologia Assistiva – Lançado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep/MCTI), destina, entre 2012 e 2014, R\$ 150 milhões para pesquisa e desenvolvimento em Tecnologia Assistiva. Desses recursos, R\$ 90 milhões serão concedidos em forma de crédito subvencionado a empresas que queiram desenvolver produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idosos. Outros R\$ 60 milhões serão aplicados na forma de recursos não reembolsáveis voltados para universidades e institutos de pesquisa. O programa ainda prevê a destinação de R\$ 20 milhões em Subvenção Econômica para o desenvolvimento de equipamentos para a prática de treinamento de esportes paraolímpicos;

d) Estruturação e manutenção do Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (<http://assistiva.mct.gov.br>). A lista traz informações sobre mais de 1.500 produtos fabricados, ou distribuídos no país, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e é atualizada pelo menos uma vez por ano. Com esse catálogo virtual, feito em parceria com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), o Brasil ingressa na Aliança Internacional de Provedores de Informação sobre Tecnologia Assistiva, rede que conta com a participação de dez países que mantêm catálogos virtuais de produtos nessa área: EUA, Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Irlanda, Espanha e França;

e) Acompanhamento da seleção pública MCTI/FINEP/FNDCT - Subvenção Econômica à Inovação - 01/2012: Seleção Pública para concessão de recursos não reembolsáveis de Subvenção Econômica diretamente a empresas brasileiras para o desenvolvimento de produtos inovadores, específicos para o treinamento e/ou a prática de esportes paraolímpicos, que envolvam risco tecnológico associado a oportunidades de mercado, a fim de promover a inclusão social das pessoas com deficiência;

f) Acompanhamento da Chamada Pública MCTI/SECIS/FINEP/FNDCT – Cooperação Empresa-ICT: Seleção Pública de projetos cooperativos entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) para o desenvolvimento tecnológico e inovação em Tecnologia Assistiva. O objetivo é promover o desenvolvimento de produtos que contribuam para a inclusão social, autonomia e independência de pessoas com deficiência, pessoas idosas e pessoas com mobilidade reduzida;

g) Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva: o comitê é coordenado pelo Secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social. Para o ano de 2013, deverá ser aprovado plano de trabalho, com metas e prazos para os Ministérios integrantes;

h) Participação do monitoramento mensal do Programa Viver sem Limite: o monitoramento, coordenado pela Casa Civil e SDH, tem como objetivo avaliar e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas para e por cada Ministério Integrante;

i) Articulação com a CAPES para a criação de programas de pós-graduação em tecnologia assistiva.

No âmbito do Plano Plurianual 2012-2015 – Plano Mais Brasil, a SECIS/MCTI participa do programa “2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”, coordenado pelo Ministério das Comunicações. As ações de responsabilidade da Secretaria compõem a Ação Orçamentária 20V8 e englobam o “apoio a espaços públicos de inclusão digital” e o “fomento à elaboração e à implantação de projetos tecnológicos de inclusão digital”. Principais ações desenvolvidas pelo programa de Inclusão Digital da

SECIS/MCTI em 2012: a) Continuação do processo de reformulação do programa de Inclusão Digital do MCTI; b) Publicação do Documento de Referência para Apresentação de Propostas de Fomento Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital, aprovado pela Portaria nº 86, de 17 de julho de 2012, com novas diretrizes de apoio a projetos; c) Publicação da Portaria nº 37, de 27 de junho de 2012, que aprova o Documento de Referência para Apresentação de Propostas no âmbito da ação de Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital; d) Articulação com diferentes parceiros, como o Ministério das Comunicações, a Telebrás e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação.

Em 2012 foi criada a Ação Orçamentária “Tecnologias para Cidades Sustentáveis”, o tema passou a integrar as ações estratégicas do MCTI manifestadas na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI 2012-2015. A ação está estruturada para apoiar projetos nos seguintes subtemas: Construções Sustentáveis de Interesse Social; Mobilidade e Transporte Coletivo; Saneamento Ambiental; e Sistemas Sustentáveis de Energia. Principais atividades: a) Acompanhamento da implantação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu – Redebambu/BR (Edital MCT/CNPq/CT-Agro 25/2008), instituído por meio do apoio financeiro a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento com vistas à inovação e difusão de conhecimento ambiental e de tecnologias do emprego dos bambus nos setores da construção civil, da indústria de móveis e de outros artefatos. Apresentou como resultado a mobilização de diversas universidades em torno do tema, facilitando a troca de informações e parcerias bem como a realização de seminário no Acre, em 2010. Em 2012 foi articulada com o estado do Acre a criação de um dos principais Centros de Pesquisa Aplicada em Bambu do País no estado do Acre; b) Lançamento, em dezembro de 2012, pela FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos do MCTI, de Edital de Subvenção Econômica no valor de R\$ 30 milhões para Construções Sustentáveis e Saneamento Ambiental.

Acordos de Cooperação Nacionais e Internacionais: Cooperação Tecnológica para Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Bambu no Brasil: Memorando de entendimento firmado com o Governo da República Popular da China com atividades já iniciadas e missões oficiais realizadas nos anos de 2010, 2011 e 2012, quando foi organizada missão técnica com delegação de 12 representantes de diversos setores, incluindo governo, iniciativa privada e sociedade civil. Memorandos de entendimento com Colômbia e Cuba em fase de negociação. Participação ativa na proposta de ingresso do Brasil na Rede Internacional de Bambu e Vime- INBAR em conjunto com o Itamaraty.

1.5 - Macroprocessos de Apoio

O Gabinete da SECIS/MCTI conta três estruturas de macroprocesso de apoio que são: a Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social (CGAP), o Serviço de Apoio Administrativo e a Central de Atendimento ao Cidadão (CAC).

Integrante da estrutura formal do Gabinete da SECIS, a Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social - CGAP tem por finalidade promover a elaboração, coordenar e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas, projetos e atividades sob responsabilidade da Secretaria, propondo medidas para a correção de distorções e para o seu aperfeiçoamento. Destacam-se três finalidades essenciais para o bom funcionamento da Secretaria: o desempenho das atribuições pertinentes à execução orçamentária e financeira; o acompanhamento das respostas aos órgãos de controle e a gestão dos sistemas de informação.

Iniciado em 2011 e com continuidade em 2012, de forma a constar do planejamento e compor ações gerenciais, a SECIS realizou levantamento detalhado sobre a situação dos convênios e demais instrumentos jurídicos celebrados em execução, bem como, dos projetos em situação de prestação de contas. Esta iniciativa buscou atender aos órgãos de controle e afins, que mantiveram em 2010, uma sistemática de cobrança incessante com o intuito de que a SECIS concluísse o processo de fechamento dos diversos instrumentos nessas situações.

Diante da significativa quantidade identificada de processos em situação de prestação de contas, e de forma a complementar macroprocessos da SECIS, foi instituído o Grupo de Trabalho de Análise Técnica para Prestação de Contas (GTPC), por intermédio da Portaria nº 35, de 26 de junho de 2012, atualizada pela Portaria nº 132, de 22/10/2012, com o objetivo de proceder à análise técnica final dos processos em situação de prestação de contas na SECIS, sob a coordenação da CGAP. A referida Portaria determina, ainda, o uso obrigatório de seus 2 (dois) Anexos, a saber: Anexo I – Relatório de Visita Técnica para Prestação de Contas e Anexo II – Parecer Técnico Final.

Após um período inicial, foram identificados 358 processos, nomeados em portarias, os responsáveis técnicos do GTPC pelos processos, totalizando 270 (duzentos e setenta) processos nomeados, numa média, inicial, de 30 (trinta) processos para cada servidor e/ou empregado público. Entretanto, restou, à época, um contingente de 88 (oitenta e oito) processos sem nomeação, considerando que o número de processos a serem analisados é muito superior ao número de servidores e empregados que compõem o GTPC, sendo visível a necessidade de agregar mais servidores com conhecimento e experiência ao Grupo de Trabalho existente.

Em 2012 foram realizadas 80 (oitenta) visitas técnicas “in loco”. Vale ressaltar que os processos, cujo objeto tratavam-se de realização de “evento e/ou capacitação”, não requerem esse procedimento, cabendo apenas a análise da documentação constante dos autos.

Em resumo, o GTPC analisou e finalizou o parecer técnico de 50 (cinquenta) processos até 31 de dezembro de 2012. Entretanto, o volume de entrada de novos processos é contínuo e crescente, à medida que se intensifica e qualificam-se os projetos da SECIS, tornando assim, extremamente vital a consolidação de uma estrutura de prestação de contas na SECIS.

Diante do grande volume de processos, das peculiaridades, complexidades e volume dos processos que demandam a análise documental minuciosa, bem como, visita in loco, o GTPC deverá ser prorrogado de forma a dar continuidade aos trabalhos determinados ao Grupo.

O Serviço de Apoio Administrativo faz parte da estrutura formal do gabinete da SECIS/MCTI. Dentre suas atribuições, estão: organizar e preservar o patrimônio documental produzido e recebido pela SECIS; controlar o fluxo de documentos e processos; subsidiar o GAB/SECIS quanto ao registro, expedição de documentos e controle documental, assim como arquivo destes.

A Central de Atendimento ao Cidadão não está prevista na estrutura regimental da SECIS, porém atua como macroprocesso de apoio. Além de suas atribuições tradicionais de receber, analisar, encaminhar e responder as manifestações oriundas da sociedade, dos proponentes e convenientes, a Central tem a tarefa de sintetizá-las e transformá-las em informações claras e acessíveis. A Central passou a dar visibilidade e clareza aos Programas e Ações da SECIS/MCTI e padronizou a informação/comunicação da Secretaria, fazendo com que o público-alvo da SECIS/MCTI estivesse informado quanto aos seus programas e ações. Sendo assim, esse canal de comunicação mais eficiente foi implantado e vem sendo executado, trazendo para a SECIS um novo perfil de gestão. A Central auxilia também outros setores do MCTI, como por exemplo, a Assessoria Parlamentar (ASPAR), a Secretaria-

Executiva (SEEXEC) e a Divisão de Convênios (DCON) centralizando suas dúvidas e demandas e repassando informações sobre os projetos em andamento.

A SECIS vem buscando a modernização de seus mecanismos de gestão como forma de garantir a qualidade dos serviços prestados, e, a partir de uma cultura de melhoria e inovação, entender as demandas dos seus clientes e atendê-las de forma rápida, simples e efetiva. Neste sentido, gestores e servidores vêm desenvolvendo múltiplas práticas para gerenciar e otimizar seus processos de trabalho, porém, muitas vezes essas práticas são desenvolvidas de forma intuitiva ou resultantes de um aprendizado empírico. Além disso, percebe-se a falta de padronização entre as áreas.

A padronização dos procedimentos deve partir de normatizações e orientações explícitas, baseadas na legislação vigente, de forma a estabelecer padrões de qualidade para análises técnicas e procedimentos adotados na SECIS, com o auxílio de fluxogramas que representem as atividades necessárias para execução desse padrão de qualidade.

Dessa forma, foi contratada, no final de 2012, consultoria pessoa física, na modalidade consultoria por produto, para construção do Manual do Macrofluxo de Projetos e Processos, de forma a analisar, atualizar e normatizar os processos da SECIS com vistas à padronização de suas rotinas de trabalho, com os seguintes objetivos específicos:

- Disseminar os procedimentos necessários para execução das atividades do órgão baseadas no padrão de qualidade pré-estabelecido, trazendo melhorias efetivas para a operação;
- Elaborar os manuais de processos e procedimentos com base no macrofluxo de processos e procedimentos detalhados das atividades necessárias, de forma a capacitar os servidores na tramitação e acompanhamento de projetos;
- Consubstanciar a formulação dos indicadores de desempenho para as principais etapas do macroprocesso de análise, aprovação, acompanhamento e finalização de projetos.

Ressalta-se que, no ano de 2011, foi realizada consultoria por produto para a revisão do Macrofluxo da SECIS, entretanto, em virtude de alterações de gestão e mudanças nos fluxos processuais de impacto na rotina e atividades da SECIS, ocorridos no ano de 2012 e, de forma a identificar as suas interfaces com a SPOA, CONJUR, Gabinete do Ministro e Secretaria Executiva, tornou-se necessária nova revisão do macrofluxo anteriormente proposto, a ser validado com a equipe diretiva da SECIS e manualização de rotinas e procedimentos relativos à tramitação de convênios, termos de parceria e termos de cooperação. É previsto, ainda, como produto da referida consultoria, a capacitação do corpo técnico da Secretaria, já com a incorporação dos novos servidores empossados no ano de 2013.

Em complementação a definição dos macrofluxos, orientada pelo novo foco organizacional e, de acordo com as orientações dos órgãos de controle¹, a Secretaria, também no final de 2012, por intermédio de contratação de consultoria pessoa física, iniciou o processo de construção de indicadores de desempenho e de resultados para os Programas e Ações da SECIS.

Dada a urgência e a especificidade envolvidas no desenho de indicadores adequados à esfera do Governo Federal, é imprescindível a construção de Documentos Técnicos que ofereçam indicadores institucionais adequados à realidade atual da Secretaria e à altura das exigências dos órgãos de controle e da legislação vigente. Enfim, a construção dos indicadores que, integrados aos sistemas gerenciais em desenvolvimento, servirão de subsídio à tomada de decisão técnico-administrativa dos gestores da Secretaria.

As atividades a serem executadas envolvem ações coordenadas para a construção de indicadores de resultado e de desempenho institucional com foco na melhoria da gestão por

processos da SECIS, envolvendo o mapeamento dos sistemas informacionais utilizados pela equipe técnica e gerencial; a coleta de dados e informações existentes sobre o trabalho realizado e as possibilidades de sua mensuração para a construção de indicadores; a elaboração estatística e lógica de fórmulas que materializem os indicadores elaborados em diferentes programas da SECIS; os testes necessários à comprovação de que tais indicadores funcionam e são passíveis de verificação e de replicação; e a avaliação da adequação e do alcance dos indicadores construídos.

1.6 - Principais Parceiros

No âmbito interno do MCTI, citamos com propriedade a Divisão de Convênios – DCON. Dentre as atribuições da DCON/SPOA, que refletem diretamente na atuação da SECIS, constam: efetuar o gerenciamento dos procedimentos internos referentes à celebração, execução e prestação de contas de convênios e termos de parcerias; assessorar as áreas técnicas quanto às normas para celebração, execução e prestação de contas de convênios e termos de parcerias; manter articulação com o proponente/conveniente; supervisionar, orientar, controlar e acompanhar todos os procedimentos de convênio e termos de parceria até a aprovação da prestação de contas; realizar visitas “in loco” para acompanhar a execução financeira dos convênios e termos de parceria, dentre outros.

A Consultoria Jurídica – CONJUR do MCTI também é um parceiro da SECIS, na medida em que: examina e emite parecer sobre as questões que envolvem matéria de natureza jurídica, de interesse do Ministério e das entidades vinculadas; sugere medidas para corrigir distorções ou introduzir modificações necessárias ao aprimoramento dos instrumentos legais pertinentes à atuação do Ministério; emite pareceres e informações com vistas a orientar as decisões do Ministro de Estado, dos Secretários ou dos Diretores das unidades de pesquisa nos recursos administrativos de interesse do Ministério e das entidades vinculadas; examina os processos devidamente instruídos de minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou outros ajustes, que devam ser assinados por autoridades do Ministério; dentre outros.

Cabe mencionar também a Secretaria-Executiva do MCTI, que juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, da Presidência da República, coordenadora do Programa Brasil Quilombola (PBQ) e a SECIS, buscam dar maior objetividade às ações para a superação dos entraves jurídicos, orçamentários e operacionais para a promoção da melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais. O programa tem por finalidade coordenar as ações governamentais, através de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais para as comunidades quilombolas, com ênfase na participação da sociedade civil. A SECIS passa a integrar o programa a partir de 2013 promovendo a transferência de técnicas e tecnologias às comunidades quilombolas por meio dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), atendendo inicialmente ao protocolo de desenvolvimento de Alcântara/MA.

Para atingir os objetivos propostos na ENCTI e em sua própria missão regimental, a SECIS conta com a parceria de entidades públicas de ensino superior, Institutos Federais, estados e municípios e as Unidades de Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação vinculadas ao MCTI e apresentadas abaixo:

- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- Instituto Nacional de Tecnologia (INT)
- Instituto Nacional do Semiárido (INSA)
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICTI)
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI-Renato Archer)
- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE)

- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)
- Centro de Tecnologia Mineral (CETEM)
- Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA)
- Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)
- Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)
- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
- Observatório Nacional (ON)

Também destacamos as duas agências de fomento – a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assim como as organizações sociais que compõem o sistema MCTI: o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

No âmbito do programa de implantação e modernização de CVTs, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF), os Institutos de Ciência e Tecnologia vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES), as Unidades de Pesquisa (UP) vinculadas ao MCTI, além das prefeituras e governos de estados, por meio de suas secretarias responsáveis pela pasta de ciência e tecnologia, foram os principais parceiros no Chamamento Público realizado para seleção de projetos.

No âmbito da ação de Inclusão Digital, houve articulações com diferentes parceiros, como o Ministério das Comunicações, a Telebrás e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação. Essas articulações tiveram como objetivo o fortalecimento de programas do Governo Federal, que estão mais bem estruturados, em estágios mais avançados de implantação e que têm mais chances de sucesso. Ainda no campo da Inclusão Digital, contamos com o apoio técnico e operacional da Caixa Econômica Federal – CAIXA, parceria firmada por meio do Acordo de Cooperação e do Contrato Administrativo nº 02.0030.00/2005, de 08 de novembro de 2005, com vigência até 07 de novembro de 2010. A SECIS, em parceria com a CEF, vem proporcionando condições para implementar projetos que visem à capacitação computacional da população carente.

No campo da ação de Tecnologia Assistiva, ressaltamos o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, criado por meio do Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, com o objetivo de implementar novas iniciativas e intensificar as políticas públicas que atualmente já são desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. O plano tem ações desenvolvidas por 15 ministérios, entre eles o MCTI, por meio da SECIS, e a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI).

Outro parceiro importante é o CTI Renato Archer, unidade de pesquisa do MCTI, que desde 2012 abriga o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva – CNRTA – instituído pela Portaria MCTI nº. 139, de 23 de fevereiro de 2012, onde estão ligados 29 Núcleos em Tecnologia Assistiva de Instituições Públicas de Ensino Superior.

Ressaltamos a Criação do Programa de Inovação Tecnológica em Tecnologia Assistiva lançado pela Finep/MCTI, que destina entre 2012 e 2014 R\$ 150 milhões para pesquisa e desenvolvimento em Tecnologia Assistiva. Parceria de sucesso com o Instituto de Tecnologia Social (ITS) é o Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva (<http://assistiva.mct.gov.br>). O Catálogo traz informações sobre mais de 1.500 produtos fabricados ou distribuídos no país para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e é atualizada pelo menos uma vez por ano. Com esse catálogo virtual, o Brasil ingressa na Aliança Internacional de Provedores de Informação sobre Tecnologia Assistiva, rede que conta com a participação de dez países que mantêm catálogos virtuais de produtos nessa área: EUA, Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Dinamarca, Austrália, Irlanda, Espanha e França.

Ainda cabe destacar que a SECIS/MCTI firmará parceria com a Secretaria de Direitos Humanos/PR e a CAPES para disponibilização de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) na área de tecnologia assistiva.

Quanto às Tecnologias Sociais mencionamos a articulação com o Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica para o apoio ao desenvolvimento de um programa de desenvolvimento de tecnologia social na região Amazônica.

No que se refere à ação de Segurança Alimentar e Nutricional-SAN, cabe notar a participação do MCTI, em conjunto com outros 19 ministérios, na elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que reúne as ações de SAN do Plano Plurianual (PPA). O MCTI, CONSEA e MDS realizaram em dezembro de 2012, com o apoio do MRE e da UNB, o Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional. Em articulação com o MDS/SESAN, a SECIS realizou uma construção conjunta de edital para Centro Vocacional Tecnológico em SAN visando promover a extensão na área, contribuindo para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A SECIS também acompanhou a implantação do Núcleo de Segurança Alimentar e Nutricional do Centro-Oeste, projeto de encomenda à Finep, de execução da Fiocruz, em parceria com a UnB. E por fim, realizou o acompanhamento do Projeto TACO / Rede de SAN na região Norte com INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), iniciado em 2011. Projeto de encomenda ao CNPq para identificação da composição de alimentos regionais da Amazônia visando ao enriquecimento da alimentação escolar com produtos da região, além da articulação em rede das instituições de educação, ciência e tecnologia da região norte.

Entre as instituições ou entidades que se destacaram em parcerias com a SECIS/MCTI em eventos de popularização da C&T e no desenvolvimento de exposições ou atividades de museus de C&T, em 2012, podemos citar: a SBPC (com a realização da sua Reunião Anual e de reuniões regionais), UnB (atividades iniciais do Museu de Ciências de Brasília), Inmetro (comemoração dos 40 anos do Inmetro e unidade móvel), UFMG (inauguração do Caminhão da Ciência, em parceria da UFMG, FAPEMIG e MCTI), UFRGS (exposição sobre Alan Turing), Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (exposição científica itinerante e interativa), UFPE, UFSC, UFRPE, UFPb, a ABC e outras. Nos projetos aprovados nos editais de olimpíadas e feiras de ciências estão envolvidas mais de uma centena de instituições e entidades como a SBF, SBQ, SBM, SAB, universidades públicas, institutos tecnológicos, museus de CT etc.

Cabe mencionar o apoio à realização da Reunião Anual da SBPC, na qual o MCTI monta também uma grande exposição a EXPOTEC. Neste ano, a Reunião Anual ocorreu em São Luís/MA, com a participação aproximada de 20.000 pessoas, a maioria sendo constituída de estudantes dos diversos níveis, professores e pesquisadores. Destaque-se que, com apoio do DEPDI/SECIS, o CNPq criou em 2013 uma aba específica para registro de atividades de popularização da CT e educação científica no Currículo Lattes.

Com a criação da Ação Orçamentária “Tecnologias para Cidades Sustentáveis”, o tema passa a integrar as ações estratégicas do MCTI manifestadas na ENCTI 2012-2015. Com este tema a SECIS esteve presente no Galpão Pop Ciência da Rio+20, com a realização de diversas atividades abertas ao público. Foi também organizado, durante o evento, encontro que reuniu profissionais de diversas partes do país para a discussão do ingresso do Brasil na INBAR – Rede Internacional de Bambu e Vime, iniciativa capitaneada pela SECIS/MCTI em parceria com a SDC/MAPA.

O Termo de Cooperação Técnica para Cidades Sustentáveis com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) prevê o desenvolvimento de ações conjuntas para a promoção de cidades brasileiras sustentáveis em articulação com diversos atores do poder público, da iniciativa privada e do setor produtivo.

Destacamos, ainda, as seguintes parcerias:

- Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/CAPES/FNDE Nº 49/2012 para apoio à realização de olimpíadas científicas de âmbito nacional ou olimpíadas internacionais no Brasil, que são competições voltadas para a melhoria dos ensinos fundamental e médio e buscam identificar jovens talentos que possam ser incentivados a seguir carreiras técnico-científicas;
- Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPES Nº 50/2012 para apoio à realização de projetos em âmbito nacional, estadual/distrital, municipal e mostras itinerantes;
- A OBMEP, que é promovida desde o ano de 2005 pelo MCTI e pelo Ministério da Educação (MEC), em conjunto com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e com a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), sendo os dois últimos responsáveis pela Direção Acadêmica;
- O projeto prioritário de Arranjos Produtivos Locais implementado em parceria com as agências executoras Finep e CNPq, por meio de editais, cartas convite, encomendas, e executado pela SECIS, por meio de convênios, termos de parceria ou de cooperação. A atuação em APL é uma estratégia para promover, entre outras atividades, ações orientadas para o fortalecimento de um ambiente propício que impulse mudanças tecnológicas nos Arranjos Produtivos Locais em diversos Estados. Um exemplo disso é a parceria entre MCTI, MDIC, CNPq e IBICT na construção de um sistema integrado de gestão de conhecimento em APLs, como forma de difundir pesquisas e boas práticas, acompanhar e avaliar projetos, aumentar a eficiência e evitar a superposição e falta de coordenação entre as iniciativas governamentais e privadas;
- Por meio do Decreto nº 7.794/2012, foi estabelecida a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). O decreto prevê uma governança participativa composta por duas instâncias: Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), do qual o MCTI é integrante, e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). Implantação em parceria com o MEC, o MAPA e o CNPq, a Rede de CVTs em Agroecologia e Produção Orgânica, atende ao Plano Brasil Agroecológico, que prevê a implantação até 2014 de 40 Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e 20 CVTs.

2- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1- Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada:

A SECIS considerando as prioridades e desafios estabelecidos pela Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), e pelo PPA, apresenta um conjunto de ações voltadas à promoção social que visam contribuir para o fortalecimento das políticas nacionais para a superação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.

O eixo fundamental das ações do MCTI para o desenvolvimento social é a democratização do acesso ao conhecimento produzido na academia, bem como a promoção do diálogo entre os conhecimentos e recursos científicos e tecnológicos e os saberes locais, tudo isso associado à participação e à mobilização das populações interessadas. Para a concretização deste princípio democrático e participativo, a SECIS delineou um conjunto de Programas Estruturantes e Projetos Prioritários em articulação com as Unidades de Pesquisa vinculadas ao MCTI.

Nesse sentido, para viabilizar a Proposta de Alinhamento dos Institutos de Pesquisa o MCTI criou Comitês Técnico-Científicos com a participação de Secretários das áreas afins e representantes da SCUP com a finalidade de alinhar a execução de Políticas entre Secretarias

e Institutos. Neste contexto, a SECIS é responsável por dois Comitês Gestores, presidido pelo Secretário. São eles:

- **Tecnologia da Informação e Comunicação** - CG-TIC: SECIS e SEPIN, SCUP, CEITEC, CTI, IBICT, LNCC, RNP.
- **Tecnologias Socioambientais** - CG-SAMB: SECIS, SCUP, CNPEM, CTI, CETEM, IBICT, IDSM, IMPA, INPA, INSA, INT, MAST, MPEG, ON.

Com base nas áreas estratégicas da ENCTI, a SECIS em 2012 definiu o Plano de Investimento (2013 a 2016) em articulação com as Unidades de Pesquisa participantes dos Comitês Gestores de Tecnologias Socioambientais e de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Para a concretização desta aproximação com as Unidades de Pesquisa, a SECIS realizou reuniões de trabalho com os Institutos e definiu um conjunto de Programas Estruturantes e Projetos Prioritários que visam atender aos desafios identificados pela ENCTI. Os Programas Estruturantes estão organizados da seguinte forma:

- Programa I: Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências
- Programa II: Inclusão Social e Produtiva
- Programa III: Tecnologia Assistiva
- Programa IV: Segurança Alimentar e Nutricional
- Programa V: Tecnologias para Cidades Sustentáveis
- Programa VI: Inclusão Digital

Dentro desses seis programas estruturantes organizou-se um conjunto de projetos prioritários que visam fortalecer as ações desenvolvidas pela SECIS junto à população e que, em conjunto com os demais órgãos governamentais, os movimentos sociais e a sociedade civil, apontem novas estratégias de desenvolvimento social para o país, alicerçadas na Ciência, Tecnologia e Sociedade.

O programa estruturante “Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências”, enquanto apropriação social do conhecimento científico, apresenta como projetos prioritários: a “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia”, as “Olimpíadas de Ciências e de Matemática” e os “Centros e Museus de Ciências”.

O programa de “Inclusão Social e Produtiva” apresenta dois projetos prioritários, os “Centros Vocacionais Tecnológicos” como o projeto articulador das políticas públicas de Arranjos Produtivos Locais, de Territórios da Cidadania, da Agricultura Familiar de Base Ecológica – Agroecologia e do apoio a Comunidades Tradicionais; e “Tecnologias para Inclusão Social”, onde se apoia projetos que visam à inclusão dos economicamente excluídos e daqueles socialmente vulneráveis, prioritariamente nas regiões Norte e Nordeste.

Na área de “Tecnologia Assistiva” destacam-se as ações da SECIS no âmbito do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, com especial destaque para a criação da Rede de Núcleos de Tecnologias Assistivas, do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva e do Programa de Inovação em Tecnologia Assistiva.

Em relação à “Segurança Alimentar e Nutricional” a SECIS desenvolve ações de maneira interssetorial, inseridas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), contribuindo de forma permanente para a melhoria da qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

O programa estruturante “Tecnologias para Cidades Sustentáveis” é um esforço do MCTI em contribuir para a criação de soluções tecnológicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida nas cidades. Este Programa busca promover o desenvolvimento social incorporando a utilização racional dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental.

No que diz respeito à “Inclusão Digital”, os projetos prioritários são o “Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital” e o “Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital”.

No que se refere às grandes linhas discriminadas na ENCTI para as ações de popularização da C,T&I e melhoria do ensino de ciências, o objetivo central é promover a melhoria da educação científica, a popularização da C&T e a apropriação social do conhecimento. As principais estratégias associadas ficaram assim estabelecidas: 1) expansão e fortalecimento das feiras e olimpíadas de ciências, como a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e criação de novos desafios nacionais de ciências para os jovens; 2) ampliação e fortalecimento da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, eventos de popularização da CT&I e atividades de ciência itinerante; 3) aprimoramento, ampliação do número e distribuição mais equitativa dos espaços científico-culturais pelo território nacional, com ênfase nos museus científicos interativos; 4) colaboração na melhoria da educação científica, em parceria com o MEC e outros órgãos e instituições, com apoio ao uso de metodologias baseadas na investigação e à produção de material didático inovador; 5) promoção da presença mais intensa e com qualidade da C&T nos meios de comunicação, por meio de programas de TV, rádio, uso da internet, TV Digital e redes sociais.”

Uma das dificuldades enfrentadas em 2012 foi a multiplicidade de ações desarticuladas, mesmo internamente. De imediato, procurou-se promover maior articulação entre os programas da Secretaria e deles com os programas transversais da Presidência da República. Podemos citar dois casos que demonstram o acerto desta iniciativa: o Programa de Tecnologia Assistiva articulada com o Plano Viver sem Limite e o Programa de Centros Vocacionais Tecnológicos com o Programa Brasil Agroecológico. Outras iniciativas estão em curso e precisam ser aprimoradas: na área de Inclusão Digital, com o Ministério das Comunicações; e os Centros Vocacionais Tecnológicos em Segurança Alimentar e Nutricional com o Programa Brasil sem Miséria, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

A SECIS possui um grande volume de convênios firmados desde a sua criação. No início de 2011, a Secretaria realizou um levantamento sobre a situação dos convênios celebrados até 2010. Na ocasião foi constatada a existência de 884 projetos em tramitação. Encontrou-se grande dificuldade no mapeamento dos convênios existentes, tendo em vista a quantidade e a diversidade dos projetos, bem como a precariedade dos sistemas de gestão e informação disponíveis na Secretaria.

A partir do levantamento realizado em 2011, e a permanente atualização dos dados e controle dos processos, na gestão de convênios em 2012, foram adotadas algumas providências, tais como: identificação dos convênios em vigência e em prestação de contas; identificação da natureza dos convênios e a ação orçamentária de sua origem; nomeação de fiscais de acompanhamento e fiscalização para os convênios em vigência; criação do Grupo de Trabalho de Prestação de Contas; atualização de todos os dados dos convênios em vigência no Módulo Projetos, do Próton, sob responsabilidade das equipes de apoio; e cursos de capacitação para utilização do SICONV para todos os servidores designados fiscais de convênios.

CHAMAMENTOS PÚBLICOS

A SECIS realizou dois chamamentos públicos em 2012 para apresentação, habilitação e seleção de projetos, no âmbito do Programa de Apoio à Implantação e à Modernização dos Centros Vocacionais Tecnológicos e para implantação de Núcleos de Tecnologia Assistiva.

A realização dos chamamentos públicos foi precedida de revisão e elaboração dos documentos de referência que regulamentaram a apresentação, habilitação e seleção de projetos, por meio de critérios objetivos com o respaldo da CONJUR/MCTI.

CHAMAMENTO PÚBLICO CVTs

No âmbito da ação orçamentária 8960 foram realizados dois processos seletivos: um exclusivamente pela SECIS/MCTI, que publicou chamamento público para apresentação de projetos para a implantação ou modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos e outro, em parceria firmada entre MCTI, MEC, MAPA e CNPQ, que previu o apoio à implantação de CVTs e Núcleos de Agroecologia – NEAs, com o foco nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta iniciativa vai de encontro ao Plano Brasil Agroecológico, lançado pela Presidenta Dilma Roussef em 21 de agosto de 2012.

O chamamento público dos CVTs foi direcionado aos proponentes públicos, com a obrigatoriedade de interveniência das instituições federais para o caso do proponente ser instituição estadual ou municipal. Esta exigência estabeleceu um mecanismo mais eficiente para a manutenção e sustentabilidade do CVT e mais eficaz para o cumprimento de sua missão institucional.

Todo o processo de apresentação, habilitação e seleção de projetos foi divulgado no sítio eletrônico do MCTI e no SICONV, sendo conduzido por Comissão Especial, composta por servidores designados pelo Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social e publicada pela Portaria nº 074, de 11 de julho de 2012.

Foram selecionadas dezenove propostas de convênio, sendo apoiadas cinco com recursos oriundos de emendas parlamentares. Das catorze propostas restantes, foi possível o apoio financeiro ao proponente classificado em primeiro lugar.

Foram habilitadas trinta e sete propostas enviadas por meio de Termo de Descentralização de Crédito.

CHAMAMENTO PÚBLICO NÚCLEOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

A proposta de criação de Núcleos de Tecnologia Assistiva em Universidades Públicas, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica ou Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, Escolas Técnicas Estaduais ou Municipais, Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e outras Instituições Públicas cujas atribuições incluam a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico está em consonância com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

Foi disponibilizado neste chamamento o valor total de R\$3.000.000,00 (três milhões) para o apoio às propostas selecionadas.

Foram recebidas trinta e nove propostas, que somadas, solicitaram R\$ 14.633.221,45. Destas, apenas vinte e cinco propostas atenderam aos critérios de habilitação exigidos no documento de referência.

As instituições selecionadas foram: Universidade do Estado do Amazonas, Instituto Federal do Amazonas, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Instituto Federal do Ceará, Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Grande Dourados, Instituto Federal do Pará, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Instituto Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Instituto Nacional de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Roraima,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de São Paulo e Universidade Federal do ABC.

Documentos de Referência para apresentação de emendas parlamentares individuais carimbadas

A SECIS preocupada com a qualidade técnica dos projetos oriundos de emendas parlamentares individuais carimbadas (emendas cujo destinatário está definido na lei orçamentária), elaborou e publicou via SICONV, os seguintes documentos de referência para orientação aos proponentes:

- Documento de referência para apresentação de propostas no âmbito da Ação 6492 - Fomento à elaboração e implantação de projetos de Inclusão Digital;
- Documento de referência para apresentação de propostas no âmbito da Ação 1E13 - Apoio à espaços públicos de inclusão digital
- Documento de referência para apresentação de propostas no âmbito da Ação 8976 - Apoio a Projetos de Tecnologia Social

Banco de Projetos 2011

No início do ano de 2012, foi disciplinado o Banco de Projetos, composto por projetos selecionados no âmbito dos chamamentos públicos realizados em 2011, conforme Portaria nº 2, de 16 de janeiro de 2012. Essa norma dispôs sobre a formação de Banco de Projetos selecionados nos chamamentos públicos e que não chegaram a ser formalizados, na modalidade de convênio ou termo de cooperação, devido a impedimento para a assinatura do convênio ou termo de cooperação em função do esgotamento de limite de empenho; necessidade de maior prazo para a conclusão de análise técnica, financeira ou jurídica do projeto; ou necessidade de saneamento e complementação da instrução processual.

Conforme disponibilidade orçamentária (considerando que os recursos oriundos de emendas parlamentares de bancada e de comissão não foram liberados) foi possível o atendimento dos seguintes projetos constantes no Banco de Projetos:

CHAMAMENTO PÚBLICO	BENEFICIÁRIO	VALOR
Cidade Digital	Município de Tapera/RS	R\$ 478.454,44
Cidade Digital	Município de Sul Brasil/SC	R\$ 650.000,00
Cidade Digital	Município de Pejuçara/RS	R\$ 236.826,01
Telecentros	Município de Montes Claros/MG	R\$ 188.746,00
Telecentros	Município de Florianópolis/SC	R\$ 688.000,00

Guia de orientação para emendas parlamentares

Outra medida para induzir a demanda de apoio a projetos de inclusão social foi o lançamento do Guia para a Elaboração de Emendas Parlamentares, com o objetivo de auxiliar o trabalho de deputados e senadores na fase de apresentação de emendas ao Orçamento Geral da União de 2013. Por meio deste guia foram indicadas as ações que, pelo seu enorme impacto social, mereceriam a atenção dos parlamentares.

No Guia estão descritos, sucintamente, os Programas e as Ações da Secretaria, com suas finalidades, destinações, públicos beneficiários e valores mínimos para a apresentação de

emendas, o que facilitou o acesso dos parlamentares às informações necessárias para a elaboração de suas emendas, considerando as necessidades de cada região, localidade ou comunidade.

2.2- Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

De forma a alcançar os objetivos estratégicos da SECIS, em consonância com o que encontra-se preconizado na ENCTI, no PPA e nos Programas Estruturantes da SECIS, foram identificados, no decorrer de 2011 e 2012, pontos críticos nos processos de gestão da Secretaria que impactam na efetividade do cumprimento da missão da Secretaria, destacamos abaixo os principais pontos, bem como, as ações tomadas para mitigar os problemas encontrados:

1. As questões relacionadas com a estrutura física incompatível com o corpo funcional e atividades da Secretaria, assim como a necessidade de incremento no número de servidores efetivos do quadro funcional da SECIS foram abordados no item 6.1 deste Relatório;
2. Levantamento do quantitativo de processos em situação de Prestação de Contas, análise e finalização de pareceres técnicos conclusivos dos referidos processos.
 - 2.1. Criação do Grupo de Trabalho de Prestação de Contas, no âmbito da SECIS, assunto discorrido no item 1.5 – Macroprocessos de Apoio;
3. Inexistência de um Sistema Informatizado que atendesse às necessidades de controle e gestão dos projetos da SECIS:
 - 3.1. O MCTI utiliza um sistema de controle de projetos e documentos – PRÓTON, existindo um módulo Projeto, que atualmente é utilizado pela SECIS, entretanto, o referido sistema não atende às especificidades de controle e gestão da Secretaria;
 - 3.2. Desde 2011 a SECIS vinha desenvolvendo um Sistema Informatizado de acordo com as necessidades de gestão, ainda não finalizado;
 - 3.3. Em 2012 foram contratados 2 consultorias, na modalidade produto, com o objetivo de finalizar o Sistema Informatizado dos Módulos de Projetos, Obras, Emendas e Painel de Controle do novo sistema de gestão, SIGPROJETOS, melhor descritos abaixo:
 - 3.3.1. Aprimorar informações, sistemática e fidedignidade dos dados oriundos do Módulo Projetos do Sistema PRÓTON 2.0;
 - 3.3.2. Contratação de consultoria, modalidade por produto, para elaboração da documentação técnica do sistema SIGPROJETOS, relacionada à migração e à integração dos dados dos seguintes sistemas: Próton, Validação de CNPJ e CPF, Correios e Google.
 - 3.3.3. Elaboração de GUIA do USUÁRIO para os Módulos de Projetos, Obras, Emendas e Painel de Controle do novo sistema de gestão, SIGPROJETOS.
 - 3.4. A SECIS iniciou tratativas junto à Coordenação de Gestão da Informação para que o sistema possa ser implementado, acompanhado e tenha sua manutenção assegurada pela área responsável pelos Sistemas Informatizados do MCTI. A perspectiva é que o Sistema entre em funcionamento na plataforma do MCTI no decorrer de 2013.
4. Considerando o número de instrumentos (convênios, Termos de Parceria e instrumentos congêneres) firmados, em execução ou ainda em fase de Prestação de Contas, a Secretaria tem sido demandada constantemente pelos órgãos de controle, de investigações e afins, na busca de informações, acompanhamento de denúncias, auditorias, etc. No ano de 2012 foram cerca de 52 demandas direcionadas à SECIS.
 - 4.1. Nem todas as demandas foram respondidas no tempo solicitado em decorrência, principalmente, do enorme passivo existente em situação de prestação de contas, e o número reduzido de servidores com conhecimento e experiência para atender as

- providências solicitadas, atrasando as análises, visitas in loco e finalização dos pareceres conclusivos;
- 4.1.1. O longo processo de substituição dos funcionários terceirizados por servidores concursados, em processo de nomeação no final do ano, propiciará a regularidade do atendimento das demandas no decorrer de 2013;
 - 4.1.2. Será necessário, entretanto, que os novos servidores sejam capacitados, como parte prioritária do processo de planejamento da SECIS em 2013. Foi encaminhado memorando 578/2012/CGRL/SPOA-MCTI, de 20 de novembro de 2012, para CGRH solicitando calendário anual de cursos para capacitação de servidores;
 - 4.2. Ausência de um Sistema de Controle e Monitoramento das Demandas de Órgãos de Controle e de Investigação, que permita gestão e acompanhamento em tempo das referidas demandas, bem como, avaliação real e efetiva das possibilidades administrativas para atendimento das referidas solicitações;
 5. Definição, estruturação e disseminação de processos de apoio à gestão pública, tais como: Macrofluxo e construção de Indicadores (assunto explanado no item 1.5 – Macroprocessos de Apoio).
 6. Criação e distribuição de Guia para Elaboração de Emendas Parlamentares, que estabelece critérios objetivos para apresentação de Emendas relativas às ações sob responsabilidade da SECIS: esta providência adotada influenciou positivamente a apresentação de novas emendas parlamentares aos Programas da SECIS, fato comprovado pelo Orçamento de 2013.
 7. Contratação de consultoria para planejar e desenvolver estratégias de disseminação das políticas da SECIS, visando à geração de publicações que orientem a população sobre programas e ações de inclusão social do MCTI e, em específico, a política de apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs.
 8. Contratação de consultoria com a finalidade de elaboração, e editoração de materiais de comunicação e divulgação das políticas da SECIS, visando à geração de publicações que orientem a população sobre programas e ações de inclusão social do MCTI.
 9. Levantamento sistemático do “estoque” de convênios e instrumentos congêneres, para a melhoria do processo de tramitação interna, mitigação de riscos e aperfeiçoamento da tomada de decisão, especialmente quanto à liberação de recursos provenientes de emendas parlamentares.
 10. Prorrogação do Projeto de Cooperação Técnica “Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCTI” (BRA/IICA/08/001), de abril de 2013 a abril de 2014, junto à Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, de forma a concluir as metas e objetivos propostos, utilizar efetiva e eficazmente os recursos já alocados no IICA e permitir o alcance do objetivo, qual seja, desenvolver ações e atividades para favorecer a inclusão social mediante a popularização e a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos.

2.3- Execução do Plano de Metas ou Ações

A SECIS coordena a execução das seguintes ações:

- Realização de Olimpíadas em Ciências;
- Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica;
- Apoio a Criação e ao Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia;
- Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos;
- Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva;

- Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais;
- Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis;
- Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital;
- Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital.

2.4- Indicadores

No Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108576 foi constatada a ausência de indicadores institucionais no âmbito da SECIS, a recomendação do órgão de controle interno foi a de que a Secretaria implementasse um conjunto de indicadores institucionais para aferição de sua gestão, devidamente validados pelo MCTI, que permitisse mensurar adequadamente a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua atuação, contendo, obrigatoriamente, a descrição, o tipo, a fórmula de cálculo e o método de medição de cada indicador. Em atendimento a recomendação, foi contratada consultoria para a realização de estudo visando à construção e implementação de Indicadores de Desempenho Institucional, com o objetivo de medir a eficiência, a eficácia e a efetividade da atuação da Secretaria, em busca do alcance de seus objetivos programáticos.

No sentido de atender às premissas da administração pública a SECIS está buscando implementar um conjunto de Indicadores institucionais para aferição de sua gestão, devidamente validados pelo MCTI, de forma a mensurar adequadamente a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua atuação, contendo, obrigatoriamente, a descrição, o tipo, a fórmula de cálculo e o método de medição de cada indicador.

Foi contratada consultoria especializada, no final de 2012, para a realização de estudo com a finalidade de construir Indicadores de Resultado e de Desempenho Institucional, com foco na melhoria da gestão por processos da SECIS.

Assunto já abordado no item 1.5 deste Relatório de Gestão.

3- ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1- Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica: Todos os elementos constantes da referida análise foram discutidos pelo corpo diretivo e parte do corpo técnico da SECIS. Nos últimos anos foram identificados os gargalos e pontos críticos que comprometem parcialmente a execução plena da missão da Secretaria. Diversas medidas administrativas e de gestão foram tomadas no decorrer de 2012 na busca de mitigar os riscos detectados, tais medidas foram detalhadamente informadas nos itens 1.5 e 2.2, dentre eles, destacam-se: 1. Informatização de Sistemas de Controle e Acompanhamento de Projetos – SIGPROJETOS; 2. Informatização de Sistema de Controle de Demandas de Órgãos de Controle, de Investigação e Afins; 3. Atualização do Macrofluxo da SECIS, incluindo sua interface com as demais instâncias do MCTI; 4. Definição de Indicadores de Desempenho e de Resultados; 5. Manualização dos novos processos construídos; 6. Capacitação do corpo técnico nos processos de controle e monitoramento desenvolvidos; 7. Criação e distribuição de Guia para Elaboração de Emendas Parlamentares, que estabelece critérios objetivos para apresentação de Emendas relativas às ações sob responsabilidade da SECIS; 8. Levantamento sistemático do “estoque” de convênios e instrumentos congêneres, para a melhoria do processo de tramitação interna, mitigação de riscos e aperfeiçoamento da tomada de decisão, especialmente quanto à liberação de recursos provenientes de emendas parlamentares.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.2 - Sistema de Correição

Resposta: Não se aplica à UJ.

3.3 - Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Resposta: Não se aplica à UJ. O sistema de correição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, é operacionalizado por meio da Assessoria de Procedimentos Disciplinares – APDIS, vinculada à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEXEC.

4 – PROGRAMA E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

4.1- Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é a lei que materializa a aplicação dos recursos públicos nas políticas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). A cada ano, o Poder Executivo elabora o projeto de lei, destacando do PPA, e com orientação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que considera importante de ser realizado em determinado exercício financeiro, estimando as receitas e fixando as despesas que serão realizadas.

Cabe observar que a nomenclatura utilizada na LOA é específica para a alocação dos recursos públicos. No âmbito conceitual de suas políticas públicas, a SECIS utiliza a estrutura já apresentada nos programas estruturantes.

A SECIS coordena a execução das seguintes ações:

- Realização de Olimpíadas em Ciências;
- Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica;
- Apoio a Criação e ao Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia;
- Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos;
- Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva;
- Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais;
- Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis;
- Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital;
- Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital.

4.1.1 – Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2021			
Título	Ciência, Tecnologia e Inovação			
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos		Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
		e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		-	-	-
b) Outras Fontes		-	-	
c) Subtotais (a + b)		-	-	
d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
0499	Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	
0500	Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	
0501	Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.		Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	

Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2025		
Título	Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia.		
Órgão Responsável	Ministério das Comunicações		
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA	

e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	-	-		
f) Outras Fontes	-	-	-	
g) Subtotais (a + b)	-	-		
h) Valor Global Previsto no PPA			-	
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento	
0752	Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.		Ministério das Comunicações	

4.1.2 – Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

Os sistemas de acompanhamento, SIAFI e SIOP não dispõem de filtros de extração relativos à execução Orçamentária e Financeira do Objetivo, portanto, não há disponibilidade de dados para o devido preenchimento destes campos.

Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código		0499				
Descrição		Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.				
Programa		2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação				
Órgão Responsável		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros.	Unidade	300	0	Não se aplica	Não se aplica
2ª	Atingir 1.200 municípios com atividade em eventos de divulgação científica no ano.	Unidade	1.200	0	Não se aplica	Não se aplica
3ª	Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%.	Não quantificável	-	-	Não se aplica	Não se aplica

Identificação do Objetivo	
Código	0500
Descrição	Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação

Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Apoiar 150 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica.	Unidade	150	1	Não se aplica	Não se aplica
2ª	Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional.	Unidade	20	0	Não se aplica	Não se aplica
3ª	Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015.	Unidade	25		Não se aplica	Não se aplica
4ª	Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015.	Unidade	120	29	Não Aplica	Não se aplica
5ª	Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assitiva.	Unidade	40	7	Não se aplica	Não se aplica

Identificação do Objetivo						
Código	0501					
Descrição	Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação					
Órgão Responsável	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia.	Unidade	12	1	Não se aplica	Não se aplica
2ª	Apoiar 16 projetos de aplicação tecnológica para a gestão de desenvolvimento de esporte e lazer.	Unidade	16	0	Não se aplica	Não se aplica

Identificação do Objetivo	
Código	0752
Descrição	Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Programa		Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia					
Órgão Responsável		MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-		-	-	-	Não se aplica	Não se aplica

*A SECIS não é responsável pelo Objetivo 0752, portanto não se aplica a informação de sua execução, mas apenas por duas ações conforme consta no quadro A.4.4.

4.1.3 - Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.

As informações relativas aos campos da execução Orçamentária e Financeira não se aplicam a SECIS, tendo em vista que somos responsáveis apenas por algumas ações, e não em sua totalidade, as respectivas informações constam no quadro A.4.4. Cabe ressaltar que as Iniciativas não possuem metas e, portanto, não possuem valores passíveis de quantificação.

Quadro A.4.3 – iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	01Q9					
Descrição	Apoio a ações de ciência, tecnologia e de inovação na área de Educação Científica					
Objetivo	0499					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código	01QD					
Descrição	Apoio a projetos e eventos de divulgação científica, tecnológica e de inovação					
Objetivo	0499					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código	01QE					
Descrição	Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais					
Objetivo	0499					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código		01QG				
Descrição		Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos.				
Objetivo		0500				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código	01QK					
Descrição	Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva					
Objetivo	0500					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código		01QN				
Descrição		Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional				
Objetivo		0500				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-

Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código	01QO					
Descrição	Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos.					
Objetivo	0500					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código	01QS					
Descrição	Apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para as cidades sustentáveis					
Objetivo	0501					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código		02YZ				
Descrição		Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação				
Objetivo		0752				
Órgão ou Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social				
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

Identificação da Iniciativa						
Código	02Z6					
Descrição	Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo					

Objetivo	0752					
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Não se aplica	-	-	-	-	-	-

4.1.4 - Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Programa: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Identificação da Ação						
Código		2B08				
Descrição		Realização de Olimpíadas em Ciências, Matemática e Tecnologia da Informação				
Iniciativa		01Q9 - Apoio a ações de ciência, tecnologia e de inovação na área de Educação Científica				
Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social				
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.240.962,00	15.240.962,00	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

*Os recursos referentes a presente Ação foram repassados em sua totalidade para IMPA, bem como a sua execução Orçamentária e Financeira a cargo do mesmo.

A finalidade da Ação 2B08 consiste na realização de competições e desafios nas áreas de ciências, em estimular e apoiar a realização de atividades e iniciativas inovadoras na educação em ciências, assim como consolidar e ampliar as Olimpíadas Científicas de caráter nacional.

Identificação da Ação						
Código		6702				
Descrição		Apoio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica				
Iniciativa		01QD - Apoio a projetos e eventos de divulgação científica, tecnológica e de inovação				
Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social				
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.182.400,00	10.750.817,00	6.658.386,47	5.606.490,09	488.614,60	1.051.896,38	
5.117.875,49						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição		Unidade de	Meta Física		Meta Financeira

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Evento realizado	Unidade	32	32	7.382.400,00	6.458.387,00

Nesta ação poderão ser apoiadas atividades de apoio a projetos para a realização de competições nas áreas de ciências e matemática; apoio a realização de programa nacional de “Desafio Científico” para as escolas públicas que atinja estudantes de todas as regiões do país; apoio a realização de feiras, mostras de ciências, concursos, certames e desafios em ciências, matemática e tecnologia da informação; e estímulo a atividades de iniciação científica e tecnológica, assim como programas de apoio a jovens cientistas e similares.

Identificação da Ação							
Código		8961					
Descrição		Apoio à Criação e ao Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia					
Iniciativa		01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais					
Unidade Responsável		Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia					
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
7.520.000,00	7.520.000,00	3.879.494,11	1.026.442,68	54.020,00	2.853.051,43	972.422,68	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto Apoiado		Unidade	4	1	3.700.000,00	1.880.434,00

A finalidade da Ação 8961 consiste em promover a democratização do acesso ao conhecimento por meio de apoio a projetos, inclusive de criação e desenvolvimento de espaços científico-culturais, atividades ou eventos de divulgação científicos realizados por entidades científicas, universidades, instituições de pesquisa e ensino, organismos estaduais, municipais e outros.

Nesta ação poderão ser apoiadas atividades de: construção de centros e museus de ciências, com estímulo a atividades de caráter interativo e que favoreçam a apropriação social do conhecimento; aquisição de equipamentos destinados a espaços científico-culturais; apoio a projetos de capacitação tecnológica de museus ou centros de ciência e tecnologia para o quadro de pessoal da instituição; apoio a projetos de exposições (itinerantes ou não) e a atividades de divulgação, promoção e difusão da ciência e tecnologia no país; apoio a projetos de adequação de infraestrutura tecnológica dos espaços científicos e culturais para receberem pessoas com deficiência; apoio a projetos de virtualização de acervos de centros e museus de ciência e tecnologia; e criação de espaços de educação científica integrados às unidades de conservação ambiental, jardins botânicos e parques ambientais.

Identificação da Ação						
Código		8960				
Descrição		Apoio à Implantação e à Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos				
Iniciativa		01QG - Apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos				
Unidade Responsável		Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia				
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
58.080.000,00	58.080.000,00	12.167.008,82	345.371,78	334.301,46	11.821.367,04	11.070,32

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto apoiado	Unidade	13	0	7.700.000,00	2.700.000,00

A finalidade da Ação 8960 consiste na implantação, expansão e consolidação das instalações de Centros Vocacionais Tecnológicos, dotando-as de laboratórios de física, química, biologia, além de ambientes específicos voltados para a capacitação profissional; eventualmente, apoio financeiro complementar para execução de obras civis.

Nesta ação serão apresentadas iniciativas de: apoio que estabeleça e potencialize processos articulados de pesquisa, ensino e extensão, com vistas à apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos por parte da população para fins de inclusão social e produtiva, aumento da produtividade e competitividade dos produtos locais; apoio a projetos de inovação tecnológica que atendam aos princípios do desenvolvimento local. O apoio compreende o desenvolvimento de projetos de extensão tecnológica (pesquisa/ensino e extensão) voltados aos APLs consolidados e emergentes, segurança alimentar e nutricional e tecnologias para cidades sustentáveis; apoio a projetos de implantação, expansão e consolidação das instalações de Centros Vocacionais Tecnológicos, com foco na promoção de interação das capacidades dos atores locais, dentro de suas vocações regionais, visando à promoção de desenvolvimento econômico e social sustentável; contribuir para a melhoria da educação científica; proporcionar cursos de formação técnica e/ou profissional, presencial ou à distância na área científico-tecnológica.

Com este objetivo poderão ser apoiadas as seguintes ações: apoio a construção ou adequação de imóveis para instalação de CVTs; apoio a oferta de atividades de extensão tecnológica, formação profissional de base tecnológica e apoio ao empreendedorismo local.

Identificação da Ação							
Código		8976					
Descrição		Apoio a Projetos de Tecnologias Social e Assistiva					
Iniciativa		01QK - Apoio a projetos de Tecnologia Social e de Tecnologia Assistiva					
Unidade Responsável		Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social					
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
140.114.851,00	140.114.851,00	3.460.008,75	1.865.437,43	647.172,75	1.594.571,32		
1.218.264,68							
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto apoiado		Unidade	41	0	77.300.000,00	3.060.009,00

Nesta ação poderão ser apresentadas iniciativas de:

- Apoio a projetos e atividades de pesquisa e extensão tecnológica, voltados à inclusão social e produtiva, com foco no desenvolvimento de tecnologia social e a valorização dos saberes locais e tradicionais;
- Apoio a projetos de desenvolvimento ou aplicação de tecnologias para a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento social de grupos e comunidades rurais e urbanas que vivem abaixo da linha de pobreza;
- Apoio a projetos de desenvolvimento ou aplicação de tecnologia social voltada ao acesso à água junto a populações rurais e urbanas do semiárido brasileiro.

- Apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento e extensão tecnológica com vistas ao incremento da agrobiodiversidade, à subsistência e ao desenvolvimento produtivo de agricultores familiares, populações tradicionais e povos indígenas.
- Apoio a criação e consolidação de núcleos de pesquisa, desenvolvimento e extensão em tecnologia social, voltados à área de segurança alimentar e nutricional;
- Apoio a empreendimentos econômicos solidários que estejam relacionados com processos de inovação social ou a consolidação de novos processos produtivos.
- Apoio a projetos de estruturação de núcleos interdisciplinares vinculados a instituições científicas e tecnológicas, com foco no desenvolvimento de produtos e metodologias que promovam a autonomia das pessoas com deficiência;
- Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para as propostas de criação e/ou consolidação de núcleos de pesquisa, desenvolvimento e extensão de tecnologia social é exigida a participação de instituições públicas de ensino superior federal ou estadual, instituições científicas ou unidades de pesquisa do MCTI, na modalidade de interveniente.

Para as demais propostas, deverá ser articulada a interveniência das supracitadas instituições de ensino e pesquisa.

Identificação da Ação						
Código		8975				
Descrição		Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Aplicado à Segurança Alimentar e Nutricional.				
Iniciativa		01QN - Fomento a pesquisa e desenvolvimento aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional.				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional				
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6000.000,00	600.000,00	380.969,82	300.000,00	-	80.969,82	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto apoiado	Unidade	1	1	600.000,00	380.970,00

Esta ação tem como foco o fomento ao desenvolvimento de projetos, programas e ações destinados à pesquisa, ensino e extensão voltados para a segurança alimentar e nutricional (SAN) no campo da ciência e tecnologia para inclusão social, com enfoque multidisciplinar e recortes territorial, étnico-racial e de gênero, com garantia de ampla divulgação dos resultados para a sociedade, e valorizadas e replicadas às iniciativas e experiências que contribuam para a promoção da SAN, melhoria da qualidade de vida e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Atividades que podem ser apoiadas:

- Apoio a redes de segurança alimentar e nutricional e grupos de pesquisa e/ou extensão em Segurança Alimentar e Nutricional, vinculados a Instituições Científicas e Tecnológicas;
- Criação de Centros Vocacionais Tecnológicos articulados ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Apoio a projetos de popularização e difusão do conhecimento e de informações em Segurança Alimentar e Nutricional;

- Apoio ao desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais em Segurança Alimentar e Nutricional construídas na interação com as comunidades.

Identificação da Ação							
Código		8977					
Descrição		Fomento à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais					
Iniciativa		01QO - Fomento a pesquisa e desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, Micro e Pequenos Empreendimentos					
Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social					
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.800.000,00	2.800.000,00	1.477.452,32	805.384,00	283.330,00	672.068,31		
522.054,00							
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto apoiado		Unidade	3	0	1.500.000,00	1.477.452,00

Identificação da Ação							
Código		20HW					
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologias para Cidades Sustentáveis					
Iniciativa		01QS - Apoio ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para as cidades sustentáveis					
Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS					
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação -MCTI					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
2.400.000,00	2.400.000,00	558.012,89	0,00	-	558.012,89	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto apoiado		Unidade	3	2	2.000.000,00	558.013,00

Finalidade da Ação: apoio a projetos de desenvolvimento de tecnologias nas áreas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e fontes renováveis de energia. Fomento à pesquisa aplicada em tecnologias que contribuam para a descarbonização da indústria da construção civil, o desenvolvimento de novos materiais de construção e técnicas construtivas não convencionais e de baixo custo para construções de interesse social. Apoio a projetos para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e demonstração nas áreas de mobilidade, saneamento ambiental e sistemas sustentáveis de energia para o desenvolvimento social. Apoio à criação e consolidação de redes de pesquisa e cooperação tecnológica para Cidades Sustentáveis envolvendo instituições nacionais e internacionais bem como organismos multilaterais.

Com esta ação poderão ser apoiadas atividades de pesquisa aplicada e demonstração tecnológica, voltadas à racionalização do uso de recursos naturais e promoção da sustentabilidade socioambiental, com foco nas seguintes áreas: Construções Sustentáveis de interesse Social; Mobilidade e Sistema de Transporte Coletivo; Saneamento Ambiental; e Sistemas Sustentáveis de Energia.

Programa: 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Identificação da Ação							
Código		6492					
Descrição		Fomento à Elaboração e à Implantação de Projetos Tecnológicos de Inclusão Digital					
Iniciativa		02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores de cidades digitais e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.					
Unidade Responsável							
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
93.425.000,00	93.425.000,00	17.519.138,70	34.858,25	-	17.484.280,45	34.858,25	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto apoiado		Unidade	119	0	9.375.000,00	1.119.139,00

Finalidade da Ação:

- Apoio a convergência das ações do governo federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte, em coadunância com o Plano Nacional de Banda Larga;
- Apoio a projetos de implementação de infraestrutura de banda larga para Cidade Digital, promovendo o acesso à Internet via rede de fibra ótica ou rede híbrida integrada (cabeamento, satélite, radiofrequência etc.), criando redes metropolitanas de comunicação, interligando órgãos públicos, bem como instituições públicas ou comunitárias que atuam na área de ciência, tecnologia e inovação;
- Apoiar o desenvolvimento e implementação de soluções de governo eletrônico (e.gov);
- Promover o acesso dos diversos órgãos da administração pública, universidades e instituições de ensino técnico/tecnológico, e, por conseguinte, dos cidadãos do meio urbano e rural, atendidos por estas instituições, às tecnologias de informação e comunicação e ao acervo de conhecimento científico e tecnológico, contribuindo para a inclusão social, para a integração de políticas e para o fortalecimento da gestão pública.

Identificação da Ação						
Código		1E13				
Descrição		Apoio a Espaços Públicos de Inclusão Digital				
Iniciativa		02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo				
Unidade Responsável		Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social				
Unidade Orçamentária		24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
31.295.000,00	31.295.000,00	12.638..818,52	0,00	-	12.683.818,52	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1ª	Projeto apoiado	Unidade	5	0	3.500.000,00	0,00

Finalidade da Ação: Implantação e fortalecimento de Espaços Públicos de Inclusão Digital (telecentros, centros de inclusão digital, laboratórios de informática em escolas públicas, etc.), dotados de infraestrutura e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, capazes de promover a difusão de conhecimento científico e tecnológico; a capacitação dos cidadãos e sua inclusão na sociedade da informação e do conhecimento; bem como a convergência das ações do governo federal nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. Estes espaços devem proporcionar acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet, dispositivos para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões.

4.1.5 - Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado de Responsabilidade da UJ.

Resposta: Não se aplica

4.1.6 - Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.

Resposta: Não se aplica

4.2 – Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

A estratégia adotada pela UJ para liberação de recursos inscritos em restos a pagar está diretamente relacionada com a regularização fiscal, por parte dos convenientes, de eventuais pendências existentes, da disponibilidade financeira do órgão, da apresentação de prestação de contas parciais, no caso de cronograma de execução que prevê pagamento em parcelas, dentre outros.

4.2.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Ciência e Tecnologia	24101	240102

4.2.2 – Programação de Despesas

4.2.2.1 – Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	33.559.892,00	43.832.126,00
	PLOA	-	-	-	-	33.559.892,00	43.832.126,00

	LOA	-	-	-	-	99.806.623,00	76.618.188,00
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	1.884.912,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	10.525.711,00
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	166.926.407,00	176.693.060,00

Fonte: SIAFI

4.2.2.2 – Programação de Despesa de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	11.315.000,00	16.298.168,00	-	-	-	-
	PLOA	11.315.000,00	16.298.168,00	-	-	-	-
	LOA	261.851.590,00	16.298.168,00	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	1.600.000,00	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	6.142.919,00	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	284.481.590,00	56.637.423,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

4.2.2.3 – Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	33.559.892,00	43.832.126	11.315.000,00	16.298.168,00	-	-
	PLOA	33.559.892,00	43.832.126,00	11.315.000,00	16.298.168,00	-	-
	LOA	99.806.623,00	76.618.188,00	261.851.590,00	16.298.168,00	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	1.884.912,00	-	1.600.000,00	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	10.525.711,00	-	6.142.919,00	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-
	Total	166.926.407,00	176.693.060,00	284.481.590,00	56.637.423,00	-	-

Fonte: SIAFI

4.2.2.4 - Análise Crítica

As ações voltadas para a popularização da CT foram executadas em quase 100%. A ação de Apoio a Projetos e Eventos de Educação e Divulgação Científica foi inteiramente executada e ainda foram conseguidos recursos extras para os editais de Olimpíadas e de Feiras de Ciências provenientes da CAPES e da SEB (MEC) e do CNPq. Do mesmo modo, a SNCT contou com recursos adicionais em todos os estados de secretarias e FAPs estaduais. Na ação de Apoio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia cujo valor é muito baixo para a demanda qualificada de projetos, 13% ficaram sem execução devido à falta de limite financeiro no momento da finalização de projetos. O recurso da ação Apoio às Olimpíadas de Ciências foi inteiramente destinado, como nos anos anteriores, para a realização da OBMEP. É importante destacar, portanto, que os recursos foram utilizados praticamente em sua inteireza. Mas deve ser ressaltado que os recursos orçamentários destinados às ações de popularização da CT e melhoria da educação científica são claramente insuficientes para atender à demanda crescente e qualificada das instituições de ensino e pesquisa. Como destacado anteriormente alguns editais importantes para a educação e a divulgação científica – alguns deles programados com outros parceiros desde 2010 – não puderam ser realizados.

Ressalte-se que não houve alteração significativa nos recursos orçamentários destinados a estas ações entre 2010 e 2012. Para 2013 houve um acréscimo de 5 milhões na ação para eventos de divulgação científica, mas ainda bastante insuficiente dada a demanda já apontada e a programação constante na ENCTI. No entanto, a pretensão expressa na IV CNCTI e na ENCTI 2012-2015 de um programa consistente de apoio à criação e ao desenvolvimento de museus e centros de CT vai por terra quando se observa que esta ação tem destinada a ela apenas 1,9 milhão de reais para 2013. Se não forem destinados recursos adicionais do FNDCT para tal programa, assim como o edital programado desde 2010, o programa não terá condições de sair do papel.

A CGSA em contribuição à diretriz III da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), conforme definido no inciso III do Decreto nº 7.272/2010 quanto à “instituição de processos permanentes de (...) pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada”, apoiou, em parceria com o Consea e o MDS, a realização do Seminário Nacional de Pesquisa em SAN. Como resultados, deflagrou-se as bases para a constituição de uma rede de pesquisadores em SAN, discutiu-se uma proposta de agenda de pesquisa na área e se problematizou desafios do financiamento deste campo de conhecimento. Ainda, os ministros de ciência e tecnologia da UNASUL com o objetivo de fomentar a integração da região, aprovaram o Programa de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional para contribuir para o desenvolvimento da SAN em seus países membros por meio da cooperação em rede de pesquisa e extensão. E prevendo a contratação de consultoria especializada em SAN, foi apoiado o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/001 (PCT) voltado para o fortalecimento da capacidade técnica, institucional e operacional da SECIS/MCTI.

Soma-se a isso, a articulação dos editais para Centros Vocacionais Tecnológicos em SAN em parceria com o MDS, e a articulação do edital do PROEXT2014 com o Subtema Segurança Alimentar e Nutricional: Apoio a criação e consolidação de núcleos de pesquisa, desenvolvimento e extensão tecnológica, voltados à área de segurança alimentar e nutricional; Apoio a projetos de popularização e difusão do conhecimento e de informações em Segurança alimentar e nutricional; Apoio ao desenvolvimento e replicação de tecnologias sociais em segurança alimentar e nutricional construídas na interação com as comunidades. Pretende-se, ainda, articular uma Rede Nacional, no âmbito da UNASUL e África em

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional com apoio da FAO, da UFPR, do MRE/CGfome e Embrapa. Neste sentido, para executar a articulação devida da rede estima-se os custos abaixo por ano:

1. Editais/ Chamamentos Públicos em SAN – R\$1,5 milhão/ ano;
2. Missões – R\$ 100 mil/ ano;
3. Seminários de acompanhamento e avaliação – R\$200 mil/ano; e
4. Formação/ manutenção/ articulação da Rede (custo estimado pela UFPR) – R\$700 mil/ano.

Dificuldades na execução: limites de empenho de passagens e diárias para realização das missões e intercâmbio de experiências; quantitativo insuficiente da equipe: 1 analista, Em 2013 será agregado 2 assistentes, ainda insuficientes para a execução das meta e insuficiente frente à demanda. No anos de 2012, em decorrência de mudanças de gestão, três diferentes servidores ocuparam a coordenação da CGSA, dificultando a continuidade e planejamento das ações; plano orçamentário da CGSA é de apenas cerca de R\$700mil, sendo necessário garantir parcerias para efetivar o programa, ou incremento nos recursos OGU.

É de evidente importância que a SECIS tenha incremento de recursos orçamentários próprios que possibilitem a execução de suas políticas e programas e que diminuam a grande dependência dos recursos provenientes de emendas parlamentares, de execução incerta e com maior dificuldade para políticas integradas. Note-se que uma porcentagem da ordem de 3% do FNDCT já foi destinada anteriormente às ações de CT&I para desenvolvimento social, que era usada para editais ou encomendas via SECIS, CNPq ou Finep, em anos anteriores (período 2006 a 2010). A CT&I para o Desenvolvimento Social foi um dos eixos centrais da IV Conferência Nacional de CT&I que apontou, em suas conclusões finais, a importância de se ter recursos suficientes para ações neste domínio.

Destacamos que, dadas as condições e os recursos disponíveis, achamos que as atividades da SECIS/MCTI no que concerne às ações de popularização da CT tiveram um bom desempenho. Ele poderia, no entanto, ser muito melhor, sem presença de alguns obstáculos. Podemos sintetizar as principais dificuldades enfrentadas em 2012 para a execução dessas ações: i) Recursos orçamentários insuficientes face à demanda qualificada e ao crescimento significativo das atividades; ii) dificuldades burocráticas que dificultam e atrasam o repasse de recursos públicos e que limitam a flexibilidade necessária à organização de atividades e eventos espalhados por todo o país; iii) pessoal insuficiente e condições de trabalho deficientes no departamento; iv) limitação drástica de passagens e diárias para viagens necessárias do pessoal técnico pelo país; v) dificuldade na articulação e na realização de ações integradas com outros órgãos de governo.

Infelizmente por restrições orçamentárias e contingenciamento, alguns editais importantes para a educação e a divulgação científica, anteriormente programados (desde 2010), e que seriam feitos em parceria com o MEC ou com outros órgãos governamentais - não puderam ser realizados como: i) edital para centros e museus de CT, pelo CNPq, com a parceria das FAPs; ii) edital (tipo pitching) para programa de TV de divulgação científica na TV Brasil, em parceria com a EBC; iii) edital para Materiais e Metodologias Inovadoras para a educação científica (parceria CNPq, CAPES e SEB/MEC).; iv) criação do Portal de Popularização da C&T. A razão principal para isto é que os recursos orçamentários diretos para as ações ligadas à popularização da CT têm permanecido os mesmos ou até sofrido decréscimo de 2004 para cá, apesar do aumento grande de atividades de divulgação científica, como fica evidenciado no caso da SNCT. Além disso, entre 2005 e 2010 foram aportados recursos adicionais provenientes do FNDCT, o que possibilitou que vários editais e outras ações de amplitude nacional fossem realizados. No entanto, isto não mais ocorreu em 2011 e 2012, implicando na redução das atividades e editais programados. Isto significa que os itens 1, 2 e 4 da ENCTI foram cumpridos de forma adequada. Já os itens 3 (aprimoramento,

ampliação do número e distribuição mais equitativa dos espaços científico-culturais pelo território nacional, com ênfase nos museus científicos interativos) e 5 (promoção da presença mais intensa e com qualidade da C&T nos meios de comunicação, por meio de programas de TV, rádio, uso da internet, TV Digital e redes sociais) ficaram comprometidos pela insuficiência de recursos.

O contingenciamento prejudicou o atendimento de várias propostas já aprovadas que se encontravam no banco de projetos. Além do contingenciamento dos recursos próprios - OGU, os recursos oriundos de emendas também foram contingenciados.

Muitos proponentes não possuem capacidade técnica para execução do convênio, mas a maior dificuldade encontrada é a alta inadimplência dos municípios (CAUC) o que inviabilizou firmar convênios novos ou liberar recursos dos convênios em execução, e em especial, o cancelamento de convênios.

Outro fator preponderante para não execução orçamentária das emendas é que muitos limites foram liberados no final do ano, não havendo tempo hábil para análise, ajustes e aprovação das propostas apresentadas.

O orçamento disponibilizado para Tecnologias Social e Assistiva foi direcionado para atender as demandas oriundas do Plano Viver sem Limite na área de tecnologia assistiva.

Os recursos orçamentários próprios foram utilizados para atendimento do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação com o MDIC para o desenvolvimento do Portal Nacional de APLs e realização de pesquisa e coleta de dados primários de APLs no território nacional. Como houve contingenciamento de emendas parlamentares, não foi possível o apoio a outras iniciativas.

De uma forma geral, as dificuldades de alcançarmos as metas previstas no PPA estão diretamente ligadas ao insuficiente recurso orçamentário - OGU e ao contingenciamento de recursos próprios e de emendas parlamentares.

Soma-se a insuficiência de servidores com conhecimento e experiência para executar as atividades da Secretaria. Tema que acreditamos começar a ser sanado após a posse dos servidores em 2013, restando ainda, o desafio de capacitá-los e inserí-los no contexto das atividades da Secretaria.

4.2.3 – Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	240101	240105	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	60.000,00
		240101	240106	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	29.950,00
		240101	240121	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	20.000,00
		240101	240123	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	15.000,00
		240101	240126	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	39.200,00
		240101	240129	10.24101.19.572.2021.8976	-	-	615.000,00
		240101	240127	10.24101.19.571.2021.8977	-	-	22.054,00
	Recebidos	240102	240101	10.24101.19.571.2021.20HW	-	-	1.200.000,00
		240102	240101	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	5.682.400,00
		240102	240101	10.24101.19.573.2021.8960	-	-	3.280.000,00
		240102	240101	10.24101.19.571.2021.8975	-	-	500.000,00
		240102	240101	10.24101.19.572.2021.8976	-	-	3.466.670,00

		240102	240101	10.24101.19.572.2021.8977	-	-	1.050.000,00
		240102	240101	10.24101.19.573.2025.1E13	-	-	4.850.000,00
		240102	240101	10.24101.19.126.2025.6492	-	-	2.328.858,25
Movimentação Externa	Concedidos	240101	153163	10.24101.19.571.2021.20HW	-	-	17.100,00
		240101	153114	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	188.432,00
		240101	153115	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	264.606,14
		240101	153165	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	28.299,00
		240101	154019	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	109.059,83
		240101	364102	10.24101.19.573.2021.6702	-	-	2.470.769,52
		240101	364102	10.24101.19.573.2021.8960	-	-	1.000.000,00
		240101	153103	10.24101.19.572.2021.8976	-	-	17.622,02
		240101	154080	10.24101.19.573.2021.8976	-	-	14.705,35
		240101	158092	10.24101.19.572.2021.8976	-	-	28.595,91
		240101	158142	10.24101.19.573.2021.8976	-	-	93.242,64
		240101	280101	10.24101.19.573.2021.8976	-	-	319.070,00
		240101	280101	10.24101.19.573.2021.8977	-	-	283.330,00
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	240101	240129	10.24101.19.573.2021.8976	858.000,00	-	-
	Recebidos	240102	240101	10.24101.19.571.2021.20HW	648.480,69	-	-
		240102	240101	10.24101.19.573.2021.6702	1.400.000,00	-	-
		240102	240101	10.24101.19.573.2021.8960	9.188.652,10	-	-
		240102	240101	10.24101.19.573.2021.8976	2.749.271,81	-	-
		240102	240101	10.24101.19.573.2021.8977	427.473,31	-	-
		240102	240101	10.24101.19.573.2025.1E13	7.849.677,48	-	-
		240102	240101	10.24101.19.126.2025.6492	15.340.280,45	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	240101	153163	10.24101.19.571.2021.20HW	90.912,89	-	-
		240101	153114	10.24101.19.573.2021.6702	41.200,00	-	-
		240101	364102	10.24101.19.573.2021.6702	1.358.500,00	-	-
		240101	158133	10.24101.19.573.2021.8960	3.899.890,52	-	-
		240101	364102	10.24101.19.573.2021.8960	880.000,00	-	-
		240101	153103	10.24101.19.573.2021.8976	299.968,94	-	-
		240101	154080	10.24101.19.573.2021.8976	156.785,69	-	-
		240101	158092	10.24101.19.573.2021.8976	213.827,00	-	-

		240101	158142	10.24101.19.573.2021.897 6	52.453,70	-	-
		240101	364102	10.24101.19.573.2025.1E1 3	160.150,00	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-	-

4.2.4 – Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.777.547,22	20.510.326,52	1.539.727,22	4.204.907,49
a) Convite	-	36.520,00	-	27.990,00
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.777.547,22	20.473.806,52	1.539.727,22	4.176.917,49
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	271.028,45	3.061.423,00	271.028,45	1.193.112,84
g) Dispensa	95.105,25	2.912.791,50	95.105,25	1.067.234,63
h) Inexigibilidade	175.923,20	148.631,50	175.923,20	125.878,21
3. Regime de Execução Especial	-	4.997,52	-	4.997,52
i) Suprimento de Fundos	-	4.997,52	-	4.997,52
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	7.064,73	-	7.064,73	-
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	7.064,73	-	7.064,73	-
5. Outros	5.446.687,92	-	4.644.643,46	-
6. Total (1+2+3+4+5)	7.502.328,32	23.576.747,04	6.462.463,86	5.403.017,85

Fonte: SIAFI

4.2.4.1.2 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Não se aplica	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida								
Não se aplica	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
14 - Diárias Civil	7.064,73	1.110,54	7.064,73	1.110,54	-	-	7.064,73	1.110,54
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	988.929,68	-	-	-	988.929,68	-	-	-
20 - Auxílio	1.570.769,52	-	1.570.733,52	-	36,00	-	1.570.733,52	-

Financeiro a Pesquisadores								
30 - Material de Consumo	46.145,84	-	26.614,00	-	19.531,84	-	13525,81	-
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	20.000,00	-	13.525,81	-	6.474,19	-	13.525,81	-
37 - Locação de Mão-de-Obra	280.000,00	-	280.000,00	-	-	-	280.000,00	-
36 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	-	-	-	-	-	-	-	-
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.384.382,87	255.265,00	3.294.21,12	250.000,00	90.171,65	5.265,00	3.294.211,22	250.000,00
41 - Contribuições - Fundo a Fundo	11.194.336,04	-	870.000,00	-	90.171,65	-	870.00,00	-
47 – Obrig. Tribut e Contrib.-Op. Intra-Orçamentária	-	-	-	-	-	-	-	-
92 - Despesas de Exec. Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
93 - Indenizações e Restituições	989,57	-	987,57	-	-	-	989,57	-

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	2.398.650,00	-	950.194,46	-	1.448.455,54	-	148.150,00	-
41 - Auxílios - Fundo a Fundo	27.877.281,24	-	-	-	27.877.281,24	-	-	-
42 – Auxílios	-	-	-	-	-	-	-	-
52 – Equip. e Material Permanente – Op. Intra-Orç.	858.000,00	-	483.359,72	-	374.640,28	-	245.539,72	-
5. Inversões Financeiras								
Não se aplica	-		-		-	-	-	-
6. Amortização da Dívida								
Não se aplica	-		-		-	-	-	-

4.2.4.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Resposta: Nos exercícios de 2012 e 2011 não houve crédito de movimentação na SECIS.

4.2.4.2.2 - Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Resposta: Nos exercícios de 2012 e 2011 não houve crédito de movimentação na SECIS.

4.2.4.2.3 – Análise Crítica

Resposta: Não se aplica à SECIS

5 – Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 – Reconhecimento de Passivos

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.1.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

A UJ não possui registro de passivo por insuficiência de crédito ou recursos, pois os convênios são firmados sempre após a emissão da nota de empenho.

5.1.2 – Análise Crítica

Resposta: Não se aplica a UJ

5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	11.050,00	-	11.050,00	-
2010	12.024.448,00	-	6.804.748,00	5.219.700,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	70.564.090,76	17.587.513,43	10.513.475,16	42.463.102,17
2010	147.871.348,53	75.054.352,77	28.198.160,02	44.618.835,74

Fonte: SIAFI

5.2.2 – Análise Crítica

A estratégia adotada pela UJ para liberação de recursos inscritos em restos a pagar está diretamente relacionada com a regularização fiscal, por parte dos convenientes, de eventuais pendências existentes, da disponibilidade financeira do órgão, da apresentação de prestação de contas parciais, no caso de cronograma de execução que prevê pagamento em parcelas, dentre outros.

5.3 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 – Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Os Quadros abaixo, com a especificação A.5.3, contemplam os valores das transferências vigentes no exercício de referência do relatório de gestão quanto aos convênios, contratos de repasse e termos de cooperação, respectivamente.

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

CONVÊNIOS

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação									
CNPJ:º 03.132.745/0001-00			UG/GESTÃO:240101/0001						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	01.0013.00/2005	00.316.711/0001-70	362.000,00	168.200,00	0,00	226.000,00	14/06/05	03/08/12	1
1	01.0035.00/2005	88.124.961/0001-59	352.069,73	32.000,00	0,00	240.069,73	30/06/05	12/03/13	1
1	01.0071.00/2005	88.124.961/0001-59	1.597.468,84	325.884,31	0,00	400.000,00	26/12/05	10/02/12	1
1	01.0093.00/2005	73.642.415/0001-32	2.571.620,39	1.101.789,40	0,00	1.274.948,51	20/07/05	01/02/12	1
1	01.0061.00/2007	07.821.703/0001-20	881.001,22	81.001,22	0,00	800.000,00	31/12/07	31/12/12	1
1	01.0068.00/2007	41.230.103/0001-25	5.384.250,86	538.425,08	0,00	4.845.825,78	31/12/07	20/02/12	1
1	01.0070.00/2007	02.017.474/0001-71	13.200.000,00	1.200.000,00	0,00	12.000.000,00	31/12/07	30/11/12	1
1	01.0072.00/2007	01.131.713/0001-57	525.000,00	25.000,00	0,00	500.000,00	31/12/07	29/02/12	1
1	01.0085.00/2007	47.970.769/0001-04	855.450,00	171.090,00	0,00	439.765,00	31/12/07	10/10/12	1
1	01.0087.00/2007	06.091.808/0001-08	2.000.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	31/12/07	18/05/12	1
1	01.0089.00/2007	45.358.249/0001-01	845.130,00	210.000,00	0,00	635.130,00	31/12/07	03/03/12	1
1	01.0090.00/2007	19.377.514/0001-99	11.768.598,00	3.421.600,00	0,00	8.346.998,00	31/12/07	31/12/13	1
1	01.0094.00/2007	08.281.073/0001-00	800.000,00	200.000,00	0,00	600.000,00	31/12/07	29/12/12	1

1	01.0108.00/2007	07.827.773/0001-95	277.640,00	28.000,00	0,00	249.640,00	31/12/07	06/04/13	1
1	01.0111.00/2007	75.654.574/0001-82	261.000,70	59.000,70	0,00	202.000,00	31/12/07	08/09/12	1
1	01.0123.00/2007	00.394.718/0001-00	111.111,12	11.111,12	0,00	80.000,00	25/07/11	14/03/12	1
1	01.0129.00/2007	19.377.514/0001-99	24.000.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	31/12/07	19/12/13	1
1	01.0150.00/2007	05.497.968/0001-99	16.450.000,00	1.650.000,00	0,00	14.800.000,00	31/12/07	21/12/13	1
1	01.0155.00/2007	19.377.514/0001-99	4.500.000,00	1.700.000,00	0,00	2.800.000,00	31/12/07	14/11/12	1
1	01.0158.00/2007	13.187.745/0001-53	5.642.368,75	760.511,69	0,00	4.881.857,06	31/12/07	30/04/12	1
1	01.0008.00/2008	17.200.684/0001-78	620.339,00	12.000,00	0,00	608.339,19	01/07/08	30/10/12	1
1	01.0011.00/2008	22.441.463/0001-21	3.878.787,88	38.787,88	0,00	3.840.000,00	06/08/08	06/03/12	1
1	01.0013.00/2008	76.995.448/0001-54	600.000,00	100.000,00	0,00	500.000,00	30/12/08	29/08/12	1
1	01.0024.00/2008	03.658.028/0001-09	450.000,00	50.000,00	0,00	400.000,00	23/12/08	29/01/13	1
1	01.0030.00/2008	00.394.577/0001-25	112.000,00	12.000,00	0,00	100.000,00	07/12/08	29/06/12	1
1	01.0034.00/2008	09.072.455/0001-97	1.500.000,00	100.000,00	0,00	1.400.000,00	31/12/08	31/12/12	1
1	01.0100.00/2008	01.682.869/0001-26	1.836.465,38	336.465,38	0,00	1.500.000,00	31/12/08	03/01/12	1
1	01.0103.00/2008	27.165.570/0001-98	224.674,27	24.674,27	0,00	200.000,00	31/12/08	28/02/12	1
1	01.0113.00/2008	80.869.886/0001-43	516.000,00	16.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/12/12	1
1	01.0114.00/2008	08.806.721/0001-03	18.907.348,00	1.000.000,00	0,00	12.261.938,95	14/12/10	03/05/12	1
1	01.0119.00/2008	08.691.976/0001-60	21.367.715,56	2.136.771,56	0,00	19.230.944,00	26/12/08	30/01/14	1

1	01.0122.00/2008	08.348.971/0001-39	18.719.982,58	1.701.816,58	0,00	0,00	31/12/08	31/12/12	1
1	01.0123.00/2008	01.237.403.0001-11	252.600,00	12.600,00	0,00	0,00	31/12/08	13/02/12	1
1	01.0131.00/2008	01.612.383/0001-11	461.309,00	21.309,00	0,00	0,00	31/12/08	27/05/13	1
1	01.0135.00/2008	41.230.103/0001-25	1.500.000,00	180.000,00	0,00	1.320.000,00	31/12/08	31/07/12	1
1	01.0136.00/2008	41.230.103/0001-25	3.699.202,00	504.397,00	0,00	3.194.805,00	31/12/08	15/02/13	1
1	01.0140.00/2008	04.902.299/0001-20	406.000,00	106.000,00	0,00	300.000,00	31/12/08	07/12/12	1
1	01.0141.00/2008	08.978.226/0001-73	777.778,00	77.778,00	0,00	700.000,00	29/12/08	28/12/12	1
1	01.0143.00/2008	41.230.103/0001-25	1.123.410,00	123.410,00	0,00	1.000.000,00	31/12/08	15/02/12	1
1	01.0144.00/2008	13.394.044/0001-95	671.201,82	331.201,82	0,00	340.000,00	31/12/08	25/02/12	1
1	01.0147.00/2008	41.230.103/0001-25	644.214,26	80.000,00	0,00	564.214,26	31/12/08	16/02/12	1
1	01.0149.00/2008	07.432.522/0001-01	1.666.666,66	166.666,66	0,00	1.500.000,00	31/12/08	15/08/12	1
1	01.0156.00/2008	41.230.103/0001-25	1.225.400,00	125.400,00	0,00	1.100.000,00	31/12/08	01/07/12	1
1	01.0165.00/2008	63.606.479/0001-24	556.994,12	57.000,00	0,00	499.994,12	31/12/08	22/02/13	1
1	01.0166.00/2008	01.612.528/0001-84	116.126,02	12.667,10	0,00	103.458,92	31/12/08	29/02/12	1
1	01.0167.00/2008	05.497.968/0001-99	1.110.138,89	110.138,89	0,00	1.000.000,00	31/12/08	15/12/12	1
1	01.0171.00/2008	88.124.961/0001-59	156.880,00	39.220,00	0,00	156.880,00	31/12/08	27/03/12	1
1	01.0173.00/2008	90.738.196/0001-09	2.778.000,00	278.000,00	0,00	2.500.000,00	31/12/08	22/02/12	1
1	01.0177.00/2008	19.377.514/0001-99	500.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	31/12/08	28/02/12	1
1	01.0179.00/2008	05.572.043/0001-65	636.420,00	136.420,00	0,00	500.000,00	31/12/08	30/11/12	1

1	01.0182.00/2008	04.365.326/0001-73	14.493.935,96	1.939.000,00	0,00	12.554.935,96	31/12/08	27/12/13	1
1	01.0189.00/2008	65.172.579/0001-15	18.526.132,44	4.549.965,00	0,00	13.976.167,44	20/12/11	31/12/14	1
1	01.0191.00/2008	19.198.118/0001-02	15.750.000,00	3.150.000,00	0,00	12.600.000,00	07/05/10	31/10/13	1
1	01.0201.00/2008	19.377.514/0001-99	1.000.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	13/02/12	1
1	01.0205.00/2008	18.428.839/0001-90	2.866.000,00	966.000,00	0,00	0,00	31/12/08	23/12/13	1
1	01.0207.00/2008	87.297.982/0001-03	550.000,00	50.000,00	0,00	500.000,00	31/12/08	31/03/12	2
1	01.0012.00/2009	01.619.207/0001-01	135.004,00	5.004,00	0,00	130.000,00	16/11/09	30/04/12	1
1	01.0019.00/2009	72.182.132/0001-92	169.880,00	69.880,00	100.000,00	100.000,00	30/12/09	01/06/14	1
1	01.0020.00/2009	08.778.326/0001-56	6.386.000,00	1.510.000,00	0,00	4.756.000,00	13/10/09	01/10/12	1
1	01.0022.00/2009	18.188.250/0001-62	681.441,00	15.000,00	0,00	666.441,00	26/11/09	31/11/13	1
1	01.0027.00/2009	58.200.015/0001-83	1.195.652,20	95.652,20	0,00	1.100.000,00	06/11/09	31/12/12	1
1	01.0039.00/2009	05.293.230/0001-00	60.600,00	606,00	0,00	59.994,00	30/12/09	24/04/13	1
1	01.0050.00/2009	07.954.480/0001-79	26.690.765,22	11.990.765,22	0,00	10.950.000,00	30/12/09	31/12/13	1
1	01.0051.00/2009	28.614.865/0001-67	489.800,00	9.800,00	480.000,00	480.000,00	30/12/09	16/06/13	1
1	01.0052.00/2009	46.177.523/0001-09	1.691.211,00	191.211,00	0,00	1.500.000,00	30/12/09	27/08/12	1
1	01.0056.00/2009	05.560.772/0001-00	481.228,00	7.463,50	0,00	236.882,25	30/12/09	26/05/12	2
1	01.0062.00/2009	19.377.514/0001-99	1.270.000,00	520.000,00	0,00	750.000,00	29/12/09	11/03/12	1
1	01.0066.00/2009	10.912.293/0001-37	178.080,00	28.080,00	0,00	150.000,00	28/12/09	14/05/12	1
1	01.0068.00/2009	00.438.200/0001-20	770.000,00	70.000,00	0,00	700.000,00	30/12/09	28/02/12	1

1	01.0075.00/2009	45.339.363/0001-94	544.000,00	44.000,00	0,00	0,00	30/12/09	31/11/12	1
1	01.0080.00/2009	00.768.913/0001-52	524.000,00	24.000,00	0,00	500.000,00	30/12/09	18/06/12	1
1	01.0082.00/2009	51.816.247/0001-11	412.420,00	12.420,00	0,00	400.000,00	30/12/09	01/02/12	1
1	01.0084.00/2009	00.433.839/0001-13	181.496,82	21.496,82	0,00	160.000,00	28/12/09	31/01/12	1
1	01.0088.00/2009	46.189.718/0001-79	544.000,00	44.000,00	500.000,00	500.000,00	28/12/09	15/02/13	1
1	01.0092.00/2009	00.434.143/0001-01	2.527.000,00	27.000,00	0,00	2.500.000,00	29/12/09	17/07/12	1
1	01.0104.00/2009	09.436.627/0001-64	151.600,00	1.600,00	0,00	150.000,00	30/12/10	01/05/12	1
1	01.0105.00/2009	76.995.455/0001-56	1.304.667,30	54.667,30	0,00	1.250.000,00	28/12/09	17/06/13	1
1	01.0116.00/2009	56.024.581/0001-56	1.110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	30/12/09	27/12/13	1
1	01.0117.00/2009	46.523.056/0001-21	326.100,00	26.100,00	0,00	0,00	28/12/09	26/02/12	1
1	01.0122.00/2009	72.229.982/0001-07	720.000,00	120.000,00	0,00	200.000,00	28/12/09	29/03/14	1
1	01.0128.00/2009	46.362.927/0001-72	464.000,00	14.000,00	0,00	262.000,00	30/12/09	30/12/12	1
1	01.0134.00/2009	90.738.796/0001-09	555.556,00	55.556,00	500.000,00	500.000,00	30/12/09	20/06/12	1
1	01.0151.00/2009	06.553.572/0001-84	240.000,00	40.000,00	0,00	200.000,00	30/12/09	26/12/12	1
1	01.0164.00/2009	47.970.769/0001-04	616.432,12	116.432,12	0,00	500.000,00	28/12/09	29/03/13	1
1	01.0168.00/2009	19.198.118/0001-02	880.000,00	180.000,00	0,00	700.000,00	30/12/09	31/01/13	1
1	01.0169.00/2009	10.565.000/0001-92	1.120.000,00	120.000,00	700.000,00	700.000,00	30/12/09	27/12/13	1
1	01.0174.00/2009	76.205.707/0001-04	115.000,00	5.000,00	0,00	0,00	30/12/09	22/08/13	1
1	01.0176.00/2009	90.738.796/0001-09	333.334,00	33.334,00	0,00	300.000,00	29/12/09	29/02/12	1

1	01.0183.00/2009	06.307.102/0001-30	6.036.842,60	242.200,00	0,00	5.794.642,60	31/12/09	28/02/13	1
1	01.0187.00/2009	03.347.135/0001-16	1.150.898,65	350.898,65	0,00	0,00	29/12/09	31/12/12	1
1	01.0192.00/2009	04.921.881/0001-34	850.000,00	250.000,00	0,00	0,00	30/12/09	30/12/13	1
1	01.0205.00/2009	07.296.722/0001-84	5.674.121,60	1.006.121,60	0,00	0,00	30/12/09	30/12/12	1
1	01.0206.00/2009	45.122.942/0001-80	137.799,84	2.799,84	0,00	0,00	30/12/09	14/07/14	1
1	01.0208.00/2009	46.137.410/0001-80	350.000,00	50.000,00	0,00	0,00	30/12/09	28/02/14	1
1	01.0011.00/2010	47.492.806/0001-08	1.086.956,52	86.956,52	1.000.000,00	722.500,00	24/11/10	03/03/13	1
1	01.0012.00/2010	11.049.830/0001-20	1.120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	31/12/10	01/03/13	1
1	01.0024.00/2010	07.829.496/0001-50	1.100.000,00	100.000,00	0,00	563.850,92	01/07/10	29/01/13	1
1	01.0047.00/2010	46.177.523/0001-09	16.304.437,84	1.304.437,84	0,00	15.000.000,00	21/12/10	31/07/13	1
1	01.0050.00/2010	18.715.383/0001-40	10.100.000,00	1.600.000,00	8.500.000,00	8.500.000,00	31/12/10	17/10/13	1
1	01.0056.00/2010	25.053.133/0001-57	222.300,00	22.300,00	0,00	0,00	31/12/10	30/01/13	1
1	01.0057.00/2010	08.999.740/0001-53	10.773.211,90	1.022.523,90	0,00	0,00	31/12/10	30/07/15	1
1	01.0079.00/2010	01.617.237/0001-89	1.020.410,00	20.410,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	1
1	01.0099.00/2010	10.278.089.0001-06	112.148,20	12.148,20	0,00	0,00	31/12/10	03/06/12	1
1	01.0100.00/2010	06.553.481.0001-49	29.892.717,30	4.511.908,30	0,00	0,00	31/12/10	24/11/13	1
1	01.0125.00/2010	15.024.003/0001-32	10.527.000,00	527.000,00	0,00	0,00	16/12/10	01/10/12	1
1	01.0132.00/2010	10.377.679/0001-96	560.000,00	60.000,00	0,00	0,00	31/12/10	09/09/13	1
1	01.0133.00/2010	04.135.409/0001-76	150.000,00	0,00		150.000,00	31/12/10	28/02/12	1

1	01.0141.00/2010	10.912.293/0001-37	3.350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1	01.0142.00/2010	10.912.293/0001-37	4.450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	31/12/10	30/09/12	1
1	01.0145.00/2010	10.912.293/0001-37	4.425.676,00	700.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/12	1
1	01.0173.00/2010	76.205.970.0001-95	205.950,00	5.950,00	200.000,00	200.000,00	31/12/10	14/11/13	1
1	01.0184.00/2010	05.903.125.0001-45	1.200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	31/12/10	31/12/13	1
1	01.0191.00/2010	15.884.109/0001-06	303.699,00	8.699,00	0,00	0,00	31/12/10	25/04/13	1
1	01.0005.00/2011	83.074.302/0001-31	377.721,00	127.200,00	0,00	0,00	30/12/11	02/09/13	1
1	01.0007.00/2011	44.215.846/0001-14	320.739,00	89.404,00	0,00	0,00	30/12/11	17/09/13	1
1	01.0008.00/2011	07.539.984/0001-22	104.650,00	4.650,00	0,00	0,00	30/12/11	11/08/13	1
1	01.0009.00/2011	51.885.242/0001-40	756.000,00	216.000,00	0,00	0,00	30/12/11	14/11/13	1
1	01.0010.00/2011	77.902.914/0001-72	333.268,75	66.653,75	266.615,00	266.615,00	30/12/11	30/10/14	1
1	01.0011.00/2011	94.704277/0001-49	310.036,70	12.515,99	0,00	0,00	30/12/11	04/10/13	1
1	01.0012.00/2011	92.023.159/0001-40	900.950,00	19.350,00	881.600,00	881.600,00	30/12/11	03/04/13	1
1	01.0014.00/2011	04.214.419/0001-05	1.731.981,70	69.279,27	0,00	0,00	30/12/11	01/10/14	1
1	01.0015.00/2011	34.860.833/0001-44	371.022,22	37.102,22	333.920,00	333.920,00	30/12/11	04/03/12	1
1	01.0018.00/2011	78.680.337/0001-84	632.550,32	133.500,32	499.050,00	499.050,00	30/12/11	04/05/14	1
1	01.0019.00/2011	10.572.071/0001-12	7.773.424,55	780.000,00	6.993.424,55	6.993.424,55	30/12/11	18/04/14	1
1	01.0020.00/2011	44.518.371/0001-35	1.681.566,38	33.631,33	0,00	0,00	30/12/11	04/10/14	1
1	01.0021.00/2011	87.564.381/0001-10	490.410,76	19.616,44	0,00	0,00	30/12/11	01/11/13	1

1	01.0022.00/2011	76.958.966/0001-06	6.906.984,16	552.558,73	0,00	0,00	30/12/11	05/03/13	1
1	01.0023.00/2011	18.239.624/0001-21	702.508,00	16.000,00	0,00	0,00	30/12/11	03/10/14	1
1	01.0024.00/2011	87.613.485/0001-77	338.357,83	13.534,32	0,00	0,00	30/12/11	05/10/13	1
1	01.0025.00/2011	88.768.080/0001-70	586.645,96	23.465,84	0,00	0,00	30/12/11	01/11/14	1
1	01.0026.00/2011	87.613.527/0001-70	248.952,37	9.958,10	0,00	0,00	30/12/11	01/10/14	1
1	01.0027.00/2011	88.566.872/0001-62	1.991.300,84	159.304,07	0,00	0,00	30/12/11	31/10/14	1
1	01.0028.00/2011	88.702.089/0001-89	889.899,83	35.596,00	0,00	0,00	30/12/11	04/10/14	1
1	01.0029.00/2011	09.084.815/0001-70	2.635.000,00	120.000,00	0,00	0,00	30/12/11	01/11/14	1
1	01.0030.00/2011	46.410.866/0001-71	114.436,00	2.288,72	0,00	0,00	30/12/11	05/10/13	1
1	01.0031.00/2011	46.634.291/0001-70	309.600,00	25.200,00	0,00	0,00	30/12/11	03/10/13	1
1	01.0032.00/2011	88.775.390/0001-12	404.513,90	38.000,00	0,00	0,00	30/12/11	14/10/13	1
1	01.0034.00/2011	06.554.414/0001-49	387.752,71	7.755,05	0,00	0,00	30/12/11	17/06/13	1
1	01.0035.00/2011	46.694.139/0001-83	187.829,99	15.026,40	0,00	0,00	30/12/11	02/10/13	1
1	01.0037.00/2011	59.767.921/0001-27	101.300,00	2.026,00	0,00	0,00	30/12/11	09/09/14	1
1	01.0038.00/2011	65.042.855/0001-20	100.000,00	2.000,00	0,00	0,00	30/12/11	03/09/14	1
1	01.0039.00/2011	91.103.093/0001-35	103.980,20	2.938,00	0,00	0,00	30/12/11	24/04/13	1
1	01.0040.00/2011	08.939.944/0001-30	194.125,00	5.655,00	0,00	0,00	30/12/11	20/04/13	1
1	01.0041.00/2011	81.140.303/0001-01	132.210,00	2.644,20	0,00	0,00	30/12/11	26/10/13	1
1	01.0043.00/2011	06.554.877/0001-00	285.978,91	5.719,58	0,00	0,00	30/12/11	26/10/13	1

1	01.0044.00/2011	07.756.646/0001-42	104.915,00	2.098,30	0,00	0,00	30/12/11	30/07/13	1
1	01.0045.00/2011	82.892.282/0001-43	954.595,97	76.367,68	0,00	0,00	30/12/11	26/10/13	1
1	01.0046.00/2011	06.114.631/0001-18	395.787,00	7.915,74	0,00	0,00	30/12/11	17/06/13	1
1	01.0048.00/2011	03.155.926/0001-44	3.968.380,00	158.735,20	0,00	0,00	30/12/11	04/10/14	1
1	01.0052.00/2011	27.167.428/0001-80	2.111.957,72	178.392,00	0,00	0,00	30/12/11	01/02/14	1
1	01.0053.00/2011	83.009.886/0001-61	671.640,60	30.000,00	0,00	0,00	30/12/11	15/09/13	1
1	01.0055.00/2011	10.565.000/0001-92	5.939.839,04	239.839,04	5.700.000,00	5.700.000,00	30/12/11	31/12/13	1
1	01.0067.00/2011	76.206.465/0001-65	430.870,42	30.870,42	0,00	0,00	30/12/11	05/10/14	1
1	01.0069.00/2011	46.410.866/0001-71	2.112.038,12	42.240,76	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1	01.0070.00/2011	82.915.026/0001-24	178.450,00	3.570,00	0,00	0,00	30/12/11	05/10/13	1
1	01.0073.00/2011	82.777.244/0001-40	109.801,38	9.801,38	0,00	0,00	30/12/11	31/12/12	1
1	01.0074.00/2011	88.254.875/0001-60	3.012.538,00	301.253,80	0,00	0,00	30/12/11	30/12/12	1
1	01.0077.00/2011	29.051.216/0001-68	1.119.004,30	40.000,00	0,00	0,00	30/12/11	02/07/13	1
1	01.0001.00/2012	72.182.132/0001-92	1.304.347,83	104.347,83	0,00	0,00	28/12/12	20/12/13	1
1	01.0002.00/2012	52.643.251/0001-98	887.755,10	17.755,10	870.000,00	870.000,00	18/10/12	30/08/13	1
1	01.0005.00/2012	88.814.181/0001-30	1.928.976,26	50.000,00	0,00	0,00	28/12/12	27/03/15	1
1	01.0008.00/2012	04.921.881/0001-34	2.105.591,25	105.591,25	0,00	0,00	28/12/12	30/10/14	1
1	01.0010.00/2012	87.613.493/0001-13	498.390,04	19.935,60	0,00	0,00	28/12/12	27/02/15	1
1	01.0011.00/2012	95.990.107/0001-30	663.743,72	13.743,72	0,00	0,00	28/12/12	30/06/14	1

1	01.0014.00/2012	11.251.832/0001-05	7.368.421,05	368.421,05	0,00	0,00	28/12/12	30/10/14	1
1	01.0022.00/2012	11.358.157/0001-00	816.330,00	16.330,00	0,00	0,00	28/12/12	12/12/14	1
1	01.0023.00/2012	19.377.514/0001-99	1.250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	28/12/12	28/08/14	1
1	01.0028.00/2012	03.330.461/0001-10	1.189.093,68	189.093,68	0,00	0,00	28/12/12	30/10/14	1
1	01.0029.00/2012	01.0658.846/0001-72	4.167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	28/12/12	31/12/14	1
1	01.0030.00/2012	08.675.169/0001-53	550.000,00	50.000,00	0,00	0,00	28/12/12	30/11/14	1
1	01.0031.00/2012	08.281.073/0001-00	430.000,00	30.000,00	0,00	0,00	28/12/12	30/12/13	1
1	01.0034.00/2012	83.021.824/0001-75	604.576,60	104.576,60	0,00	0,00	28/12/12	30/12/14	1
1	01.0041.00/2012	08.675.169/0001-53	1.650.000,00	150.000,00	0,00	0,00	28/12/12	31/12/14	1
1	01.0043.00/2012	46.634507/0001-06	808.200,00	8.200,00	0,00	0,00	28/12/12	27/12/13	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 Convênio
- 2 Contrato de Repasse
- 3 Termo de Cooperação
- 4 Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 Adimplente
- 2 Inadimplente
- 3 Inadimplência Suspensa
- 4 Concluído
- 5 Excluído
- 6 Rescindido
- 7 Arquivado

Fonte: DCON/SPOA

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: MCTI										
CNPJ: 01.263.896.0022/99				UG/GESTÃO: 240138/00001						
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Nº SIAFI	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Repasse	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim		
2	018411653	536897	MUNICIPIO DE CAXIAS - MA	200.000,00	20.000,00		200.000,00	19/12/2005	31/07/2012	Adimplente
2	018731083	540516	MUNICIPIO DE SANTA INES - MA	200.000,00	20.000,00		200.000,00	28/12/2005	28/03/2013	Adimplente
2	018711283	541862	MUNICIPIO DE MARUIM - SE	49.999,33	2.750,67		49.999,33	27/12/2005	30/03/2013	Adimplente
2	018712311	544962	MUNICIPIO DE ITAPEMIRIM - ES	212.000,00	21.200,00		212.000,00	29/12/2005	01/03/2013	Adimplente
2	018442159	550257	MUNICIPIO DE MATUREIA - PB	50.000,00	2.500,00		50.000,00	29/12/2005	30/12/2012	Adimplente
2	018581094	550260	MUNICIPIO DE PENEDO - AL	50.000,00	5.000,00		50.000,00	30/12/2005	15/04/2012	Concluída
2	018679181	550295	MUNICIPIO DE CRISTAL - RS	50.000,00	5.843,13		50.000,00	29/12/2005	31/03/2012	Concluída
2	018582122	550323	MUNICIPIO DE ALAGOA GRANDE - PB	50.000,00	5.000,00		50.000,00	30/12/2005	30/12/2012	Adimplente
2	018762813	552851	SECRETARIA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	240.000,00	24.000,00		240.000,00	30/12/2005	25/09/2012	Adimplente
2	018863521	552855	FACLDADE ESTADUAL DE	500.000,00	100.000,00		500.000,00	31/12/2005	30/01/2013	Adimplente

			CIENCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURAO							
2	018459442	553297	MUNICIPIO DE NIQUELANDIA - GO	120.000,00	12.000,00		120.000,00	30/12/2005	31/12/2012	Adimplente
2	019772945	567383	MUNICIPIO DE CERES - GO	80.000,00	2.400,00		80.000,00	21/08/2006	31/12/2012	Adimplente
2	019812560	575421	MUNICIPIO DE MOREILANDIA - PE	90.000,00	4.404,90		90.000,00	28/11/2006	28/11/2012	Adimplente
2	020350692	576349	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DE MS	2.806.292,50	280.630,00		2.806.292,50	01/12/2006	30/05/2013	Adimplente
2	020320221	578155	MUNICIPIO DE FERNANDO PRESTE - SP	80.000,00	2.400,00		80.000,00	22/11/2006	30/05/2013	Adimplente
2	019809948	581538	MUNICIPIO DE SERTANIA - PE	109.800,00	10.980,00		109.800,00	28/12/2006	28/12/2012	Adimplente
2	019812018	581539	MUNICIPIO DE SALGUEIRO - PE	109.800,00	13.360,00		109.800,00	29/12/2006	30/12/2012	Adimplente
2	020317265	581541	MUNICIPIO DE MAUES - AM	430.000,00	21.500,00		430.000,00	27/12/2006	28/02/2013	Adimplente
2	020321798	581549	MUNICIPIO DE MARCELANDIA - MT	50.000,00	5.000,00		50.000,00	22/12/2006	30/04/2013	Adimplente
2	020322043	581551	MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA - GO	50.000,00	2.500,00		50.000,00	22/12/2006	31/12/2013	Adimplente
2	020900017	581705	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	40.000,00	-		40.000,00	28/12/2006	17/04/2013	Adimplente
2	019775358	584912	MUNICIPIO DE MUNIZ FREIRE - ES	50.000,00	1.710,00		50.000,00	08/12/2006	30/12/2012	Adimplente
2	019776269	584913	MUNICIPIO DE RIO BONITO - RJ	75.000,00	15.599,45		75.000,00	29/12/2006	30/03/2012	Adimplente
2	019811877	584925	MUNICIPIO DE PEDRA - PE	90.000,00	20.659,51		90.000,00	28/12/2006	28/12/2012	Adimplente
2	020319087	584939	MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS - PR	625.000,00	94.193,98		625.000,00	18/12/2006	13/08/2012	Concluida
2	020322262	584951	MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI - MT	50.000,00	5.000,00		50.000,00	29/12/2006	31/07/2013	Adimplente

2	021052808	584964	MUNICIPIO DE PEDRAS DE FOGO - PB	200.000,00	31.487,13		200.000,00	29/12/2006	29/12/2012	Adimplente
2	021053269	584967	MUNICIPIO DE ARARA - PB	50.000,00	1.500,00		50.000,00	28/12/2006	28/12/2012	Adimplente
2	021053373	584968	MUNICIPIO DE BAIA DA TRAICAO - PB	50.000,00	1.500,00		50.000,00	28/12/2006	28/12/2012	Adimplente
2	021053719	584970	MUNICIPIO DE CAMPO DE SANTANA - PB (EX-TACIMA)	50.000,00	1.500,00		50.000,00	29/12/2006	28/12/2012	Adimplente
2	021053937	584971	MUNICIPIO DE DAMIAO - PB	50.000,00	1.500,00		50.000,00	28/12/2006	30/11/2012	Adimplente
2	020893609	587219	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	100.000,00	20.000,00		100.000,00	29/12/2006	30/06/2012	Adimplente
2	020001932	588005	MUNICIPIO DE ANGRA DOS REIS - RJ	100.000,00	20.000,00		100.000,00	29/12/2006	24/02/2013	Excluído
2	020323737	588007	MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA - RS	50.000,00	14.719,00		50.000,00	29/12/2006	30/12/2012	Adimplente
2	020876439	588477	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	40.000,00	4.000,00		40.000,00	29/12/2006	30/06/2013	Adimplente
2	020351270	588481	INSTITUTO BRASILEIRO PRO CIDADANIA	474.040,27	-		474.040,27	28/12/2006	28/01/2014	Adimplente
2	020877560	588486	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	40.000,00	3.581,55		40.000,00	29/12/2006	30/11/2012	Concluída
2	020893044	588488	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DE MS	40.000,00	4.000,00		40.000,00	28/12/2006	28/02/2013	Adimplente
2	022224087	596307	MUNICIPIO DE ALFREDO CHAVES - ES	48.750,00	1.462,50		48.750,00	16/11/2007	01/04/2013	Adimplente
2	022165035	598311	MUNICIPIO DE CARIACICA - ES	277.499,39	55.499,88		277.499,39	10/12/2007	01/03/2013	Adimplente
2	023271204	598314	MUNICIPIO DE GUACUI - ES	131.250,00	26.250,00		131.249,62	10/12/2007	01/11/2013	Adimplente

2	022165149	604884	MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS - ES	48.750,00	12.554,30		48.750,00	21/12/2007	30/12/2012	Adimplente
2	022165254	604885	MUNICIPIO DE GOVERNADOR LINDEMBERG - ES	48.750,00	1.500,00		48.750,00	07/11/2007	01/12/2012	Adimplente
2	022166383	604888	MUNICIPIO DE SERRA - ES	277.499,39	69.374,85		277.499,39	06/11/2007	01/09/2013	Adimplente
2	022164778	609216	MUNICIPIO DE AGUIA BRANCA - ES	48.750,00	2.750,00		48.750,00	12/12/2007	01/07/2012	Concluida
2	022167294	609222	MUNICIPIO DE PALMAS - TO	195.000,00	10.872,25		195.000,00	27/12/2007	30/11/2012	Adimplente
2	023271422	609234	MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES	146.250,00	4.387,50		146.250,00	28/12/2007	01/03/2013	Adimplente
2	023767908	609235	MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES	100.000,00	5.000,00		100.000,00	27/12/2007	01/04/2013	Adimplente
2	023768140	609237	MUNICIPIO DE BOM JESUS DO NORTE - ES	50.000,00	1.500,00		50.000,00	31/12/2007	01/04/2013	Adimplente
2	024027250	609248	MUNICIPIO DE JOINVILLE - SC	240.000,00	48.000,00		240.000,00	31/12/2007	29/07/2013	Adimplente
2	024030320	609266	MUNICIPIO DE PENHA - SC	60.000,00	1.800,00		60.000,00	27/12/2007	30/04/2012	Adimplente
2	024178574	609279	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	50.000,00	9.671,84		50.000,00	26/12/2007	30/01/2012	Concluida
2	024194613	609280	MUNICIPIO DE TOBIAS BARRETO - SE	100.000,00	5.500,00		100.000,00	28/12/2007	30/12/2012	Adimplente
2	024232852	609281	MUNICIPIO DE IBITIRAMA - ES	60.000,00	1.800,00		60.000,00	31/12/2007	30/03/2012	Concluida
2	024233439	609287	MUNICIPIO DE SAO ROQUE DE CANAA - ES	60.000,00	1.800,00		60.000,00	27/12/2007	01/04/2012	Concluida
2	022397484	619115	HOSPITAL PSIQUIATRICO DR ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	50.000,00	3.882,29		50.000,00	21/12/2007	31/01/2012	Concluida

2	022923340	619120	INSTITUTO DE TELECOMUNICACOES DO RIO DE JANEIRO	646.750,00	132.550,00		646.750,00	13/12/2007	16/04/2013	Adimplente
2	024030434	619133	MUNICIPIO DE POUSO REDONDO - SC	60.000,00	1.535,00		60.000,00	31/12/2007	30/04/2012	Concluida
2	023270280	619145	MUNICIPIO DE PEDRAO - BA	48.750,00	5.000,00		48.750,00	31/12/2007	05/03/2013	Adimplente
2	024233763	619146	MUNICIPIO DE BANANEIRAS - PB	120.000,00	3.600,00		120.000,00	31/12/2007	31/12/2012	Adimplente
2	023271537	619149	MUNICIPIO DE JANDIRA - SP	146.250,00	35.693,50		146.250,00	28/12/2007	31/03/2013	Adimplente
2	024233981	619150	MUNICIPIO DE VARZEA - PB	120.000,00	6.000,00	120.000,00	120.000,00	31/12/2007	29/04/2013	Adimplente
2	024031345	619158	MUNICIPIO DE TAIO - SC	120.000,00	3.600,00		120.000,00	28/12/2007	31/12/2012	Adimplente
2	023869077	619163	CENTRO ATIVO DE PROGRAMAS SOCIAIS	187.500,00	37.504,00		187.500,00	13/12/2007	16/07/2012	Adimplente
2	023271191	619196	MUNICIPIO DE CASTELO - ES	146.250,00	29.250,00		146.250,00	14/12/2007	01/06/2012	Adimplente
2	024178792	620161	MUNICIPIO DE VASSOURAS - RJ	50.000,00	10.000,00		50.000,00	28/12/2007	23/02/2012	Excluído
2	022393838	620463	MUNICIPIO DE RIO GRANDE - RS	48.750,00	9.750,00		48.750,00	31/12/2007	30/12/2013	Adimplente
2	025988897	627279	MUNICIPIO DE JUQUIA - SP	100.000,00	3.300,00		100.000,00	27/06/2008	18/11/2012	Adimplente
2	025992651	627280	MUNICIPIO DE JUQUIA - SP	116.325,00	3.898,00		116.325,00	27/06/2008	18/11/2012	Adimplente
2	025996423	627283	MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO - SP	100.000,00	3.220,00		100.000,00	27/06/2008	31/12/2012	Adimplente
2	025989707	628968	MUNICIPIO DE MONTEIRO LOBATO - SP	120.000,00	3.800,00		120.000,00	26/06/2008	19/06/2012	Excluído
2	025992109	628971	MUNICIPIO DE BERTIOGA - SP	116.325,00	4.000,00		116.325,00	03/07/2008	23/06/2012	Adimplente
2	025992431	628972	MUNICIPIO DE ITARIRI - SP	116.325,00	3.675,00		116.325,00	26/06/2008	31/07/2013	Adimplente

2	025992879	628973	MUNICIPIO DE PEDRO DE TOLEDO - SP	116.325,00	3.597,68		116.325,00	03/07/2008	28/12/2012	Adimplente
2	025993907	628974	MUNICIPIO DE PIRASSUNUNGA - SP	150.000,00	17.195,10		150.000,00	27/06/2008	30/06/2013	Adimplente
2	025995627	628975	MUNICIPIO DE ITARIRI - SP	100.000,00	3.200,00		100.000,00	27/06/2008	31/07/2013	Adimplente
2	025996538	628976	MUNICIPIO DE BATATAIS - SP	120.000,00	30.000,00		120.000,00	27/06/2008	07/04/2013	Adimplente
2	025996642	628977	MUNICIPIO DE BERTIOGA - SP	100.000,00	4.000,00		100.000,00	03/07/2008	23/06/2012	Adimplente
2	025998914	628978	MUNICIPIO DE ITARIRI - SP	100.000,00	3.200,00		100.000,00	27/06/2008	31/07/2013	Adimplente
2	026003937	628980	MUNICIPIO DE ITIRAPUA - SP	120.000,00	3.476,70		120.000,00	03/07/2008	28/01/2012	Concluida
2	026004284	628981	MUNICIPIO DE SANTA FE DO SUL - SP	120.000,00	3.967,41		120.000,00	01/07/2008	20/04/2012	Adimplente
2	026004516	628982	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PARDO - SP	120.000,00	13.334,00		120.000,00	27/06/2008	25/06/2013	Adimplente
2	025989580	629681	MUNICIPIO DE MIRACATU - SP	200.000,00	6.186,00		200.000,00	08/07/2008	31/07/2012	Adimplente
2	025993780	629684	MUNICIPIO DE AMERICANA - SP	150.000,00	18.358,44		150.000,00	03/07/2008	21/10/2013	Adimplente
2	025994035	629686	MUNICIPIO DE SANTA BARBARA D OESTE - SP	150.000,00	4.731,43		150.000,00	04/07/2008	23/04/2012	Adimplente
2	025988783	630336	MUNICIPIO DE ESTANCIA DE ATIBAIA - SP	120.000,00	30.000,00		120.000,00	27/06/2008	27/03/2013	Adimplente
2	025989694	630337	MUNICIPIO DE MONGAGUA - SP	100.000,00	3.300,00		100.000,00	05/08/2008	05/08/2012	Adimplente
2	025991299	630338	MUNICIPIO DE REGISTRO - SP	100.000,00	11.112,00		100.000,00	24/07/2008	30/04/2013	Adimplente
2	025991635	630339	MUNICIPIO DE UBATUBA - SP	120.000,00	13.333,33		120.000,00	30/07/2008	30/07/2013	Adimplente
2	025991749	630340	MUNICIPIO DE UBATUBA - SP	120.000,00	13.333,33		120.000,00	30/07/2008	30/07/2013	Adimplente

2	025992213	630341	MUNICIPIO DE GUARUJA - SP	155.100,00	17.356,00		155.100,00	11/07/2008	24/07/2013	Adimplente
2	025992765	630342	MUNICIPIO DE MONGAGUA - SP	116.325,00	3.756,00		116.325,00	05/08/2008	05/08/2012	Adimplente
2	025993124	630343	MUNICIPIO DE REGISTRO - SP	116.325,00	12.925,00		116.325,00	24/07/2008	30/05/2013	Adimplente
2	025993238	630344	MUNICIPIO DE SANTOS - SP	155.100,00	17.233,33		155.100,00	23/07/2008	31/07/2013	Adimplente
2	025997886	630345	MUNICIPIO DE GUARUJA - SP	200.000,00	22.236,00		200.000,00	11/07/2008	24/07/2013	Adimplente
2	025997990	630346	MUNICIPIO DE GUARUJA - SP	120.000,00	13.395,40		120.000,00	11/07/2008	24/07/2013	Adimplente
2	025999939	630348	MUNICIPIO DE SOCORRO - SP	240.000,00	67.785,12		240.000,00	24/06/2008	08/04/2013	Adimplente
2	026001770	630351	MUNICIPIO DE ITANHAEM - SP	116.325,00	12.925,00		116.325,00	23/07/2008	31/07/2013	Adimplente
2	026001884	630352	MUNICIPIO DE SAO VICENTE - SP	155.100,00	113.052,46		155.100,00	10/07/2008	10/07/2013	Adimplente
2	026003040	630353	MUNICIPIO DE ESTANCIA BRAGANCA PAULISTA - SP	270.000,00	46.577,18		270.000,00	03/07/2008	16/11/2013	Adimplente
2	026003719	630355	MUNICIPIO DE ITANHAEM - SP	100.000,00	13.811,22		100.000,00	23/07/2008	31/07/2013	Adimplente
2	026004066	630356	MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO - SP	120.000,00	25.000,00		120.000,00	03/07/2008	03/02/2013	Adimplente
2	026004953	630357	MUNICIPIO DE SAO VICENTE - SP	1.200.000,00	1.027.891,36		1.200.000,00	10/07/2008	10/07/2013	Adimplente
2	026208653	630358	MUNICIPIO DE MONGAGUA - SP	120.000,00	4.153,00		120.000,00	05/08/2008	05/08/2012	Adimplente
2	026372382	630359	MUNICIPIO DE CAJAMAR - SP	625.000,00	70.000,00		625.000,00	30/06/2008	29/07/2013	Adimplente
2	025998027	630592	MUNICIPIO DE GUARULHOS - SP	120.000,00	13.333,33		120.000,00	01/08/2008	30/06/2013	Adimplente
2	025998131	630593	MUNICIPIO DE GUARULHOS - SP	120.000,00	13.333,33		120.000,00	01/08/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026438957	630594	MUNICIPIO DE IBATE					12/08/2008	05/04/2012	Concluida

			- SP	150.000,00	5.000,00		150.000,00			
2	025990160	630855	MUNICIPIO DE PEDERNEIRAS - SP	100.000,00	17.602,94		100.000,00	26/06/2008	20/02/2013	Adimplente
2	026003605	630858	MUNICIPIO DE IBATE - SP	120.000,00	8.549,95		120.000,00	30/06/2008	24/02/2012	Concluida
2	025994587	632771	MUNICIPIO DE BOA VISTA - RR	204.750,00	16.481,30		204.750,00	22/07/2008	27/02/2013	Adimplente
2	026767596	632772	MUNICIPIO DE GUARULHOS - SP	131.625,00	14.625,00		131.625,00	03/09/2008	31/07/2013	Adimplente
2	026655963	633435	MUNICIPIO DE CATANDUVAS - PR	100.000,00	5.000,00		100.000,00	12/09/2008	30/03/2014	Adimplente
2	026767481	633438	MUNICIPIO DE EMBU-GUACU - SP	131.625,00	14.625,00		131.625,00	05/09/2008	28/09/2013	Adimplente
2	026207960	634351	MUNICIPIO DE CONCEICAO DO CASTELO - ES	100.000,00	5.000,00		100.000,00	24/09/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026208871	634352	MUNICIPIO DE BARRETOS - SP	100.000,00	25.000,00		100.000,00	08/10/2008	20/06/2013	Adimplente
2	026438060	634353	MUNICIPIO DE PEDRAS DE FOGO - PB	200.000,00	10.527,00		200.000,00	03/10/2008	03/10/2013	Adimplente
2	026803564	634355	MUNICIPIO DE ANCHIETA - ES	150.000,00	5.000,00		150.000,00	24/09/2008	01/04/2013	Adimplente
2	026804589	634356	MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE - MG	131.625,00	71.563,20		131.625,00	15/09/2008	30/11/2013	Adimplente
2	025992096	634701	MUNICIPIO DE VOTUPORANGA - SP	120.000,00	24.160,00		120.000,00	21/10/2008	20/03/2013	Adimplente
2	025994472	634702	MUNICIPIO DE JI-PARANA - RO	100.000,00	4.860,30		100.000,00	19/09/2008	30/04/2012	Concluida
2	026005543	634703	MUNICIPIO DE GUAIRA - SP	120.000,00	6.000,00		120.000,00	23/10/2008	20/03/2013	Adimplente
2	025993457	634836	MUNICIPIO DE SERRANA - SP	790.000,00	209.339,73		790.000,00	27/10/2008	17/02/2012	Adimplente
2	026941699	635014	MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	100.000,00	12.000,00		100.000,00	25/09/2008	30/12/2012	Adimplente
2	025991521	635096	MUNICIPIO DE TANABI - SP	100.000,00	41.675,73		100.000,00	07/11/2008	20/06/2012	Concluida

2	026438392	635456	MUNICIPIO DE FEIJO - AC	138.333,33	4.352,52		138.333,33	04/11/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026804037	635611	MUNICIPIO DE CARIACICA - ES	131.625,00	18.875,00		131.625,00	10/11/2008	01/04/2013	Adimplente
2	026775905	635746	MUNICIPIO DE IBIMIRIM - PE	100.000,00	3.971,87		100.000,00	21/11/2008	30/10/2012	Excluído
2	025997220	636190	MUNICIPIO DE DRACENA - SP	120.000,00	5.956,12		120.000,00	13/11/2008	05/06/2012	Adimplente
2	026185091	636193	MUNICIPIO DE IGARACU DO TIETE - SP	120.000,00	6.432,32		120.000,00	27/11/2008	20/02/2012	Concluída
2	026226963	636194	MUNICIPIO DE SAO LUIZ DO PARAITINGA - SP	100.000,00	1.029,09		100.000,00	31/10/2008	18/04/2012	Concluída
2	026227874	636195	MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUACU - PR	100.000,00	2.642,90		100.000,00	17/11/2008	17/05/2012	Concluída
2	026001114	636425	MUNICIPIO DE RIBEIRAO DO SUL - SP	100.000,00	3.376,00		100.000,00	01/12/2008	20/02/2013	Adimplente
2	026004620	636604	MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DA SERRA - SP	100.000,00	3.092,78		100.000,00	16/09/2008	15/09/2013	Adimplente
2	025996757	637017	MUNICIPIO DE BREJO ALEGRE - SP	120.000,00	4.000,00		120.000,00	02/12/2008	05/03/2013	Adimplente
2	026006673	637019	MUNICIPIO DE BIRIGUI - SP	100.000,00	27.777,53		100.000,00	02/12/2008	05/11/2013	Adimplente
2	025989142	642441	MUNICIPIO DE LORENA - SP	120.000,00	25.580,00		120.000,00	29/12/2008	25/08/2013	Adimplente
2	025991071	642444	MUNICIPIO DE ESTA. BALN. DE PRAIA GRANDE - SP	355.100,00	39.455,56		355.100,00	11/12/2008	31/07/2013	Adimplente
2	025995731	642445	MUNICIPIO DE PRESIDENTE ALVES - SP	100.000,00	2.748,00		100.000,00	30/12/2008	20/11/2012	Concluída
2	025998800	642447	MUNICIPIO DE ITAPOLIS - SP	120.000,00	8.660,00		120.000,00	23/12/2008	20/10/2013	Adimplente

2	026000086	642449	MUNICIPIO DE MARACANAU - CE	273.000,00	14.369,00		273.000,00	29/12/2008	30/05/2013	Adimplente
2	026000190	642450	MUNICIPIO DE IMBAU - PR	100.000,00	3.100,00		100.000,00	26/12/2008	05/11/2012	Adimplente
2	026000421	642452	MUNICIPIO DE ARACATUBA - SP	120.000,00	17.950,00		120.000,00	26/12/2008	05/11/2013	Adimplente
2	026941585	642461	MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA - RS	100.000,00	12.845,19		100.000,00	30/12/2008	30/12/2012	Adimplente
2	026007146	642465	MUNICIPIO DE LORENA - SP	100.000,00	11.300,00		100.000,00	29/12/2008	25/08/2013	Adimplente
2	025987872	642467	MUNICIPIO DE SANTANA - AP	292.500,00	26.666,66		292.500,00	31/12/2008	30/03/2013	Adimplente
2	025988345	642468	MUNICIPIO DE BARRA MANSA - RJ	100.000,00	11.300,00		100.000,00	29/12/2008	28/02/2013	Adimplente
2	025992327	642469	MUNICIPIO DE IGUAPE - SP	116.325,00	3.600,10		116.325,00	30/12/2008	30/10/2013	Adimplente
2	025998245	642472	MUNICIPIO DE IGUAPE - SP	300.000,00	10.119,84		300.000,00	30/12/2008	30/10/2013	Adimplente
2	025999711	642473	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	100.000,00	-		100.000,00	04/12/2008	03/12/2013	Adimplente
2	026001666	642474	MUNICIPIO DE CUBATAO - SP	116.325,00	13.550,25		116.325,00	24/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026001998	642475	MUNICIPIO DE JAU - SP	100.000,00	35.639,35		100.000,00	30/12/2008	20/07/2013	Adimplente
2	026008276	642479	MUNICIPIO DE MATEIROS - TO	125.000,00	3.865,98		125.000,00	30/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026040021	642480	MUNICIPIO DE ARRAIAS - TO	100.000,00	5.000,00		100.000,00	29/12/2008	29/06/2013	Adimplente
2	027457413	642482	MUNICIPIO DE QUEDAS DO IGUAQU - PR	100.000,00	5.000,00		100.000,00	30/12/2008	27/04/2013	Adimplente
2	026942381	642483	MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA - SP	1.400.000,00	43.299,00		1.400.000,00	31/12/2008	05/07/2013	Adimplente
2	027817469	642486	MUNICIPIO DE ITAPIRA - SP	150.000,00	16.666,66		150.000,00	31/12/2008	30/12/2013	Adimplente
2	025997668	643881	MUNICIPIO DE					03/09/2008	17/04/2013	Adimplente

			FRANCA - SP	120.000,00	6.972,50		120.000,00			
2	026208767	643884	MUNICIPIO DE FRANCA - SP	250.000,00	22.284,84		250.000,00	03/09/2008	17/04/2013	Adimplente
2	026657129	643895	MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRAO - PR	300.000,00	31.591,70		300.000,00	29/08/2008	29/03/2013	Adimplente
2	026209126	644392	SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	100.000,00	11.111,12		100.000,00	31/12/2008	31/12/2012	Adimplente
2	026226744	644394	SECRETARIA DE ESTADO DE ACAO SOCIAL	100.000,00	97.588,70		100.000,00	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	025990492	647035	MUNICIPIO DE PEREIRA BARRETO - SP	120.000,00	6.500,00		120.000,00	24/12/2008	20/04/2013	Adimplente
2	025990724	647037	MUNICIPIO DE POMPEIA - SP	120.000,00	3.416,00		120.000,00	31/12/2008	20/04/2013	Adimplente
2	025995177	647039	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO - RS	600.000,00	120.000,00		600.000,00	31/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	025995281	647040	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO - RS	100.000,00	23.600,00		100.000,00	31/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	026000973	647045	MUNICIPIO DE NAZARE PAULISTA - SP	170.000,00	40.665,49		170.000,00	24/12/2008	31/12/2013	Adimplente
2	026002681	647046	MUNICIPIO DE BAGE - RS	100.000,00	5.263,20		100.000,00	26/12/2008	30/12/2013	Adimplente
2	026008380	647049	MUNICIPIO DE PORTO NACIONAL - TO	100.000,00	3.092,78		100.000,00	31/12/2008	30/11/2012	Adimplente
2	026185322	647050	MUNICIPIO DE ARAGUACEMA - TO	120.000,00	3.711,34		120.000,00	22/12/2008	22/07/2012	Concluida
2	026208548	647051	MUNICIPIO DE POMBAL - PB	100.000,00	5.263,15		100.000,00	30/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	026226859	647052	MUNICIPIO DE ELISIARIO - SP	100.000,00	3.092,78		100.000,00	31/12/2008	20/12/2013	Adimplente
2	026228671	647054	MUNICIPIO DE JULIO DE CASTILHOS - RS	100.000,00	3.100,00		100.000,00	31/12/2008	07/09/2012	Concluida

2	026228785	647055	MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	141.000,00	8.408,38		141.000,00	16/12/2008	25/07/2013	Adimplente
2	026437931	647056	MUNICIPIO DE IBATEGUARA - AL	100.000,00	5.263,00		100.000,00	24/12/2008	19/12/2013	Adimplente
2	026657567	647059	MUNICIPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL - MS	100.000,00	7.905,79		100.000,00	31/12/2008	30/05/2012	Concluída
2	026803678	647060	MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO	500.000,00	26.350,00		500.000,00	31/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	025993342	647061	MUNICIPIO DE OSVALDO CRUZ - SP	200.000,00	5.794,81		200.000,00	13/01/2009	05/02/2013	Adimplente
2	027874010	647067	MUNICIPIO DE SAO JOSE - SC	1.850.000,00	295.230,80		1.850.000,00	31/12/2008	30/06/2013	Adimplente
2	025998464	648329	MUNICIPIO DE INDAIATUBA - SP	120.000,00	10.662,53		120.000,00	15/12/2008	30/04/2013	Adimplente
2	026038530	648535	SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	13.051.034,00	1.450.196,26		13.051.034,00	09/12/2008	31/05/2013	Adimplente
2	027457632	648536	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT	100.000,00	5.635,02		100.000,00	31/12/2008	03/12/2012	Concluída
2	027820207	648541	SECRETARIA DE EST DA SEGURANCA CIDADADA	131.625,00	16.694,00		131.625,00	31/12/2008	30/09/2013	Adimplente
2	027820311	648542	ESTADO DO ACRE	263.250,00	2.659,09		263.250,00	31/12/2008	28/02/2013	Adimplente
2	025995395	649165	MUNICIPIO DE AMPARO - SP	100.000,00	41.087,92		100.000,00	31/12/2008	30/07/2012	Adimplente
2	026039222	650678	FEDERACAO ASSOCIACOES PESTALOZZI ESTADO GOIAS	100.000,00	2.035,96		100.000,00	03/11/2008	31/01/2013	Adimplente
2	026039660	650890	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - RN	535.312,50	59.479,16		535.312,50	31/12/2008	17/12/2012	Adimplente
2	026038644	651155	CENTRO ATIVO DE PROGRAMAS SOCIAIS	62.500,00	37.833,70		62.500,00	30/12/2008	30/07/2012	Excluído

2	025988565	651424	MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ	150.000,00	17.000,00		150.000,00	31/12/2008	04/03/2013	Adimplente
2	026039888	651504	FEDERACAO DAS APAES DO ESTADO DO RS	197.500,00	21.945,00		197.500,00	24/12/2008	30/12/2013	Adimplente
2	026226411	651872	ASSOC COMUNITARIA DE VARZEA DO FEIJAO	50.000,00	1.948,00		50.000,00	06/09/2008	30/03/2013	Adimplente
2	030541013	717577	PREFEITURA DE SAO LUIS	200.000,00	16.000,00			25/03/2010	30/04/2013	Adimplente
2	030540549	717580	MUNICIPIO DE MARECHAL CANDIDO RONDON - PR	150.000,00	5.000,00		150.000,00	29/12/2009	24/02/2013	Adimplente
2	030540768	717586	MUNICIPIO DE SANTA ROSA - RS	200.000,00	8.340,00		200.000,00	28/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030540986	717587	MUNICIPIO DE LOUVEIRA - SP	100.000,00	4.000,00			30/12/2009	30/07/2012	Adimplente
2	030654226	718107	MUNICIPIO DE PIQUETE - SP	100.000,00	2.574,57	100.000,00	100.000,00	29/12/2009	28/05/2013	Adimplente
2	030612573	718462	MUNICIPIO DE LABREA - AM	300.000,00	10.000,00			30/12/2009	05/01/2012	Adimplente
2	030654330	719009	MUNICIPIO DE PETROLINA - PE	399.985,94	14.357,60	399.985,94	399.985,94	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031020632	719257	MUNICIPIO DE PETROPOLIS - RJ	300.000,00	33.000,00			31/12/2009	01/08/2013	Adimplente
2	031458271	719267	MUNICIPIO DE MAXARANGUAPE - RN	100.000,00	5.000,00			31/12/2009	28/03/2013	Adimplente
2	031650698	719519	MUNICIPIO DE MOGI MIRIM - SP	150.000,00	15.000,00			31/12/2009	31/12/2013	Adimplente
2	031456230	719520	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO - SP	200.000,00	50.000,00	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	20/05/2013	Adimplente
2	031456012	719521	MUNICIPIO DE SAO MANUEL - SP	100.000,00	49.544,01			31/12/2009	20/04/2012	Adimplente

2	031459078	719522	MUNICIPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU - SP	200.000,00	5.000,00			31/12/2009	05/05/2012	Adimplente
2	030943366	719524	MUNICIPIO DE NOVA LUZITANIA - SP	100.000,00	1.856,90			31/12/2009	20/03/2013	Adimplente
2	030943252	719525	MUNICIPIO DE NOVA CASTILHO - SP	100.000,00	8.964,89	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	20/11/2012	Adimplente
2	031457810	719526	MUNICIPIO DE LORENA - SP	100.000,00	10.485,25			31/12/2009	29/08/2013	Adimplente
2	030787022	719528	MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA - SP	120.000,00	14.022,12			23/12/2009	30/10/2013	Adimplente
2	030943699	719529	MUNICIPIO DE GUAIRA - SP	120.000,00	3.220,00			31/12/2009	20/12/2012	Adimplente
2	030943920	719530	MUNICIPIO DE TABAPUA - SP	120.000,00	2.436,00			31/12/2009	23/10/2012	Adimplente
2	030943816	719531	MUNICIPIO DE TAQUARIVAI - SP	100.000,00	2.986,97			31/12/2009	27/06/2012	Adimplente
2	030943702	719532	MUNICIPIO DE AVARE - SP	100.000,00	5.000,00			30/12/2009	20/03/2013	Adimplente
2	031020182	719533	MUNICIPIO DE BIRIGUI - SP	150.000,00	13.043,48			31/12/2009	05/04/2012	Adimplente
2	030786995	719534	MUNICIPIO DE RIBEIRAO PRETO - SP	150.000,00	13.100,00			30/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	030943147	719535	MUNICIPIO DE VACARIA - RS	100.000,00	22.474,34			30/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031020078	719536	MUNICIPIO DE PEDRAS DE FOGO - PB	100.000,00	11.990,82			30/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031456678	719538	MUNICIPIO DE MAMANGUAPE - PB	100.000,00	5.270,00			31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031021093	720433	MUNICIPIO DE ALVORADA DO OESTE - RO	250.000,00	5.500,00			31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	030786663	720451	MUNICIPIO DE FRANCISCO MORATO - SP	100.000,00	8.695,65			30/12/2009	30/06/2012	Adimplente

2	031019833	720453	MUNICIPIO DE OUROESTE - SP	100.000,00	31.850,00			31/12/2009	20/04/2012	Adimplente
2	031020528	720454	MUNICIPIO DE POTIRENDABA - SP	196.400,00	3.960,00			31/12/2009	30/05/2013	Adimplente
2	031456909	720457	MUNICIPIO DE TAQUARIVAI - SP	100.000,00	3.000,00			31/12/2009	20/06/2012	Adimplente
2	031019729	720458	MUNICIPIO DE HOLAMBRA - SP	93.180,99	2.004,62	100.000,00	100.000,00	28/12/2009	27/12/2012	Adimplente
2	031173882	720462	MUNICIPIO DE SANTANA DO IPANEMA - AL	100.000,00	3.093,00			31/12/2009	26/11/2013	Adimplente
2	031020296	720463	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA - PR	100.000,00	3.000,00			31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031459182	720466	MUNICIPIO DE MARABA - PA	250.000,00	25.000,00	250.000,00	250.000,00	31/12/2009	30/09/2013	Adimplente
2	030721587	721964	MUNICIPIO DE SANTA MARIA - RS	350.000,00	70.842,61	350.000,00	350.000,00	28/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	030721472	721965	MUNICIPIO DE CRUZ ALTA - RS	300.000,00	26.090,00			23/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	030786881	722746	MUNICIPIO DE BOTUCATU - SP	500.000,00	44.000,00			31/12/2009	20/11/2012	Adimplente
2	031398074	723180	MUNICIPIO DE MUCAJAI - RR	100.000,00	10.204,08			31/12/2009	25/12/2012	Adimplente
2	031458053	723181	ASSOCIACAO DOS PATRULHEIROS MIRINS DE ITATIBA	100.000,00	1.010,10			31/12/2009	31/07/2013	Adimplente
2	031459309	723185	INSTITUTO PAULO KOBAYASHI	200.000,00	2.263,14			31/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	031130006	723193	MUNICIPIO DE CAMPANHA - MG	100.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031398419	723209	MUNICIPIO DE PEDERNEIRAS - SP	100.000,00	2.520,00			31/12/2009	20/03/2013	Adimplente
2	031457256	723210	MUNICIPIO DE CAMPOS DO JORDAO - SP	100.000,00	7.331,98			31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031457360	723212	MUNICIPIO DE QUELUZ - SP	100.000,00	4.500,00			31/12/2009	30/08/2012	Adimplente

2	031456782	723218	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - MA	200.000,00	8.500,00			31/12/2009	29/11/2013	Adimplente
2	030787240	724483	INSTITUTO JUVENTUDE ATIVA DO BRASIL - IJAB	300.000,00	5.000,00			31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030786111	724488	CENTRO DE REABILITACAO VIDA PLENA	118.000,00	5.000,00			31/12/2009	31/03/2012	Adimplente
2	030786559	724498	MUNICIPIO DE PETROLINA - PE	160.000,00	5.388,35	160.000,00	160.000,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	030786225	724505	MUNICIPIO DE SANTANA - AP	300.000,00	20.000,00			30/12/2009	30/12/2012	Adimplente
2	030787469	724507	MUNICIPIO DE CACHOEIRO DO ITAPEMERIM - ES	495.946,38	43.125,78			31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	030787355	724508	MUNICIPIO DE NILOPOLIS - RJ	200.000,00	49.779,30			31/12/2009	22/10/2012	Adimplente
2	030786777	724510	MUNICIPIO DE IBITINGA - SP	200.000,00	54.900,00			30/12/2009	20/10/2012	Adimplente
2	030786339	724525	MUNICIPIO DE FERNANDOPOLIS - SP	100.000,00	13.737,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	20/05/2013	Adimplente
2	030787136	724527	MUNICIPIO DE HORTOLANDIA - SP	100.000,00	20.000,00			30/12/2009	30/10/2013	Adimplente
2	031173996	724586	MUNICIPIO DE SERRANA - SP	150.000,00	8.939,00	150.000,00	150.000,00	31/12/2009	26/02/2013	Adimplente
2	031650146	724588	MUNICIPIO DE SAO CARLOS - SP	100.000,00	10.000,00			31/12/2009	30/06/2013	Adimplente
2	031458949	724591	MUNICIPIO DE ECOPORANGA - ES	400.000,00	25.000,00			31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031458835	724594	MUNICIPIO DE AGUA DOCE DO NORTE - ES	100.000,00	8.026,25			31/12/2009	31/12/2012	Adimplente
2	031501313	724600	MUNICIPIO DE SAO VICENTE DO SUL - RS	100.000,00	3.000,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	15/05/2013	Adimplente
2	031019497	725621	MUNICIPIO DE MAMANGUAPE - PB	100.000,00	5.300,00			30/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	031019383	725622	MUNICIPIO DE SOSSEGO - PB	100.000,00	7.152,80			30/12/2009	30/06/2014	Adimplente

2	031019279	725625	MUNICIPIO DE ARACRUZ - ES	225.063,75	76.800,00			31/12/2009	30/03/2012	Adimplente
2	031019501	725630	SECRETARIA DE CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	250.000,00	225.617,78			31/12/2009	14/01/2012	Adimplente
2	031604844	726559	MUNICIPIO DE JI-PARANA - RO	200.000,00	10.417,00			31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	031501209	726560	MUNICIPIO DE CACOAL - RO	100.000,00	8.297,20			31/12/2009	30/10/2012	Adimplente
2	031457474	726580	MUNICIPIO DE PORTO VELHO - RO	300.000,00	240.000,00			31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031020746	727905	MUNICIPIO DE SANTA VITORIA - MG	390.000,00	100.005,00	390.000,00	390.000,00	31/12/2009	31/07/2013	Adimplente
2	031173778	727972	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA APC	300.000,00	4.000,00			31/12/2009	30/03/2013	Adimplente
2	031129530	728413	MUNICIPIO DE RIO PRETO DA EVA - AM	900.000,00	21.000,00			30/12/2009	30/01/2013	Adimplente
2	031060566	728417	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO NORTE - AM	300.000,00	10.000,00			30/12/2009	30/01/2013	Adimplente
2	031060451	728419	MUNICIPIO DE APUI - AM	364.500,00	12.000,00			31/12/2009	31/01/2012	Adimplente
2	031129863	728422	MUNICIPIO DE PESQUEIRA - PE	300.000,00	17.000,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2009	30/12/2013	Adimplente
2	031129425	728425	MUNICIPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	229.320,00	6.000,00			31/12/2009	17/11/2013	Adimplente
2	031455871	729300	MUNICIPIO DE ROSEIRA - SP	100.000,00	17.608,10			31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031158548	730044	MUNICIPIO DE CUNHA - SP	100.000,00	6.912,00	100.000,00	100.000,00	31/12/2009	30/04/2013	Adimplente
2	031455985	730273	MUNICIPIO DE ALTAMIRA - PA	200.000,00	10.255,00			31/12/2009	30/04/2012	Adimplente
2	031397831	730332	MUNICIPIO DE OEIRAS - PI	300.000,00	7.612,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2009	30/06/2012	Adimplente

2	031500954	730383	SECRETARIA DE ESTADO DE CIENCIA E TECNOLOGIA	300.000,00	33.400,00			31/12/2009	30/07/2013	Adimplente
2	031456564	730431	MUNICIPIO DE URUPEMA - SC	240.100,00	39.549,48			31/12/2009	30/06/2012	Adimplente
2	032284067	732805	MUNICIPIO DE MATAO - SP	100.000,00	47.415,00			27/12/2010	27/04/2013	Adimplente
2	032283938	732806	MUNICIPIO DE PATROCINIO PAULISTA - SP	100.000,00	5.000,00			20/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032283824	732807	MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BELA VISTA - SP	100.000,00	5.000,00			30/07/2010	26/03/2012	Adimplente
2	032283710	732808	MUNICIPIO DE RIBEIRAO CORRENTE - SP	100.000,00	2.031,28	100.000,00	100.000,00	09/08/2010	07/11/2012	Adimplente
2	032284399	732809	MUNICIPIO DE FRANCA - SP	910.000,00	91.000,00	910.000,00	910.000,00	23/12/2010	23/06/2013	Adimplente
2	032284402	732810	MUNICIPIO DE FRANCA - SP	2.400.000,00	857.446,00			22/12/2010	22/01/2013	Adimplente
2	032284621	732812	MUNICIPIO DE ITIRAPUA - SP	100.000,00	5.000,00			30/12/2010	29/07/2012	Adimplente
2	032284285	732813	MUNICIPIO DE FRANCA - SP	648.353,62	56.378,58	690.000,00	690.000,00	23/12/2010	23/12/2012	Adimplente
2	032284517	732814	MUNICIPIO DE LUIS ANTONIO - SP	97.500,00	2.500,00			23/08/2010	17/11/2012	Adimplente
2	032285544	732816	APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-			30/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032285107	732817	MUNICIPIO DE TRES RIOS - RJ	451.600,00	156.608,00			24/12/2010	24/08/2012	Adimplente
2	032285659	732818	APAE BAURU	50.000,00	-			07/12/2010	20/02/2013	Adimplente
2	032285439	732819	APAE AGUDOS	50.000,00	-			01/09/2010	20/08/2012	Adimplente
2	032285325	732820	APAE ADAMANTINA	50.000,00	-			27/12/2010	05/04/2013	Adimplente

2	032284954	732822	MUNICIPIO DE LAGOINHA - SP	99.434,72	2.029,28	99.434,72	99.434,72	08/06/2010	23/05/2013	Adimplente
2	032284849	732823	MUNICIPIO DE QUELUZ - SP	100.000,00	5.080,00			15/07/2010	11/11/2012	Adimplente
2	032284735	732825	MUNICIPIO DE CANAS - SP	100.000,00	5.080,00	100.000,00	100.000,00	30/08/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032284171	732826	APAE ANDRADINA	50.000,00	189,00	50.000,00	50.000,00	02/09/2010	05/09/2012	Adimplente
2	032285211	732827	APAE ARACATUBA	50.000,00	-			22/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032295111	732870	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS BRODOWSKI	50.000,00	-			09/06/2010	09/06/2012	Adimplente
2	032295225	732871	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE	50.000,00	984,00	50.000,00	50.000,00	19/08/2010	23/09/2012	Adimplente
2	032295007	732872	APAE BERNARDINO DE CAMPOS	50.000,00	-			01/09/2010	20/08/2012	Adimplente
2	032294968	732873	APAE BROTAS	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	01/09/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032294854	732874	ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAIEIRAS	50.000,00	25,03	50.000,00	50.000,00	24/12/2010	08/07/2013	Adimplente
2	032295443	732875	MUNICIPIO DE TRES RIOS - RJ	146.066,80	37.686,00			23/12/2010	23/08/2012	Adimplente
2	032295777	732877	MUNICIPIO DE ILHA COMPRIDA - SP	420.000,00	8.572,00			06/12/2010	06/06/2013	Adimplente
2	032294749	732878	MUNICIPIO DE IGUAPE - SP	500.000,00	10.204,08			19/10/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032294635	732879	MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO - SP	420.000,00	8.571,43			27/12/2010	27/05/2013	Adimplente
2	032294521	732891	MUNICIPIO DE PEDRO DE TOLEDO - SP	500.000,00	10.205,00			02/12/2010	30/04/2013	Adimplente
2	032294185	732893	MUNICIPIO DE BERTIOGA - SP	500.000,00	12.000,00			10/12/2010	10/06/2012	Adimplente

2	032295663	732894	MUNICIPIO DE ILHA SOLTEIRA - SP	420.000,00	8.571,43	420.000,00	420.000,00	14/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032295339	732896	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	26/11/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032308760	732914	MUNICIPIO DE BOM JESUS DOS PERDOES - SP	420.000,00	18.781,28	420.000,00	420.000,00	30/12/2010	29/01/2013	Adimplente
2	032308541	732915	MUNICIPIO DE NILOPOLIS - RJ	200.000,00	50.000,00			30/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	032308656	732916	MUNICIPIO DE CUSTODIA - PE	450.000,00	120.000,00			16/12/2010	10/12/2012	Adimplente
2	032308988	732918	APAE CANDIDO MOTA	50.000,00	-			31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032308874	732920	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE C L PTA	50.000,00	2.500,00	50.000,00	50.000,00	24/12/2010	24/01/2013	Adimplente
2	032309347	732921	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-			22/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032309233	732922	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CUBATAO	50.000,00	10.700,00			30/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032309129	732923	ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE DIADEMA	50.000,00	13.714,74	50.000,00	50.000,00	30/12/2010	18/11/2012	Adimplente
2	032330833	732994	APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPEVA	50.000,00	-			30/06/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032331294	732995	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LIMEIRA	50.000,00	500,00	50.000,00	50.000,00	28/07/2010	17/05/2013	Adimplente

2	032330279	732997	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FRANCA	50.000,00	-			09/06/2010	09/11/2012	Adimplente
2	032330383	732998	APAE DRACENA	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	15/10/2010	05/09/2012	Adimplente
2	032330729	732999	ASS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE I SOLTEIRA	50.000,00	2.500,00	50.000,00	50.000,00	16/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032330615	733000	APAE IGARACU DO TIETE	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	22/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032330501	733001	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ESP STO PINHAL	50.000,00	2.500,00			24/06/2010	28/10/2012	Adimplente
2	032330165	733003	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO - SP	500.000,00	136.726,00	500.000,00	500.000,00	31/12/2010	28/08/2013	Adimplente
2	032330497	733005	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ITAQUAQUECETUBA	50.000,00	2.500,00			28/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	032345290	733120	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MIRASSOL	50.000,00	2.268,00	50.000,00	50.000,00	26/11/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032344931	733123	MUNICIPIO DE ITANHAEM - SP	1.000.000,00	101.735,75			27/07/2010	31/01/2014	Adimplente
2	032345186	733124	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP DE M DAS CRUZES	50.000,00	-			30/12/2010	23/12/2012	Adimplente
2	032345072	733125	MUNICIPIO DE TABOAO DA SERRA - SP	1.000.000,00	94.537,34	1.000.000,00	1.000.000,00	27/09/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032354832	733208	MUNICIPIO DE RESENDE - RJ	100.000,00	8.712,00			23/12/2010	23/11/2012	Adimplente

2	032364514	733379	ASSOCIACAO PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE MONTE ALTO-APAE	50.000,00	-			29/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032354614	733380	MUNICIPIO DE PINHEIRAL - RJ	100.000,00	10.000,00			24/09/2010	24/05/2012	Adimplente
2	032354278	733399	MUNICIPIO DE MACUCO - RJ	100.000,00	2.200,00	100.000,00	100.000,00	22/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	032354500	733414	MUNICIPIO DE BOM JARDIM - RJ	100.000,00	2.500,00	100.000,00	100.000,00	27/12/2010	15/06/2013	Adimplente
2	032364064	733415	MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DO ALTO - RJ	100.000,00	6.000,00	100.000,00	100.000,00	23/12/2010	27/11/2013	Adimplente
2	032363935	733416	MUNICIPIO DE CANTAGALO - RJ	100.000,00	2.050,00	100.000,00	100.000,00	15/12/2010	24/02/2014	Adimplente
2	032354496	733417	MUNICIPIO DE CACHOEIRAS DE MACACU - RJ	150.000,00	15.000,00			21/12/2010	01/03/2013	Adimplente
2	032354382	733418	MUNICIPIO DE SUMIDOURO - RJ	100.000,00	3.250,00	100.000,00	100.000,00	30/12/2010	26/11/2013	Adimplente
2	032354728	733419	MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - RJ	100.000,00	9.600,00			15/12/2010	15/09/2012	Adimplente
2	032364396	733420	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP DE DUAS BARRAS	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	22/12/2010	15/01/2014	Adimplente
2	032364409	733422	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE M A PTA	50.000,00	1.603,00			26/11/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032364282	733423	MUNICIPIO DE PASSO FUNDO - RS	400.000,00	38.950,00			31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032427892	733716	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PARDO - SP	219.999,99	31.020,47	219.999,99	219.999,99	13/08/2010	30/01/2014	Adimplente
2	032427018	733717	ASSOCIACAO DE PAIS AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	21/12/2010	20/12/2012	Adimplente

			OURINHOS							
2	032426981	733718	ASS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP DE PATROCINIO PAULISTA	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	02/08/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032426877	733719	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OLIMPIA	50.000,00	2.500,00			22/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	032426763	733720	APAE OSVALDO CRUZ	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	26/10/2010	05/03/2013	Adimplente
2	032428033	733722	MUNICIPIO DE SAO MANUEL - SP	146.829,05	2.996,51			15/09/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032427788	733723	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-			01/07/2010	01/06/2012	Adimplente
2	032427340	733724	MUNICIPIO DE MONGAGUA - SP	1.000.000,00	20.408,16			10/12/2010	31/05/2013	Adimplente
2	032427674	733725	APAE PEDERNEIRAS	50.000,00	500,00	50.000,00	50.000,00	21/12/2010	20/02/2013	Adimplente
2	032427236	733726	MUNICIPIO DE ERECHIM - RS	300.000,00	68.800,00			27/07/2010	30/07/2012	Adimplente
2	032427560	733727	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-			02/06/2010	28/06/2012	Adimplente
2	032427122	733728	MUNICIPIO DE AROEIRAS - PB	100.000,00	3.093,00			28/12/2010	20/06/2014	Adimplente
2	032427905	733729	MUNICIPIO DE ITAPETININGA - SP	200.000,00	45.900,00			26/10/2010	19/10/2012	Adimplente
2	032467724	734340	APAE SALTO GRANDE	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	22/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032507027	734434	APAE PALMITAL	50.000,00	188,00			23/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032506990	734435	APAE PENAPOLIS	50.000,00	-			01/12/2010	05/09/2012	Adimplente
2	032507131	734436	APAE JAU	50.000,00	2.083,33	50.000,00	50.000,00	24/12/2010	20/02/2013	Adimplente

2	032579705	735429	ASS DOS MORADORES E PEQ AGRICULTORES DE LAGOA DO TIMOTIO	75.000,00	5.000,00			03/11/2010	30/11/2013	Adimplente
2	032579692	735430	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES E MORADORES RURAIS DE PIRIPA	75.000,00	-			23/09/2010	30/11/2012	Adimplente
2	032645935	735654	MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BOA VISTA - SP	110.000,00	44.077,00			05/07/2010	05/05/2013	Adimplente
2	032722966	735655	MUNICIPIO DE PELOTAS - RS	100.000,00	8.696,00			31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032645485	735656	MUNICIPIO DE SERRA AZUL - SP	97.250,00	47.701,00	97.250,00	97.250,00	05/08/2010	05/01/2013	Adimplente
2	032644781	735660	MUNICIPIO DE GUARARAPES - SP	100.000,00	4.644,46	100.000,00	100.000,00	31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032644895	735661	MUNICIPIO DE COTIA - SP	420.000,00	36.521,73			30/12/2010	01/05/2013	Adimplente
2	032646064	735715	MUNICIPIO DE ESTA. BALN. DE PRAIA GRANDE - SP	1.000.000,00	250.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	02/12/2010	30/04/2014	Adimplente
2	032645717	735716	MUNICIPIO DE SALESOPOLIS - SP	220.000,00	4.489,80			27/12/2010	26/12/2012	Adimplente
2	032645603	735717	MUNICIPIO DE ECHAPORA - SP	114.500,00	2.422,61	114.500,00	114.500,00	13/12/2010	20/05/2013	Adimplente
2	032644677	735718	MUNICIPIO DE DRACENA - SP	220.000,00	4.500,00			01/12/2010	05/09/2012	Adimplente
2	032645371	735719	MUNICIPIO DE CACHOEIRINHA - RS	600.000,00	52.783,32			29/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032645153	735720	MUNICIPIO DE ARATIBA - RS	100.000,00	12.774,00			07/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	032645048	735721	MUNICIPIO DE JAGUARI - RS	100.000,00	4.500,00	100.000,00	100.000,00	14/12/2010	30/05/2013	Adimplente
2	032645267	735722	MUNICIPIO DE COLORADO - RS	100.000,00	10.945,00	100.000,00	100.000,00	21/06/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032644908	735723	MUNICIPIO DE CAMAQUA - RS	195.000,00	17.392,00			27/12/2010	30/12/2012	Adimplente

2	032722852	735729	MUNICIPIO DE MONTENEGRO - RS	100.000,00	17.807,36			09/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032645590	735731	MUNICIPIO DE TACIBA - SP	110.000,00	15.000,00			03/12/2010	05/09/2012	Adimplente
2	032723439	736057	MUNICIPIO DE VALPARAISO - SP	110.000,00	3.000,00			31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032724122	736061	MUNICIPIO DE JAU - SP	100.000,00	14.400,00			31/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032724018	736064	MUNICIPIO DE PIRACAIA - SP	100.000,00	2.048,00			16/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032723981	736067	MUNICIPIO DE PIRASSUNUNGA - SP	97.500,00	52.500,00			18/08/2010	18/03/2013	Adimplente
2	032723877	736072	MUNICIPIO DE CASA BRANCA - SP	100.000,00	1.383,36	100.000,00	100.000,00	13/08/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032723544	736075	MUNICIPIO DE GUARUJA - SP	1.192.590,00	114.000,00			10/12/2010	31/08/2013	Adimplente
2	032723763	736079	MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SAPUCAI - SP	97.500,00	29.330,00	97.500,00	97.500,00	07/07/2010	29/06/2013	Adimplente
2	032723325	736081	MUNICIPIO DE TEODORO SAMPAIO - SP	98.718,09	2.014,66	98.718,09	98.718,09	10/11/2010	05/09/2013	Adimplente
2	032723094	736083	MUNICIPIO DE SANTO ANDRE - SP	420.000,00	36.521,74			29/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	032723211	736084	MUNICIPIO DE ITAPUI - SP	97.500,00	2.500,00	97.500,00	97.500,00	29/12/2010	20/05/2013	Adimplente
2	032723659	736085	MUNICIPIO DE MARAPOAMA - SP	97.500,00	11.034,64			17/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	032723107	736086	MUNICIPIO DE TAQUARITUBA - SP	120.000,00	5.400,00			24/11/2010	20/12/2012	Adimplente
2	032724340	736229	MUNICIPIO DE SALGADO DE SAO FELIX - PB	100.000,00	3.000,00			24/11/2010	24/12/2012	Adimplente
2	032724560	736238	MUNICIPIO DE BARRA DE SAO MIGUEL - PB	100.000,00	20.916,20	100.000,00	100.000,00	23/09/2010	24/05/2014	Adimplente
2	032733663	736431	MUNICIPIO DE CAJAMAR - SP	150.000,00	13.043,48			01/07/2010	01/06/2012	Adimplente

2	032733007	736813	MUNICIPIO DE CERQUEIRA CESAR - SP	97.000,00	11.082,95	97.000,00	97.000,00	22/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032732970	736814	FEDERACAO DAS APAES DO ESTADO DO RS	197.500,00	21.945,00			31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	032733339	736815	MUNICIPIO DE CAIEIRAS - SP	98.000,00	8.521,74	98.000,00	98.000,00	01/07/2010	29/05/2013	Adimplente
2	032732752	736817	MUNICIPIO DE LORENA - SP	100.000,00	3.472,80	100.000,00	100.000,00	30/06/2010	30/01/2014	Adimplente
2	032733225	736818	MUNICIPIO DE SANTA ISABEL - SP	199.955,52	8.333,00	199.955,52	199.955,52	17/09/2010	09/06/2013	Adimplente
2	032733111	736819	MUNICIPIO DE ITUPEVA - SP	295.734,48	6.035,40	295.734,48	295.734,48	30/06/2010	09/02/2013	Adimplente
2	032733443	736820	MUNICIPIO DE TORRINHA - SP	100.000,00	5.000,00			13/09/2010	20/09/2012	Adimplente
2	032833240	737191	MUNICIPIO DE ILHA BELA - SP	500.000,00	132.820,30	500.000,00	500.000,00	16/07/2010	23/06/2013	Adimplente
2	032832995	737192	MUNICIPIO DE MOGI GUACU - SP	92.000,00	8.000,00			06/07/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032832881	737193	MUNICIPIO DE LAVINIA - SP	100.000,00	24.600,00	100.000,00	100.000,00	21/12/2010	05/04/2014	Adimplente
2	034828608	737194	MUNICIPIO DE CATANDUVA - SP	95.800,00	22.289,84	95.800,00	95.800,00	31/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	032832663	737195	MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP	89.999,71	25.963,28	89.999,71	89.999,71	18/11/2010	05/09/2013	Adimplente
2	032832559	737196	MUNICIPIO DE MINEIROS DO TIETE - SP	100.000,00	4.000,00	100.000,00	100.000,00	23/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032833022	737197	MUNICIPIO DE MARACAI - SP	95.122,31	11.881,31	95.122,31	95.122,31	24/11/2010	05/09/2013	Adimplente
2	032833136	737198	MUNICIPIO DE ITARIRI - SP	420.000,00	8.571,43			13/12/2010	31/10/2012	Adimplente
2	032832443	737199	MUNICIPIO DE QUATA - SP	100.000,00	2.400,00			26/11/2010	05/09/2012	Adimplente
2	032833469	737313	MUNICIPIO DE NEVES PAULISTA - SP	97.500,00	2.500,00			28/12/2010	20/03/2013	Adimplente

2	032833355	737314	MUNICIPIO DE SANTANA DE PARNAIBA - SP	120.000,00	245.000,00	120.000,00	120.000,00	22/09/2010	21/01/2013	Adimplente
2	032882831	737797	MUNICIPIO DE SETE BARRAS - SP	420.000,00	8.571,43			28/12/2010	28/04/2013	Adimplente
2	032883742	737800	MUNICIPIO DE REGISTRO - SP	487.500,00	20.840,00			17/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	032882727	737801	MUNICIPIO DE ARIRANHA - SP	420.000,00	8.571,43			29/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	032882945	737803	MUNICIPIO DE ITOBI - SP	110.000,00	4.800,00	110.000,00	110.000,00	07/07/2010	26/07/2013	Adimplente
2	032883305	737805	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VOTUPORANGA	50.000,00	2.500,00	50.000,00	50.000,00	21/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032883638	737809	APAE DE SAO JOAQUIM DA BARRA	50.000,00	-			31/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	032883524	737811	APAE DE SANTA ROSA DO VITERBO	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	29/07/2010	23/02/2013	Adimplente
2	032883188	737814	APAE TUPA	50.000,00	-			23/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	032883419	737815	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE DE TAUBATE	50.000,00	2.500,00			19/07/2010	30/01/2012	Adimplente
2	032883961	737817	MUNICIPIO DE CORTES - PE	100.000,00	5.000,00			22/12/2010	02/10/2013	Adimplente
2	032883857	737821	MUNICIPIO DE HORTOLANDIA - SP	100.000,00	20.000,00			29/10/2010	29/04/2012	Adimplente
2	032882613	737823	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	20/10/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032883074	737825	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC.DE VIRADOURO	50.000,00	-			26/11/2010	20/04/2013	Adimplente
2	032633533	738010	MUNICIPIO DE PERUIBE - SP	1.200.000,00	104.370,00	1.200.000,00	1.200.000,00	19/10/2010	24/04/2013	Adimplente

2	032635034	738011	MUNICIPIO DE CAJATI - SP	420.000,00	8.571,43	420.000,00	420.000,00	19/10/2010	31/03/2013	Adimplente
2	032634995	738012	MUNICIPIO DE IPORANGA - SP	420.000,00	8.571,43			12/07/2010	20/07/2012	Adimplente
2	032634777	738014	MUNICIPIO DE IVOTI - RS	120.000,00	7.897,00	120.000,00	120.000,00	23/08/2010	30/12/2013	Adimplente
2	032634663	738016	MUNICIPIO DE RIOLANDIA - SP	126.750,00	4.751,11	126.750,00	126.750,00	16/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	032634881	738018	MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE PAULISTA - SP	420.000,00	8.571,43	420.000,00	420.000,00	21/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	032634559	738020	MUNICIPIO DE AURIFLAMA - SP	107.250,00	2.750,00			15/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	032331411	738021	ASS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LORENA	50.000,00	-			10/08/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032633428	738023	MUNICIPIO DE VALENTIM GENTIL - SP	120.000,00	8.736,51	120.000,00	120.000,00	27/12/2010	20/09/2012	Adimplente
2	032331307	738025	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MATAO	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	31/12/2010	31/03/2013	Adimplente
2	032634443	738026	MUNICIPIO DE CASA BRANCA - SP	330.000,00	3.581,35	330.000,00	330.000,00	22/09/2010	30/06/2013	Adimplente
2	032634339	738029	MUNICIPIO DE BENTO DE ABREU - SP	110.000,00	2.300,00			05/11/2010	05/09/2012	Adimplente
2	032634225	738033	MUNICIPIO DE PLATINA - SP	112.000,00	2.572,49	112.000,00	112.000,00	14/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	032634111	738036	MUNICIPIO DE OSCAR BRESSANE - SP	120.000,00	9.653,07	120.000,00	120.000,00	16/12/2010	20/02/2013	Adimplente
2	032633970	738043	MUNICIPIO DE OCAUCU - SP	120.000,00	9.653,07			22/12/2010	20/08/2012	Adimplente
2	032633866	738045	MUNICIPIO DE RIBEIRAO DO SUL - SP	130.000,00	2.853,07			24/12/2010	20/03/2013	Adimplente

2	032633752	738048	MUNICIPIO DE BIRITIBA-MIRIM - SP	107.800,00	3.980,61			30/12/2010	13/12/2012	Adimplente
2	032633647	738050	MUNICIPIO DE ARACARIGUAMA - SP	110.000,00	2.244,90	110.000,00	110.000,00	02/08/2010	20/07/2013	Adimplente
2	032752447	738374	MUNICIPIO DE CRISTALINA - GO	98.057,80	25.376,53	98.057,80	98.057,80	10/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	032752333	738375	MUNICIPIO DE LUPERCIO - SP	120.000,00	3.000,00			23/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032964879	738602	MUNICIPIO DE SALINOPOLIS - PA	299.878,00	6.122,00			23/12/2010	30/09/2013	Adimplente
2	032965136	738606	MUNICIPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PA	487.305,00	9.945,00			22/12/2010	29/04/2013	Adimplente
2	032965022	738612	MUNICIPIO DE GUARULHOS - SP	500.000,00	190.900,00	500.000,00	500.000,00	26/10/2010	10/03/2014	Adimplente
2	032965469	738617	MUNICIPIO DE MATAO - SP	100.000,00	25.414,00			27/12/2010	17/04/2013	Adimplente
2	032964983	738620	MUNICIPIO DE GUARANTA - SP	130.000,00	9.653,07			06/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	032965355	738625	SECRETARIA ESPECIAL DE PROMOCAO DA PAZ	1.150.000,00	184.400,00	1.150.000,00	1.150.000,00	31/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033036478	739119	MUNICIPIO DE BREJO SANTO - CE	294.000,00	6.000,00	294.000,00	294.000,00	30/11/2010	30/01/2014	Adimplente
2	033036364	739123	MUNICIPIO DE PIQUET CARNEIRO - CE	282.240,00	15.000,00			07/07/2010	07/03/2013	Adimplente
2	033036250	739127	MUNICIPIO DE QUIXERE - CE	343.392,00	10.308,00			08/12/2010	08/02/2013	Adimplente
2	033141940	740269	MUNICIPIO DE ARMACAO DE BUZIOS - RJ	200.000,00	10.000,00			24/12/2010	01/08/2013	Adimplente
2	033141722	740270	MUNICIPIO DE RUBIACEIA - SP	100.000,00	12.715,00	100.000,00	100.000,00	23/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033141618	740273	MUNICIPIO DE ANHEMBI - SP	350.000,00	9.800,64	350.000,00	350.000,00	17/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033141504	740277	MUNICIPIO DE BOM REPOUSO - MG	292.500,00	7.660,00			22/07/2010	30/12/2012	Adimplente

2	033141490	740279	MUNICIPIO DE CAPINOPOLIS - MG	400.000,00	8.447,20			31/12/2010	30/07/2012	Adimplente
2	033141386	740282	MUNICIPIO DE JAGUARUANA - CE	344.330,00	7.030,00			21/12/2010	21/12/2012	Adimplente
2	033206591	741745	MUNICIPIO DE GUARIBA - SP	120.000,00	17.229,33	120.000,00	120.000,00	31/12/2010	25/01/2013	Adimplente
2	033442585	743566	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE AGUAS LINDAS DE GOIAS	75.000,00	-			09/12/2010	31/03/2012	Adimplente
2	033442470	743572	MUNICIPIO DE ROLANDIA - PR	200.000,00	21.066,70	200.000,00	200.000,00	23/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033441674	743573	APAE ASSIS	50.000,00	-			16/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033442252	743574	MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PR	200.000,00	17.500,00	200.000,00	200.000,00	23/12/2010	30/11/2012	Adimplente
2	033441560	743575	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE AMERICANA	50.000,00	2.236,99	50.000,00	50.000,00	09/08/2010	14/12/2012	Adimplente
2	033442147	743576	MUNICIPIO DE CORNELIO PROCOPIO - PR	195.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	30/12/2010	01/07/2013	Adimplente
2	033442033	743578	MUNICIPIO DE PEROBAL - PR	122.500,00	2.500,00	122.500,00	122.500,00	21/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033441340	743579	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-			22/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033441018	743584	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	19/08/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033442366	743585	MUNICIPIO DE PETROLINA - PE	1.000.000,00	150.000,00			16/12/2010	13/03/2013	Adimplente
2	033440877	743588	APAE AREIOPOLIS	50.000,00	-			21/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	033440763	743590	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE	50.000,00	-			23/07/2010	12/02/2013	Adimplente

			ITU							
2	033440659	743592	ASSOCIACAO DE PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS DE ARTUR NOGUEIRA-SP	50.000,00	-			27/08/2010	27/06/2012	Adimplente
2	033440544	743593	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC APAE DE POA	50.000,00	2.500,00			31/12/2010	20/02/2012	Adimplente
2	033441892	743595	APAE AVARE	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	24/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	033441788	743596	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO RIO PRETO - SP	1.000.000,00	110.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	17/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033494576	743863	MUNICIPIO DE OSVALDO CRUZ - SP	110.000,00	26.000,00			20/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033494461	743864	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA - PR	100.000,00	3.762,40	100.000,00	100.000,00	20/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	033494794	743867	MUNICIPIO DE CANANEIA - SP	420.000,00	36.521,74			06/12/2010	03/12/2012	Adimplente
2	033494807	743869	MUNICIPIO DE MOCOCA - SP	220.000,00	27.588,07	220.000,00	220.000,00	31/12/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033494357	743872	MUNICIPIO DE MARIAPOLIS - SP	110.000,00	3.597,44	110.000,00	110.000,00	30/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033494680	743874	MUNICIPIO DE NOVA PRATA - RS	300.000,00	6.910,70	300.000,00	300.000,00	22/12/2010	30/11/2013	Adimplente
2	033494138	743879	MUNICIPIO DE RUBIACEIA - SP	110.000,00	6.444,95			24/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033494024	743882	MUNICIPIO DE JUQUITIBA - SP	110.000,00	2.250,00			17/12/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033493997	743887	MUNICIPIO DE MOGI MIRIM - SP	107.134,00	9.316,00			06/08/2010	30/05/2012	Adimplente
2	033493883	743891	MUNICIPIO DE CAJAMAR - SP	100.000,00	10.000,00	100.000,00	100.000,00	13/12/2010	30/01/2013	Adimplente
2	033572544	744092	MUNICIPIO DE CESARIO LANGE - SP	114.000,00	3.964,99			12/07/2010	14/10/2012	Adimplente

2	033572439	744098	MUNICIPIO DE PACAEMBU - SP	110.000,00	2.300,00			31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033573122	744928	MUNICIPIO DE PRESIDENTE ALVES - SP	120.000,00	10.000,00			16/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	033573236	744936	MUNICIPIO DE TIJUCAS - SC	292.500,00	8.775,00	292.500,00	292.500,00	22/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033440325	744973	APAE DE TAQUARITUBA	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	22/12/2010	20/10/2012	Adimplente
2	033439850	744977	MUNICIPIO DE GASTAO VIDIGAL - SP	126.750,00	3.000,00	126.750,00	126.750,00	17/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033439631	744980	MUNICIPIO DE NONOAI - RS	100.000,00	2.050,00			01/11/2010	31/12/2012	Adimplente
2	033440439	744983	APAE POMPEIA	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	21/12/2010	20/02/2013	Adimplente
2	033439527	744985	MUNICIPIO DE ITAPEVI - SP	120.000,00	12.653,07			10/09/2010	05/12/2012	Adimplente
2	033440211	744988	ASSOCIACAO PAES E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE S J DA B VISTA	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	19/08/2010	01/04/2013	Adimplente
2	033439745	744993	MUNICIPIO DE IBIRAREMA - SP	120.000,00	5.000,00			16/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033439412	744998	MUNICIPIO DE ITAICABA - CE	136.960,00	4.109,00			28/12/2010	28/12/2012	Adimplente
2	033439308	745003	MUNICIPIO DE TIO HUGO - RS	100.000,00	2.500,00			28/07/2010	30/06/2012	Adimplente
2	033440107	745006	MUNICIPIO DE IPAUSSU - SP	129.653,07	3.000,00			21/12/2010	20/03/2013	Adimplente
2	033440094	745025	MUNICIPIO DE SANTA ADELIA - SP	420.000,00	8.571,43			06/12/2010	20/03/2012	Adimplente
2	033573018	745339	MUNICIPIO DE NANTES - SP	110.000,00	2.245,00			23/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	033572981	745343	MUNICIPIO DE ESTANCIA TURISTICA DE EMBU - SP	110.000,00	27.300,00			27/09/2010	30/03/2013	Adimplente
2	033572659	745351	MUNICIPIO DE BOCAINA - SP	110.000,00	5.000,00			23/12/2010	20/07/2013	Adimplente

2	033572763	745367	MUNICIPIO DE PIRAPOZINHO - SP	640.000,00	30.624,00			13/12/2010	05/03/2013	Adimplente
2	033744605	746769	MUNICIPIO DE VESPASIANO - MG	1.694.653,90	147.600,00	1.694.653,90	1.694.653,90	16/12/2010	31/12/2013	Adimplente
2	033744592	746772	MUNICIPIO DE JUQUIA - SP	420.000,00	36.521,74			06/12/2010	06/06/2012	Adimplente
2	033441236	747817	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JALES	48.750,00	2.500,00	48.750,00	48.750,00	26/11/2010	20/03/2013	Adimplente
2	034142200	748761	MUNICIPIO DE RESENDE - RJ	411.425,56	8.396,44			30/12/2010	30/08/2012	Adimplente
2	034165852	748896	MUNICIPIO DE NOVA CANAA PAULISTA - SP	97.500,00	8.264,00			13/12/2010	20/04/2013	Adimplente
2	034211615	749165	MUNICIPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU - SP	110.000,00	3.769,00			31/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	034211497	749167	MUNICIPIO DE PRESIDENTE BERNARDES - SP	107.800,00	2.200,00			29/12/2010	05/04/2013	Adimplente
2	034211383	749168	MUNICIPIO DE MORUNGABA - SP	300.000,00	8.936,90			20/12/2010	30/06/2013	Adimplente
2	034227652	749262	MUNICIPIO DE ELDORADO - SP	420.000,00	8.571,43			31/12/2010	30/12/2012	Adimplente
2	034227547	749263	MUNICIPIO DE PARIQUERA-ACU - SP	420.000,00	8.571,43			31/12/2010	30/06/2012	Adimplente
2	034227328	749264	MUNICIPIO DE BOCAINA - SP	400.000,00	8.173,01			21/12/2010	20/02/2013	Adimplente
2	034227432	749265	MUNICIPIO DE MUNDO NOVO - MS	470.400,00	9.600,00			21/12/2010	30/05/2012	Adimplente

FONTE: Caixa Econômica Federal

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
TERMOS DE COOPERAÇÃO

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação									
CNPJ: 01.263.896/0022-99					UG/GESTÃO: 240138/0001				
	Informações sobre as Transferências								
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	029/2006	UFMS - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1.365.306,80	845.346,80			out/06	jan/12	
3	054/2006	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1.100.000,00	0,00			dez/06	fev/13	
3	048/2007	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	905.251,00	0,00			dez/07	mar/13	
3	075/2007	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	500.000,00	0,00			dez/07	nov/12	
3	065/2008	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	1.445.799,33	445.799,33			set/08	fev/12	
3	086/2008	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	699.997,24	0,00			jul/08	jul/13	
3	098/2008	CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	99.000,00	9.000,00			dez/08	jan/12	
3	107/2008	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	2.076.000,00	0,00			dez/08	dez/12	
3	058/2009	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	183.000,00	0,00			out/09	abr/13	
3	084/2009	IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	7.206.000,00	0,00			dez/09	dez/13	
3	091/2009	CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília	2.103.836,17	0,00			dez/09	mar/12	
3	006/2010	UFAM - Universidade Federal do Amazonas	22.234.171,00	5.000.000,00			mai/10	nov/14	
3	016/2010	FUB - Fundação Universidade de Brasília	15.880.518,00	0,00			jun/10	dez/13	
3	017/2010	CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília	4.336.851,62	551.040,00			jun/10	jun/13	

3	019/2010	LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica	526.920,00	31.680,00			jun/10	jun/12	
3	028/2010	CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília	500.000,00	0,00			ago/10	mar/12	
3	034/2010	CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília	289.219,54	0,00			ago/10	fev/13	
3	066/2010	UFC - Universidade Federal do Ceará	566.434,28	0,00			set/10	jul/12	
3	067/2010	UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso	2.126.000,00	264.000,00			set/10	jun/13	
3	068/2010	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	688.012,89	0,00			set/10	set/13	
3	069/2010	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	2.100.000,00	0,00			set/10	dez/13	
3	076/2010	IPHAN - Instituto Histórico e Artístico Nacional	798.126,94	0,00			set/10	nov/12	
3	084/2010	IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	303.840,00	0,00			set/10	dez/12	
3	086/2010	CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília	348.000,00	48.000,00			out/10	set/12	
3	090/2010	UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	600.000,00	0,00			nov/10	dez/12	
3	091/2010	UFAL - Universidade Federal de Alagoas	4.645.928,00	3.945.938,00			nov/10	dez/14	
3	093/2010	UFAL - Universidade Federal de Alagoas	1.139.720,00	739.725,00			nov/10	dez/13	
3	094/2010	IPHAN - Instituto Histórico e Artístico Nacional	798.126,94	0,00			dez/10	dez/12	
3	100/2010	IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	350.000,00	0,00			dez/10	dez/12	
3	003/2011	IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	1.400.000,00	0,00			dez/10	dez/12	
3	004/2011	UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	110.000,00	0,00			dez/10	jun/13	
3	006/2011	UFPB - Universidade Federal da Paraíba	14.527.343,00	0,00			dez/10	dez/14	
3	011/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	40.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	012/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	150.000,00	0,00			ago/11	jul/12	

3	014/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	015/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	110.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	016/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	52.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	019/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	70.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	020/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	022/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	60.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	023/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	49.950,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	025/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	026/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	20.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	027/2011	UFPR - Universidade Federal do Paraná	727.800,00	0,00			ago/11	out/14	
3	028/2011	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	100.000,00	0,00			ago/11	jan/12	
3	029/2011	UnB - Universidade de Brasília	150.000,00	0,00			set/11	fev/12	
3	030/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	031/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	55.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	033/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	74.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	036/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	41.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	037/2011	EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	40.000,00	0,00			ago/11	jan/12	
3	039/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	87.250,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	040/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	60.000,00	0,00			ago/11	jul/12	
3	043/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	80.000,00	0,00			ago/11	jul/12	

3	044/2011	CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília	50.000,00	0,00			set/11	ago/12	
3	045/2011	CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	25.000,00	0,00			ago/11	jun/12	
3	047/2011	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	100.000,00	0,00			jul/11	mar/12	
3	051/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	26.729,00	0,00			out/11	set/12	
3	052/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	154.700,00	0,00			out/11	set/12	
3	053/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	357.200,00	0,00			set/11	dez/13	
3	054/2011	SID - Secretaria de Inclusão Digital	11.000.000,00	0,00			nov/11	dez/12	
3	056/2011	UFSJ - Universidade Federal de São João Del-Rei	299.975,00	0,00			nov/11	dez/13	
3	057/2011	IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	595.510,51	320.000,00			nov/11	out/13	
3	058/2011	UnB - Universidade de Brasília	361.761,92	0,00			nov/11	out/14	
3	059/2011	UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	3.000.000,00	0,00			nov/11	nov/13	
3	060/2011	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	135.000,00	0,00			set/11	dez/12	
3	061/2011	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	4.605.094,00	0,00			nov/11	jun/14	
3	062/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	498.000,00	0,00			dez/11	mar/13	
3	063/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	760.150,00	0,00			dez/11	nov/13	
3	064/2011	MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins	160.000,00	0,00			dez/11	dez/12	
3	065/2011	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	822.720,00	0,00			dez/11	dez/13	
3	066/2011	IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	1.751.300,00	0,00			dez/11	mar/12	
3	001/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	900.000,00	0,00			abr/12	mai/13	
3	002/2012	CTI - Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	1.473.000,00	0,00			mai/12	dez/12	

3	003/2012	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	198.160,00	0,00			jul/12	dez/13	
3	004/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			jul/12	dez/12	
3	005/2012	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	75.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	006/2012	MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi	33.000,00	0,00			jun/12	dez/12	
3	007/2012	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	412.871,27	0,00			ago/12	ago/13	
3	008/2012	IFAP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	446.466,85	0,00			ago/12	ago/13	
3	009/2012	INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazonia	67.600,00	7.600,00			ago/12	dez/12	
3	010/2012	UFPB - Universidade Federal da Paraíba	218.174,24	0,00			out/12	dez/13	
3	011/2012	MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins	117.951,68	0,00			ago/12	dez/12	
3	012/2012	UFRR - Universidade Federal de Roraima	251.560,00	0,00			out/12	set/13	
3	013/2012	MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins	540.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	014/2012	UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	55.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	015/2012	UFPB - Universidade Federal da Paraíba	70.000,00	0,00			jul/12	dez/12	
3	016/2012	ON - Observatório Nacional	39.200,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	017/2012	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	100.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	018/2012	UFRB - Universidade Federal do Rocôncavo da Bahia	264.570,00	0,00			ago/12	jul/13	
3	019/2012	IFAC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	2.000.000,00	1.000.000,00			set/12	set/14	
3	020/2012	INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais	29.950,00	0,00			set/12	dez/12	
3	021/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			mai/12	dez/12	
3	022/2012	UFC - Universidade Federal do Ceará	55.010,00	0,00			set/12	dez/12	
3	023/2012	LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica	15.000,00	0,00			out//2012	out/2012	
3	024/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	110.000,00	0,00			ago/12	dez/12	

3	025/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	55.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	026/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	60.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	027/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			jul/12	dez/12	
3	028/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	55.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	029/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	41.672,35	0,00			ago/12	dez/12	
3	030/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	89.895,00	0,00			jun/12	dez/12	
3	031/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			jul/12	dez/12	
3	032/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	30.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	033/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			jul/12	dez/12	
3	034/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	54.892,98	0,00			ago/12	dez/12	
3	035/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	50.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	036/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	20.805,00	0,00			ago/12	nov/12	
3	037/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	123.900,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	038/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	85.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	039/2012	IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	20.000,00	0,00			set/12	dez/12	
3	040/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	55.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	041/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	29.194,88	0,00			jul/12	dez/12	
3	042/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	30.000,00	0,00			ago/12	mar/13	
3	043/2012	CETEM - Centro de Tecnologia Mineral	22.075,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	044/2012	CDT/UnB - Centro de Apoio ao	119.300,00	0,00			out/12	ago/13	

		Desenvolvimento Tecnológico							
3	045/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	5.400.000,00	0,00			set/12	set/16	
3	046/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	30.120,00	0,00			out/12	mar/13	
3	047/2012	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	150.000,00	0,00			set-12	dez-12	
3	048/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	149.518,75	0,00			ago/12	dez/12	
3	049/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	81.273,67	0,00			ago/12	dez/12	
3	050/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	70.000,00	0,00			set/12	dez/12	
3	051/2012	UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	28.300,00	0,00			out/12	mar/12	
3	052/2012	IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	469.600,00	0,00			out/12	out/13	
3	053/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	174.599,00	0,00			out/12	mar/13	
3	054/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	228.688,00	0,00			out/12	mar/13	
3	055/2012	UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	134.300,00	0,00			out/12	mar/13	
3	056/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	99.848,00	0,00			out/12	mar/13	
3	057/2012	CTI - Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	80.000,00	0,00			set/12	dez/12	
3	058/2012	CBPF - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	28.000,00	0,00			ago/12	dez/12	
3	059/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	2.246.000,00	0,00			nov/12	mar/15	
3	060/2012	CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	300.000,00	0,00			out/12	mar/14	
3	061/2012	INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	435.700,00	0,00			nov/12	dez/13	
3	062/2012	INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	50.000,00	0,00			nov/12	jun/13	
3	063/2012	MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	602.400,00	0,00			nov/12	out/14	

3	064/2012	IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	247.700,00	0,00			dez/12	dez/13	
3	065/2012	CDT/UnB - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	128.760,00	0,00			dez/12	dez/13	
3	066/2012	IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	5.856.990,14	1.957.099,62			dez/12	dez/14	
3	067/2012	IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	288.761,58	0,00			dez/12	dez/14	
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									
	Fonte: CGAP/SECIS								

5.3.2 - Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O Quadro A.5.4 abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2012, 2011 e 2010, sendo que os valores referem-se à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
CNPJ:	01.263.896/0022-99					
UG/GESTÃO:	240138/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	16	74	171	59.029.733,25	26.764.852,75	99.169.529,51
Contrato de Repasse	0	70	248	65.439.455,29	9.848.382,05	6.561.562,50
Termo de Cooperação	67	58	123	22.980.108,77	27.766.903,58	112.105.784,70
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	83	202	542	147.449.297,41	518.343.583,84	572.626.684,14

Fonte:

5.3.3 - Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

O Quadro A.5.5 abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
CNPJ: 01.263.896/0022-99			UG/GESTÃO: 240138/00001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	173	80	247.265.822,55	145.311.826,41	59%
Contrato de Repasse	295	295	65.439.455,29	-	81,5%
Termo de Cooperação	39	335	164.259.518,43		
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	507	710	476.964.796,27		

Fonte: DCON/SPOA, CEF, SECIS/CGAP

5.3.4 - Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

O Quadro A.5.6 abaixo demonstra a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, evidenciando o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades.

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
CNPJ: 01.263.896/0022-99		UG/GESTÃO: 240138/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	97	217	43
		Montante Repassado	111.604.756,12	98.997.338,23	5.219.100,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	57	118	95
		Montante Repassado	80.298.542,10	65.262.179,60	15.928.385,64
2011	Contas Prestadas	Quantidade	75	27	79
		Montante Repassado	33.544.003,18	142.903.878,41	9.320.550,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	116	28	14
		Montante Repassado	108.009.895,65	179.762.664,43	1.607.599,01
2010	Contas Prestadas	Quantidade	59	52	110
		Montante Repassado	15.066.570,61	182.964.565,75	8.760.071,72
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	34	52	1
		Montante Repassado	9.713.495,30	184.886.345,75	100.000,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	92	-
		Montante Repassado	-	36.184.932,60	-
Fonte: DCON/SPOA, CEF, SECIS/CGAP					

5.3.5 - Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

O Quadro A.5.7 contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, seguem informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas.

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação					
CNPJ: 01.263.896/0022-99			UG/GESTÃO: 240138/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			13	68
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	12
			Contas Não Analisadas	13	3
		Montante Repassado (R\$)		12.854.329,58	2.559.275,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	4	53
			Quantidade Reprovada	1	0
			Quantidade de TCE	0	2
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	79	0
Montante Repassado (R\$)	109.435.070,62		0		
2011	Quantidade de contas prestadas			80	80
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		10	80
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0

	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	70	0
		Montante repassado (R\$)	33.044.003,18	0
2010	Quantidade de Contas Prestadas		70	107
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	11	107
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	59	0
		Montante Repassado	28.934.657,77	0
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	226	0
		Montante Repassado	149.412.571,66	0
Fonte: DCON/SPOA; CEF				

5.3.6 – Análise Crítica

A SECIS/MCTI, durante o ano de 2011, realizou um levantamento sobre a situação dos convênios e demais instrumentos jurídicos celebrados.

Esta iniciativa teve a intenção de atender aos órgãos de controle, que mantiveram no ano anterior – 2010 - uma sistemática de cobrança incessante com o intuito de que a SECIS concluísse o processo de fechamento dos convênios nessa situação de prestação de contas.

Diante da quantidade identificada de processos em situação de prestação de contas, número este bastante significativo, representando um total de 358 (trezentos e cinquenta e oito) processos, foi criado um Grupo de Trabalho que pudesse realizar essa atividade, a ser instalado sob a direção do DEARE e sob a coordenação da CGAP.

Neste sentido foi assinada a Portaria nº 35, de 26 de junho de 2012, publicada no D.O.U. de 27 de junho de 2012, que instituiu o Grupo de Trabalho de Análise Técnica para Prestação de Contas (GTPC) com o objetivo de proceder à análise técnica final dos processos em situação de prestação de contas na SECIS. A referida Portaria determina o uso obrigatório de seus 2 (dois) Anexos, a saber: Anexo I – Relatório de Visita Técnica para Prestação de Contas e Anexo II – Parecer Técnico Final. A Portaria teve sua vigência estabelecida até 31 de dezembro de 2012, prorrogável por mais 6 (seis) meses.

A partir da publicação da Portaria 35, os 358 processos em situação de prestação de contas foram tramitados para o GTPC e ficaram sob sua responsabilidade.

O GTPC contava, à época de sua criação, com 10 (dez) servidores públicos federais e empregados públicos, sendo que 1 (um) deles é apoio administrativo e os 9 restantes são assistentes e analistas que realizam o trabalho de análise técnica dos processos. No decorrer do ano de 2012 alguns servidores não se mantiveram no GTPC, causando dificuldades em atendermos a demanda no tempo previsto.

O Grupo contava em 2012, ainda com 7 (sete) funcionários terceirizados que prestam apoio técnico e administrativo ao GTPC, realizando atividades de controle dos processos, instrução processual, preparação das viagens para visitas técnicas, elaboração do escopo dos relatórios e pareceres e no auxílio direto aos assistentes e analistas.

O GTPC teve um período inicial que abrangeu praticamente os 2 primeiros meses de sua instalação que consistiu na montagem de um novo espaço adequado para seu funcionamento, na adaptação de seus componentes, na identificação e organização dos processos, na definição de critérios para estabelecimento da distribuição dos processos, na elaboração das portarias para a nomeação dos responsáveis técnicos e no estabelecimento e definição dos períodos e locais a serem visitados, além da criação, elaboração e preparação dos documentos a serem utilizados nos processos de viagens.

A primeira iniciativa do GTPC, após este período inicial, foi a de nomear em portaria os responsáveis técnicos pelos processos o que concluiu em 270 (duzentos e setenta) processos

nomeados, ficando estabelecida uma média de 30 (trinta) processos para cada servidor e/ou empregado público.

Restou um contingente de 88 (oitenta e oito) processos sem nomeação tendo em vista que o número de processos a ser analisado é bem maior do que o número exequível por servidores e empregados que compõem o GTPC, sendo visível a necessidade de se agregar mais servidores ao Grupo de Trabalho existente, além de considerar que o incremento de processos em situação de prestação de contas é crescente e contínuo.

Foi realizado um total de 80 (oitenta) visitas técnicas “in loco”, com a ressalva de que os processos que envolvem “eventos” não requerem esse procedimento uma vez que estes eventos já foram realizados, cabendo apenas, nestes casos, a análise da documentação constante dos autos.

Os critérios utilizados para as viagens de visita técnica “in loco” foram baseados em 3 (três) fatores. Primeiramente foram destacados os projetos que representavam valores mais significativos, de maior aporte financeiro por parte do MCTI. Em segundo plano, foram selecionados os projetos por antiguidade, uma vez que o acervo dos processos continha um grande volume de processos a partir do ano de 2003 e que, na maioria dos casos, não tinham sequer recebido visita de acompanhamento por parte da SECIS. E em terceiro lugar, foi realizado um levantamento dos processos por região, identificando-se os Estados que continham mais projetos concluídos.

A metodologia utilizada foi a de agregar nas viagens das visitas vários projetos que pertenciam a uma mesma região, ou seja, que foram implantados em municípios próximos um do outro, no sentido de otimizar tempo, custo e trabalho dos técnicos do GTPC.

Outro fator que o GTPC levou em consideração, embora não tenha sido um critério estabelecido pelo Grupo de Trabalho, foi as demandas dos órgãos de controle, principalmente da CGU. Estes processos foram atendidos na medida em que se alinhavam aos critérios definidos. Casos extremos, emergentes ou urgentes foram tratados e atendidos como prioridade.

Cabe aqui ressaltar que, no período de 6 meses de existência do GTPC, os servidores e empregados públicos que compõem o grupo de trabalho passaram por momentos de gozo de férias, de alguns atestados médicos e afastamentos por doenças e cirurgias, de recessos de fim de ano, o que impactou na velocidade e no volume da produção do trabalho.

Outro fator impactante é o fato de que os analistas técnicos têm um período de intervalo de aproximadamente 15 (quinze) dias entre uma viagem e outra, com o intuito de confeccionar os documentos pertinentes e mesmo o descanso natural que o trabalho dessa natureza requer, considerando-se que nem sempre ou até na maioria das vezes, os projetos não foram implantados em capitais ou cidades que oferecem aeroportos, sendo necessário o deslocamento por via terrestre de distâncias consideráveis até os municípios e comunidades carentes onde se encontram instalados os projetos.

Em resumo, o GTPC conseguiu alcançar o número de 50 (cinquenta) processos analisados e finalizados até o dia 31 de dezembro de 2012.

Salientamos assim, a necessidade de prorrogação da Portaria uma vez que o contingente de processos a ser analisado e finalizado ainda é significativo, além da necessidade urgente de agregação de mais servidores para a realização do trabalho de análise técnica dos processos.

Soma-se, a necessidade de capacitação dos técnicos, considerando tratar-se de atividade muito específica que exige experiência e conhecimento aplicado para efetivação das análises.

5.4 – SUPRIMENTO DE FUNDOS

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.4.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.4.1.1 – Suprimento de Fundos – Visão Geral

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.4.1.2 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.4.1.3 – Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Resposta: A UJ não utiliza Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

5.4.1.4 - Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Resposta: A UJ não utiliza Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

5.4.1.5 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.4.1.6 – Análise Crítica

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.5 - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.1 - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.4 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.5 - Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.6 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.7 - Comunicações à RFB

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.8 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Resposta: Não existe previsão legal

5.5.9 - Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Resposta: Não se aplica à SECIS

5.5.10 - Fiscalizações Realizadas pela RFB

Resposta: Não se aplica à SECIS

6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

A criação da SECIS com inúmeras competências e atribuições nobres por sua relevância social não foi acompanhada de uma estrutura hierárquica e administrativa que garantisse as mínimas condições de desenvolvimento de atribuições, atividades e tarefas com observância dos parâmetros do modelo administrativo departamental, atualmente, vigente na maioria dos órgãos e entidades públicas federais.

A SECIS diligenciou junto aos setores competentes do MCTI para que as informações pertinentes à sua necessidade logística de recursos humanos fossem conduzidas de forma apropriada e tempestiva a todos os setores do governo federal que possam contribuir para a solução dos problemas identificados nos estudos realizados pela Secretaria, a exemplo do MPOG, para que consiga alcançar efetividade na solução das necessidades logísticas de recursos humanos da SECIS.

No final do exercício de 2011 a SECIS participou de reuniões promovidas pela SPOA, que resultaram na elaboração de proposta encaminhada ao MPOG para a contratação de pessoal por tempo determinado e a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos.

A gestão sofre os impactos negativos da ausência de estrutura de cargos compatíveis com os desafios e obrigações da SECIS. Todavia, o MPOG autorizou concurso público para 832 vagas. Em 2012, o MCTI tornou pública a realização de concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior e de nível intermediário da carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia e da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico.

Este atual cenário permitirá o ingresso de novos servidores da Carreira de Ciência e Tecnologia, o que amenizará as deficiências estruturais e dará início a um processo de renovação e profissionalização na execução das competências e atribuições regimentais e àquelas decorrentes dos programas e ações orçamentárias.

Em que pese o salto qualitativo que representou o ingresso de servidores no concurso realizado em 2008 e o comprometimento e profissionalismo demonstrados pela maioria do quadro

funcional e demais colaboradores, ainda permanecem as deficiências associadas à ausência de estrutura de cargos, uma vez que novos desafios foram incorporados à agenda administrativa da SECIS decorrentes das ações de gestão associadas às diretrizes legais, normativas e orientações de órgão de controle.

A SECIS possui frentes de trabalho prioritárias que exigirão em curto prazo, além da reconhecida dedicação do corpo funcional, uma atenção especial dos gestores, tendo em vista os prazos e condições estabelecidos por normativos internos ou convencionados, e a necessidade de implementação de melhorias contínuas nos processos de trabalho de forma a otimizar resultados.

A SECIS enfrenta ainda um problema que agrava os demais e prejudica sobremaneira a gestão pública: a precariedade da estrutura organizacional. Em virtude da premência em solucionar essa questão, foi elaborada proposta de estrutura organizacional para a Secretaria que equacione minimamente seus principais gargalos de estrutura, já no ano de 2011.

No ano de 2012, a SECIS reformulou a proposta de reestruturação, e no início de 2013, reencaminhou à SPOA, a nova proposta de ampliação de sua estrutura organizacional, a ser analisada e, posteriormente, encaminhada ao MPOG para as devidas providências.

Além das medidas adotadas para a melhoria de processos e modelos de gestão, a SECIS identificou a necessidade de propor um plano de capacitação para os servidores, assim como a necessidade de ampliação do quadro vigente para atender as demandas da Secretaria.

No ano de 2012, foram oferecidos cursos de capacitação no SICONV para servidores designados como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização de projetos: um promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a participação de 04 servidores; e outro pelo Ministério do Planejamento, com a capacitação mais 04 servidores. Os auxiliares de documentação também foram capacitados nos sistemas Próton, módulo “Projetos”, para assessorar os servidores na atualização permanente dos dados das parcerias. A equipe designada para analisar os processos em fase de prestação de contas também passou por processo de capacitação.

Por meio do Ofício nº 18, de 31/03/2012 foi solicitado à CGU 15 vagas para participação do curso de “Controles Aplicados a Gestão”, no Programa CAPACITA oferecidos por aquele órgão, no entanto, os cursos não puderam ser ministrados à época.

6.1.1 - Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	24	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	2	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	2	-	-
4. Empregados Públicos	-	24	-	-
5. Total de Servidores (1+2+3 +4)	-	50	-	-

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

6.1.1.1 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
-----------------------------	---

1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em Pessoa da Família	-
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	-
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

6.1.2 - Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	7	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	7	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	3	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	2	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	2	-	-
1.2.5. Aposentados	Não há	-	-	-
2. Funções Gratificadas	Não há	4	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	4	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	11	-	-

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

6.1.2.1 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de

		anos	anos	anos	60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	2	10*	19	13	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	2	10*	10**	4***	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	-	9	9	6
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	4	3	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	2	2	1	-
2.3. Funções Gratificadas	-	2	1	1	-
3. Totais (1+2)	4	14	22	13	6

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

OBSERVAÇÃO: (*) 8 Servidores Ativos, 1 Exercício Descentralizado e 1 sem vínculo

(**) 8 servidores Ativos, 1 sem vínculo e 1 Requisitado

(***) 3 servidores e 1 Requisitado

6.1.2.2 - Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	9	16	26	-	6	5
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	15	-	6	5
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	2	14*	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Empregados Públicos	-	-	-	9	14	1	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	8	-	-	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	5	-	-	1
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	3	-	-	1
3. Totais (1+2)	0	0	0	9	16	34	0	6	6

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

OBSERVAÇÃO: (*) 9 servidores Ativos, 1 Exercício Descentralizado, 2 Requisitados, 2 sem vínculo

6.1.3 - Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimen tos e Vantagen s Fixas	Despesas Variáveis						Despesa s de Exercíci os Anterio res	Decisõ es Judici ais	Tot al
			Retribuiç ões	Gratificaç ões	Adicion ais	Indenizaç ões	Benefícios Assistenciai s e Previdenciá rios	Demais Despes as Variáv eis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										

	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										

Fonte: Não informado pela CGRH/SPOA

6.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 - Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)		

Fonte: Não informado pela CGRH/SPOA, quadro em branco

6.1.4.2 - Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão
---	---------------------------------------

	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado		
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)		

Fonte: Não informado pela CGRH/SPOA, quadro em branco.

6.1.5 - Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Resposta CGRH/SPOA: Não se aplica.

6.1.6 - Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Resposta CGRH/SPOA: Não se aplica.

6.1.7 - Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Resposta CGRH/SPOA: Não se aplica.

6.1.7.1 - Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais				

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais				

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC
	Exercício de 2012

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total				
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

6.1.7.2 - Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias				
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais				

6.1.7.3 - Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais				

6.1.8 - Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Resposta: A UJ não é responsável pela área de recursos humanos, nem possui UJ consolidada com

essa responsabilidade. Os itens 6.1.3, 6.1.4, 6.1.4.1, 6.1.4.2, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.7.1, 6.1.7.2, 6.1.7.3 e 6.1.8 não se aplicam à SECIS, sendo essas informações de responsabilidade da CGRH/SPOA no âmbito do MCTI.

6.2 – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Resposta: Os itens 6.2.1 (Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão), 6.2.2 (Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorência da Realização de Concurso Público), 6.2.3 (Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados) não se aplicam à SECIS. Essas informações são da responsabilidade da CGRL/SPOA no âmbito do MCTI.

6.2.4 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Resposta: A UJ não realiza contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva. Essa atividade é executada de forma centralizada pela SPOA no âmbito do MCTI.

6.2.5 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Resposta: A UJ não realiza Locação de Mão de Obra. Essa atividade é executada de forma centralizada pela SPOA no âmbito do MCTI.

6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2	3	3	3	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	2	3	3	3	17.001,80
2. Nível Médio	-	1	1	1	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	1	1	1	2.851,40
3. Total (1+2)	2	4	4	4	19.853,20

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

7 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7.2.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7.2.3 - Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

8 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

8.1 - Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

8.2 - Análise Crítica

Resposta: Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

9 - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Resposta: A UJ não realiza licitações. Essa atividade é executada de forma centralizada pela SPOA no âmbito do MCTI.

9.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Resposta: Não se aplica à UJ.

10 - CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 - Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não há.

10.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há.

10.1.3 - Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	CONSTATAÇÃO 008	ITEM 1.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCTI			
Descrição da Recomendação			
Que a SECIS implemente um conjunto de Indicadores institucionais para aferição de sua gestão, devidamente validados pelo MCTI, que permita mensurar adequadamente a eficiência, a eficácia e a efetividade de sua atuação, contendo, obrigatoriamente, a descrição, o tipo, a fórmula de cálculo e o método de medição de cada indicador.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCTI			
Síntese da Providência Adotada			
Proposta: A SECIS contratará consultoria especializada para a realização de estudo visando à construção e implementação de Indicadores de desempenho Institucional, com o objetivo de medir a eficiência, a eficácia e a efetividade da atuação da Secretaria, em busca do alcance de seus objetivos programáticos. -Em 15/10/2011: A SECIS deu início à especificação do Termo de Referência para a contratação do consultor especializado até o final do primeiro trimestre de 2012, com início das atividades no primeiro semestre de 2012. -Em 12/01/2012: Termo de Referência pronto, aprovado pelo Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno e pelo Secretário, e encaminhado à ASCAV/ SEXEC para consulta sobre o perfil do consultor. -Em 07/12/2012: Realizada contratação de consultor especializado, com a finalidade de construir indicadores de resultado e desempenho institucional com foco na melhoria da gestão por processos da SECIS. Detalhamento: Realizar reuniões periódicas com o consultor contratado e a equipe técnica da SECIS para a coleta de dados e informações existentes sobre o trabalho realizado e as possibilidades de sua mensuração para a construção de indicadores; a elaboração estatística e lógica de fórmulas que materializem os indicadores elaborados em diferentes programas da SECIS; os testes necessários à comprovação de que tais indicadores funcionam e são passíveis de verificação e de replicação; e a avaliação da adequação e do alcance dos indicadores construídos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	CONSTATAÇÃO 005	ITEM 4.2.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCTI			
Descrição da Recomendação			
1. Que a SECIS implemente procedimentos de controles internos, relacionados ao acompanhamento e fiscalização dos programas e ações governamentais sob sua responsabilidade.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCTI	
Síntese da Providência Adotada	
Proposta 1: Aprimoramento, com o apoio de consultor externo, do Macrofluxo da SECIS e de suas interfaces com a SPOA, a CONJUR e o Gabinete do Ministro, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica e de dar celeridade à tramitação de processos relativos a convênios, termos de parceria e termos de cooperação. Encaminhamento: -Em 31/12/2011: Macrofluxo apresentado, aprovado e publicado. -Em 12/01/2012: Nota Técnica com recomendação de publicação do Diagrama 2 do Macrofluxo e posterior readequação dos Diagramas 1 e 3 às alterações na legislação e no SICONV. -Em 24/01/2012: Publicada a Portaria nº 04, de 17/01/2012 e o Macrofluxo no Boletim de Serviço da 2ª Quinzena/2012 e encaminhado para publicação no endereço eletrônico do MCTI. Fase: Concluída. Proposta 2: Detalhamento, com apoio de consultoria externa, dos procedimentos descritos no Macrofluxo da SECIS, cujo produto final será a Manualização de Rotinas e procedimentos relativos à tramitação de convênios, termos de parceria e termos de cooperação, bem como a capacitação dos técnicos da SECIS, já incluindo os novos servidores, empossados em 2013; Encaminhamento: - Em 07/12/2012: Realizada contratação de consultor especializado, com a finalidade de adequar o Macrofluxo frente às alterações de procedimentos, construir o Manual do Macrofluxo de Projetos e capacitar os servidores para a tramitação e o acompanhamento de projetos na SECIS.	
Programação - Reuniões periódicas entre a consultora e os técnicos da SECIS para revisão do Manual do Macrofluxo de Projetos da SECIS (análise, aprovação e acompanhamento físico); - Elaborar o Manual de Rotinas da SECIS; Desenvolver metodologia de capacitação que atenda as necessidades dos técnicos da SECIS e acompanhar a implementação da capacitação e aplicação do manual de análise, aprovação e acompanhamento de projetos da SECIS. Fase: Em execução. Conclusão até 06/04/2013 Proposta 3: Criação do Comitê de Gestão e Controle Interno da SECIS, como finalidade de elaborar e implementar procedimentos e rotinas de acompanhamento, avaliação e fiscalização dos programas e ações sob responsabilidade da Secretaria. Encaminhamento: - Em 02/12/2011: Publicada Portaria nº 78, que institui o Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno. Realizar reuniões periódicas com os integrantes do Comitê e a equipe técnica da SECIS. FASE: Concluída. Proposta 4: Realização, com o apoio de consultor externo e da CGTI, de trabalho de especificação, codificação e desenvolvimento de novas ferramentas eletrônicas de gestão, nas áreas de acompanhamento de projetos, acompanhamento de obras e emendas parlamentares; Encaminhamento: - Em 31/12/2011: Contratação de consultoria externa realizada – UNESCO. A Secretaria adotará novas práticas de gestão e planejamento com base do Sistema SIMEC criado pelo MEC e disponibilizado para o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação e será um novo Sistema de Gestão, Controle e Monitoramento para Emendas, Pré-obras, Obras, Projetos e um Painel de Controle que possibilitará transparência dos resultados. Além da implantação dos Módulos é necessário que os mesmos sejam verificados, avaliados e a partir destes resultados, relatar se os mesmos se enquadram as necessidades de usabilidade da SECIS. Esta informatização proporcionará alinhamento organizacional, permitirá maior confiabilidade dos resultados projetados e dará foco as etapas do Macrofluxo criado para acompanhamento de convênios, termos de parceria e termos de cooperação da SECIS. Enfim trata-se de assessorar a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS na elaboração de Avaliações de Usabilidade e Documentos Técnicos sobre as novas funcionalidades dos referidos Módulos. Foi necessário ainda, a análise técnica	

sobre a aplicabilidade desses módulos e a identificação de gargalos do sistema a serem devidamente customizados tornou-se primordial ao avanço dessa transformação na Secretaria. Portanto, é imprescindível a construção de Documentos Técnicos que permitam a adequação e a customização de cinco módulos existentes no SIMEC, a saber, os módulos de Emendas, Pré-Obras, Obras, Projetos e Painel de Controle, para um novo modelo eletrônico de gestão pública dos processos e dos projetos apoiados pela SECIS. Enfim, trata-se viabilizar uma ferramenta eletrônica capaz de subsidiar a tomada de decisão técnico-administrativa.

Executada.

- Em 13/11/2012: Contratação de consultoria, modalidade por produto, para elaboração de GUIA do USUÁRIO para os Módulos de Projetos, Obras, Emendas e Painel de Controle do novo sistema de gestão, SIGPROJETOS, homologado na Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

- Em 13/11/2012: Contratação de consultoria, modalidade por produto, para elaboração da documentação técnica do sistema SIGPROJETOS, relacionada à migração e à integração dos dados dos seguintes sistemas:

- PRÓTON
- RECEITA FEDERAL (Validação de CNPJ e CPF)
- CORREIOS
- GOOGLE

- Em 13/11/2012: Contratação de consultorias externas realizadas – IICA (ANEXOS XXXX).

I – Realizar reuniões periódicas com o consultor contratado e a equipe técnica da SECIS.

Essas consultorias têm como objetivos preparar o material para orientação da equipe técnica da SECIS para o correto uso do SIGPROJETOS, aprimorar a inserção de informações e a fidedignidade dos dados no SIGPROJETOS, possibilitar a Gestão Estratégica dos novos projetos da SECIS, testar a migração dos dados dos sistemas e a validação dos dados inseridos no SIGPROJETOS.

Ressalta-se que o processo de migração do novo sistema de gestão SIGPROJETOS está sendo acompanhado pela Coordenação Geral de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA, que assumirá a gestão e manutenção do Sistema.

Fase Atual: Em execução.

Conclusão até 07/04/2013

Proposta 5: Criação do Manual do Proponente para orientar a elaboração, apresentação e acompanhamento de projetos a serem apoiados por meio de convênios, termos de parceria e termos de cooperação;

Encaminhamento:

- Em 31/12/2011: Manual escrito, com necessidade de revisão.

- Em 02/02/2012: Manual do proponente publicado.

- Em 14/01/2013: O Manual do Proponente está disponível por meio eletrônico no Portal do MCTI. Entretanto, o Manual tem sido muito pouco utilizado pelos convenientes, de forma que o mesmo deverá, já nos próximos chamamentos, ser disponibilizado no SICONV, de forma a ser mais um instrumento de auxílio e orientação para a apresentação de propostas e acompanhamento de projetos.

FASE: Concluída

Proposta 6: Elaboração de novos documentos de referência para a realização de chamamento público, com o estabelecimento de critérios objetivos para a apresentação, habilitação e seleção de projetos, procedimento que possibilitará a melhoria do processo de acompanhamento e fiscalização de convênios e instrumentos congêneres.

Encaminhamento:

- Em 31/12/2011: Foram realizados Chamamentos Públicos por meio do SICONV com base em Documentos de Referência para os programas de Inclusão digital e Extensão Tecnológica, já relacionados no item **XXXXXXXXXX**.

- No ano de 2012, a SECIS realizou chamamento público e publicou documentos de referência, voltados especificamente para a apresentação de projetos de emendas parlamentares individuais carimbados. Não foi realizado chamamento público para recursos orçamentários da SECIS na área de inclusão digital, uma vez que foi publicada Portaria nº 2, de 16 de janeiro de 2012, que compôs o Banco de Projetos (Chamamento Público 2011). Foram realizados Chamamentos Públicos por meio do SICONV com base em Documentos de Referência para o programa de Centro Vocacional Tecnológico e de Núcleos de Tecnologia Assistiva.

Encaminhamento:

- Os processos relativos aos Chamamentos Públicos encontram-se em fase de finalização de instrução processual dos projetos selecionados.
- Publicadas as Portarias SECIS nºs 02, de 16/01/2012, instituindo o Banco de Projetos, e 08, de 31/01/2012, divulgando a sua composição.
- Reuniu-se a equipe da SECIS para uma Oficina de Trabalho de Avaliação dos Chamamentos Públicos, visando à publicação de Novos Documentos de Referência em 2012.
- No início do ano de 2012, foi disciplinado o Banco de Projetos, composto por projetos selecionados no âmbito dos chamamentos públicos realizados no ano de 2011, conforme Portaria nº 2, de 16 de janeiro de 2012. Essa norma dispôs sobre a formação de Banco de Projetos selecionados nos chamamentos públicos e que não chegaram a ser formalizados, na modalidade de convênio ou termo de cooperação, devido a: (i) impedimento para a assinatura do convênio ou termo de cooperação em função do esgotamento de limite de empenho; (ii) necessidade de maior prazo para a conclusão de análise técnica, financeira ou jurídica do projeto; ou (iii) necessidade de saneamento e complementação da instrução processual.

FASE: Em finalização. Ato contínuo

Proposta 7: Identificação de convênios e termos de parceria sem indicação dos responsáveis pelo acompanhamento de sua execução e posterior designação dos representantes da Administração;

- Em 2012, em consonância com as medidas consolidadas por meio da Portaria nº 76, de 29 de novembro de 2011, houve a indicação de responsáveis, ocupantes de cargo ou emprego público, para o acompanhamento dos convênios em vigência.

Encaminhamento:

- Publicada a Portaria nº 76, de 29/11/2011, que dispõe sobre a indicação e a designação de responsáveis pelo acompanhamento de convênios.
- Aguarda-se a nomeação e posse dos novos servidores para novas designações

FASE: Em execução. Ato contínuo.

Proposta 8: Definição de procedimentos padrões para acompanhamento e fiscalização de convênios e demais instrumentos congêneres;

- Em 2012, com a criação do Grupo de Trabalho de Análise Técnica para Prestação de Contas (GTPC) instituído pela Portaria nº 35, de 26 de junho de 2012, com o objetivo de proceder à análise técnica final dos processos em situação de prestação de contas na SECIS, iniciou-se a definição de procedimentos padrões para acompanhamento e fiscalização de convênios e demais instrumentos congêneres. A referida Portaria determina o uso obrigatório de seus 2 (dois) Anexos, a saber: Anexo I – Relatório de Visita Técnica para Prestação de Contas e Anexo II – Parecer Técnico Final.

- Em 2013, espera-se definir a padronização das versões eletrônicas dos modelos de documentos, a serem desenvolvidos pela SECIS e implantado pela equipe da CGTI no SigProjetos (Notas técnicas, pareceres, memorandos, despachos, entre outros).

Encaminhamento:

- 24/01/2012: Cabe ao Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno a proposição desses procedimentos com posterior aprovação do Secretário.

FASE: Em elaboração

Proposta 9: Realização de atividades de capacitação técnica da equipe da SECIS.

- Encaminhamento:

Viabilizar novos cursos identificados junto à equipe da SECIS, principalmente aqueles oferecidos no âmbito do Capacita CGU e do MPOG, visando à educação permanente.

- Em 31/12/2011: A equipe técnica da SECIS participou de duas capacitações principais, PRÓTON e SICONV.

- Em 31/03/2012: Por meio do Ofício nº 18, de 31/03/2012, foi solicitado à CGU, 15 vagas para participação do curso de “Controles Aplicados a Gestão”, no Programa CAPACITA oferecidos por aquele órgão, no entanto, os cursos não puderam ser ministrados à época.

- No ano de 2012, foram oferecidos cursos de capacitação no SICONV para servidores designados fiscais de acompanhamento de projetos: um promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com

a participação de 04 servidores; e outro pelo Ministério do Planejamento, com a capacitação mais 04 servidores. Também foram capacitados os serviços de apoio nos sistemas próton, módulo “Projetos”, para que pudessem auxiliares os servidores na atualização permanente dos dados dos convênios.

- Para o ano de 2013, a SECIS, em conjunto com a SPOA, solicitou cursos do Plano Anual de Capacitação tendo em vista o ingresso de novos servidores (ANEXO F).

FASE: Concluída

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Todas as medidas tomadas pela SECIS nos anos de 2011 e 2012 tem colaborado para uma administração pública eficaz e eficiente, na medida das contingências existentes.

Tais processos são contínuos e serão aprimorados constantemente.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa

Código SIORG

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	CONSTATAÇÃO 017	ITEM 4.2.4.2	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Código SIORG

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCTI

Descrição da Recomendação

1. Que a SECIS elabore procedimento de controle para garantir que a inscrição de recursos empenhados de convênios, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres em Restos a Pagar só ocorrerá com o devido instrumento de transferência assinado.
2. Que a SECIS promova a revisão de todos os empenhos colocados em Restos a Pagar, com a finalidade de verificar o atendimento das exigências formais e legais pertinentes à matéria.
3. Que a SECIS conclua o processo de fechamento dos convênios em situação de prestação de contas.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação

Código SIORG

Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS/MCTI

Síntese da Providência Adotada

1 - A SECIS adotará procedimentos, em conjunto com a DCON/SPOA, para que somente ocorra a inscrição em Restos a Pagar quando os instrumentos estiverem efetivamente formalizados;

Proposta 1: Foi firmado entendimento com a SPOA quanto ao procedimento regular de inscrição de empenhos em Restos a Pagar, para coibir as situações em que os instrumentos não estejam efetivamente formalizados.

Encaminhamento:

-As medidas saneadoras tomadas em 2011 foram eficientes e foram mantidas em 2012.

FASE: Concluída

2 - A SECIS procederá ao levantamento e análise desses empenhos, com a finalidade de atender as exigências formais e legais para manter os recursos dos convênios inscritos em Restos a Pagar.

Em 30/12/2011: os empenhos inscritos em restos a Pagar sem atendimento às exigências formais e legais foram cancelados ou estão em processo de cancelamento.

Encaminhamento:

-Todas as providências cabíveis foram adotadas durante o ano de 2011 e 2012.

FASE: Concluída

3 - Em 26/07/2012: Assinada a Portaria nº 35, de 26 de junho de 2012, publicada no D.O.U. de 27 de junho de 2012, que instituiu o Grupo de Trabalho de Análise Técnica para Prestação de Contas (GTPC) com o objetivo de proceder à análise técnica final dos processos em situação de prestação de contas na SECIS. A referida Portaria determina o uso obrigatório de seus 2 (dois) Anexos, a saber: Anexo I – Relatório de Visita Técnica para Prestação de Contas e Anexo II – Parecer Técnico Final. A Portaria teve sua vigência estabelecida até 31 de dezembro de 2012, prorrogável por mais 6 (seis) meses.

- Em 22/10/2012: Houve atualização da constituição do GTPC em Portaria nº 132, de 22/10/2012 e encontra-se em tramitação nova Portaria que prorroga a vigência do GTPC por seis meses e altera novamente a constituição do Grupo.

Encaminhamento:

- I- A partir da publicação da Portaria 35, os 358 processos em situação de prestação de contas foram tramitados para o GTPC e ficaram sob sua responsabilidade. O GTPC conseguiu alcançar o número de 50 (cinquenta) processos analisados e finalizados até o dia 31 de dezembro de 2012.

Diante do grande volume de processos e das peculiaridades e complexidades dos processos que demandam a análise documental e visita *in loco* torna-se necessária a prorrogação do GTPC para finalizar o trabalho proposto.

Fase: Em execução

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A criação do GTPC deu um salto qualitativo no processo de gestão de passivos da SECIS, o primeiro passo foi o levantamento da situação real dos processos e distribuição pelos técnicos existentes.

A definição de modelos padronizados também foi um avanço significativo, facilitando a análise e nivelando os pareceres.

Entretanto, o quantitativo de servidores com conhecimento e experiência necessárias para a execução da atividade de análise técnica ainda é muito insuficiente, tanto do ponto de vista de acompanhamento e monitoramento, quanto do ponto de vista da análise final de cumprimento de objeto.

Com a chegada dos novos servidores, a SECIS reforçará o seu quadro, entretanto, é importante frisar que trata-se de um processo de qualificação desses servidores à médio e longo prazo.

Assim, o passivo existente em prestação de contas ainda se manterá significativo por um período maior que o esperado, tornando-se necessário a prorrogação do GTPC, ou a criação de uma instância orgânica na SECIS, considerando que a carteira de convênios e Termos cresce continuamente.

OUTRAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ATUAL GESTÃO DA SECIS EM 2012 E 2013:

- ✓ Levantamento das pendências e regularização do atendimento às solicitações de informações dos órgãos de controle e de investigação – CGU, TCU, Ministério Público e Polícia Federal.
- ✓ Criação e distribuição de Guia para Elaboração de Emendas Parlamentares, que estabelece critérios objetivos para apresentação de Emendas relativas às ações sob responsabilidade da SECIS: esta providência adotada influenciou positivamente a apresentação de novas emendas parlamentares aos Programas da SECIS, fato comprovado pelo Orçamento de 2013.
- ✓ Contratação de consultoria para planejar e desenvolver estratégias de disseminação das políticas da SECIS, visando à geração de publicações que orientem a população sobre programas e ações de inclusão social do MCTI e, em específico, a política de apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs.
- ✓ Contratação de consultoria com a finalidade de elaboração, e editoração de materiais de comunicação e divulgação das políticas da SECIS, visando à geração de publicações que orientem a população sobre programas e ações de inclusão social do MCTI.
- ✓ Levantamento sistemático do “estoque” de convênios e instrumentos congêneres, para a melhoria do processo de tramitação interna, mitigação de riscos e aperfeiçoamento da tomada de decisão, especialmente quanto à liberação de recursos provenientes de emendas parlamentares.

10.1.4 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

10.3 - Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 - Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	50		
	Entregaram a DBR	50		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

1.1.1.1 - Análise Crítica

Resposta: O § 2º do art. 3 do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005, oferece a opção de entrega de autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações. Desde 2011, os servidores da SECIS passaram a entregar a cópia da Declaração de Imposto de Renda ou a Autorização de Acesso ao Imposto de Renda para a Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH.

10.4 - Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

10.4.1 - Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, (gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas), CPF nº _____, (cargo ocupado pelo responsável), exercido na (nome da unidade responsável) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, ____ de ____ de 2013.

(Nome do Gestor)

(CPF)

(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

11 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 - Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Resposta: Não se aplica a natureza jurídica da UJ

11.1.1 - Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Resposta: Não se aplica a natureza jurídica da UJ

11.2 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 - Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS			240118
Após análise dos registros contábeis e conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial inclusos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC Nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável - UGR, relativos ao exercício de 2012, refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS, observando apenas que as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	25/02/2013
Contador Responsável	Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF-006666/O-1

11.2.2 - Declaração com Ressalva

Resposta: A Declaração da UJ é a Plena, conforme item anterior, 11.2.1.

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 – Outras informações consideradas relevantes pela UJ

Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social foi um dos eixos centrais da IV Conferência Nacional de C&TI, que apontou, em suas conclusões finais, a importância de se ter recursos suficientes para ações neste tema. Foi, sugerido, inclusive, e como em documentos anteriores, a criação de um Fundo Social com recursos específicos para atividades de inovação social.

É essencialmente importante que a Secretaria tenha um incremento em recursos OGU de forma a possibilitar a execução de suas políticas de forma a reduzir a grande dependência de recursos provenientes de emendas parlamentares, que possuem uma característica de falta de integração com programas do governo federal, em sua maioria.

O FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento para Ciência e Tecnologia - Fundos Setoriais, nos anos de 2006 a 2009 destinou cerca de 3 para desenvolvimento social, via ações da SECIS. É de extrema importância que o FNDCT volte a destinar pelo menos este percentual de recursos para as ações da SECIS.

13 - INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

13.1 Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCTI				BRA/IICA/08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 112.412					
Objetivo da Consultoria: Planejar e executar estratégias de disseminação das ações com foco no fortalecimento dos canais de informação da SECIS, e em especial a política de apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/11/2012	07/04/2013	R\$ 60.000,00	R\$15.000,00	R\$00,00	R\$00,00
Insumos Externos					
Disponibilização pela SECIS de espaço para realização de entrevistas e atualização dos gestores sobre o andamento dos trabalhos de consultoria, bem como interação com os colaboradores. Microcomputador com acesso a Internet, aos sistemas e à impressora. Diárias, deslocamentos e passagens aéreas para realização das atividades decorrentes da prestação de serviços de consultoria, se necessário.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Criação e produção de apresentação institucional oficial da SECIS: Edição de Vídeo institucional em formato apropriado para exibição na WEB de 8 minutos, com filmagens e estruturas fornecidas pelo MCTI; Apresentação institucional da SECIS em formato determinado pelo Gabinete da SECIS. Produto 2: Documento orientador para a implantação e modernização dos CVTs revisado e diagramado, tratamento digital das imagens fotográficas e produção (apuração das informações, redação e diagramação) do Catálogo Nacional de CVTs. Produto 3: Criação de layout e diagramação do livro “CVTs 10 anos”; Criação de layout e diagramação do livro institucional sobre o trabalho desenvolvido pela SECIS.			21/12/2012	R\$15.000,00	
			21/02/2013	R\$24.000,00	
			21/04/2013	R\$21.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: André Luís César Ramos				CPF: 539.719.221-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla

Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCTI				BRA/IICA/08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 112.377					
Objetivo da Consultoria: Elaborar material de divulgação das ações da SECIS, e em específico à política de apoio à implantação e modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos – CVTs.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2012	01/042013	R\$60.000,00	R\$00,00	R\$00,00	R\$21.000,00
Insumos Externos					
Disponibilização pela SECIS de espaço para realização de entrevistas e atualização dos gestores sobre o andamento dos trabalhos de consultoria, bem como interação com os colaboradores; Microcomputador com acesso a Internet, aos sistemas e à impressora; Diárias, deslocamentos e passagens aéreas para realização das atividades decorrentes da prestação de serviços de consultoria, se necessário.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Relatório com as informações relativas aos projetos apoiados pela SECIS no âmbito das ações de Extensão Tecnológica, Arranjos Produtivos Locais, Inclusão Digital, Tecnologia Social e Assitiva e Tecnologias para Cidades Sustentáveis, com a descrição da ação, dados estatísticos e projetos de destaque, no período de 2008-2012.			01/01/2013	R\$ 15.000,00	
Produto 2: Relatório que será transformado em um livro comemorativo “CVTs 10 anos”. Esse documento deverá caracterizar-se como um dossiê que reunirá e relatará os fatos históricos, estatísticos e críticos já documentados ao longo dos últimos dez anos, período em que a SECIS configurou o CVT como uma política nacional e estratégica para a promoção de inclusão social.			01/02/2013	R\$24.000,00	
Produto 3: Elaboração de conteúdo para um livro institucional que reúna as principais ações desenvolvidas pela SECIS, bem como os projetos de destaque apoiados no período 2008-2012.			01/04/2013	R\$21.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ludmila Machado				CPF: 789.681.431-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura	IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCTI	BRA/IICA/08/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 112.396	
Objetivo da Consultoria: Elaborar GUIA do USUARIO para cada Módulo desenvolvido no SIGPROJETOS, com foco na compreensão da equipe da SECIS, de modo a facilitar a inserção dos dados dos projetos, acompanhamento,	

controle, monitoramento e avaliação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/11/2012	07/04/2013	R\$60.000,00	R\$9.000,00	R\$9.000,00	R\$ 45.000,00
Insumos Externos					
Disponibilização de sala de reuniões para realização do acompanhamento dos trabalhos e interação com os colaboradores.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo GUIA de USUÁRIO do Módulo de Projetos do novo sistema de Gestão da SECIS.			13/12/2012	R\$9.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo GUIA de USUÁRIO do Módulo de Obras e Emendas, do novo sistema de Gestão da SECIS.			13/02/2013	R\$36.000,00	
Produto 3: Documento técnico elaboração GUIA de USUÁRIO do Módulo Painel de Controle, do novo sistema de Gestão da SECIS.			07/04/2013	R\$15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lidiane Aparecida de Souza Queiroz				CPF: 996.922.361-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura					IICA
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCTI					BRA/IICA/08/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 112.395					
Objetivo da Consultoria: Permitir e validar a integração do sistema SIGPROJETOS com outros sistemas ativos do Governo Federal, a saber: PRÓTON – GERENCIAMENTE ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS, RECEITA FEDERAL (CNPJ e CPF), CORREIOS (CEP e LOGRADOUROS), GOOGLE (MAPAS e COORDENADAS GEOGRÁFICAS).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/11/2012	07/04/13	R\$60.000,00	R\$9.000,00	R\$9.000,00	R\$45.000,00
Insumos Externos					
Disponibilização de sala de reuniões para realização do acompanhamento dos trabalhos e interação com os colaboradores.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo relação dos casos de uso referente a integração do sistema SIGPROJETO com o sistema PRÓTON.			13/12/2012	R\$9.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo relação dos casos de uso referente a integração do sistema SIGPROJETO com o sistema de validação de informações públicas da RECEITA			13/02/2013	R\$36.000,00	

FEDERAL.		
Produto 3: Documento técnico contendo relação dos casos de uso referente a integração do sistema SIGPROJETO com o sistema público dos CORREIOS para validação de endereços e do sistema de localização e coordenadas geográficas do GOOGLE.	07/04/2013	R\$15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Rodrigo Souza Silva Almeida	CPF: 003.924.601-90	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura				IICA	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS/MCTI				BRA/IICA/08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 112.416					
Objetivo da Consultoria: Construir o Manual do Macrofluxo de Projetos e capacitar os servidores para a tramitação e o acompanhamento de projetos na SECIS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/12/2012	06/04/2013	R\$41.388,00	R\$00,00	R\$00,00	R\$00,00
Insumos Externos					
Disponibilização de salas de reuniões para realização do acompanhamento dos trabalhos e interação com os colaboradores; acesso aos sistemas de informações.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Manual do Macrofluxo de Projetos da SECIS (análise, aprovação e acompanhamento físico).			07/02/2013	R\$14.485,80	
Produto 2: Capacitação dos servidores com documento técnico (Material de Treinamento do Servidor, contendo metodologia e material instrucional).			06/04/2013	R\$26.902,20	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Francisca Bezerra Vale				CPF: 221.184.971-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

13.2 Análise Crítica

Considerando a troca de gestão ocorrida no início de 2012 e que se estendeu até outubro do ano em referência, o Projeto somente foi iniciado em outubro, após todas as instâncias diretivas terem assumido suas funções.

Assim a execução do Projeto ficou comprometida, tendo sido contratados alguns consultores para cumprimento dos objetivos estabelecidos no final do ano, com execução até a finalização do PCT, em abril de 2013.

Assim, a equipe de direção da SECIS solicitou ao IICA e à ABC/MRE a prorrogação do Projeto de Cooperação por mais um ano, de forma a possibilitar a execução de todos os objetivos e metas ainda a concluir.

14 – INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA

14.1 - Avaliação do Termo de Parceria Celebrado pela Unidade Jurisdicionada

Quadro B.38.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	04.521.441/0001-90	
	Nome	Núcleo de Empreendimento em Ciência, Tecnologia e Artes - NECTAR	
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	13.0009.00/2009	
	Data Celebração	31/12/2009	
	Registrado no SICONV	Não	
	Forma de Escolha da Entidade Parceira	-	
	Objeto	Implantação do Centro Vocacional Tecnológico de Metal-Mecânica de SUAPE PE.	
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	Início	31/12/2009
		Fim	31/1/2013
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	2.000.000,00
		Da Entidade	105.280,00

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	04.782.112/0001-00	
	Nome	Instituto de Tecnologia Social - ITS	
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	13.0026.00/2009	
	Data Celebração	31/12/2009	
	Registrado no SICONV	Não	
	Forma de Escolha da Entidade Parceira		
	Objeto	Realizar Pesquisa, desenvolvimento, capacitação e extensão tecnológica nas áreas de Tecnologia Assistiva e de Desenvolvimento Local.	
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	Início	31/12/2009
		Fim	30/4/2012
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	2.000.000,00
		Da Entidade	21.000,00

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		

Informações do Termo de Parceria	Número	13.0016.00/2010	
	Data Celebração	13/12/2010	
	Registrado no SICONV	Não	
	Forma de Escolha da Entidade Parceira		
	Objeto	Realização de estudos com vistas a identificar casos de sucesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho da Cidade do Recife.	
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	Início	13/12/2010
		Fim	31/1/2012
Valor Global (em R\$ 1,00)		Da UJ	500.000,00
		Da Entidade	-

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	04.887.441/0001-08	
	Nome	Instituto Muito Especial	
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	13.0020.00/2010	
	Data Celebração	3/12/2010	
	Registrado no SICONV	Não	
	Forma de Escolha da Entidade Parceira		
	Objeto	Montar um exemplo de casa acessível e reunir diversos produtos assistivos para facilitar a vida das pessoas com deficiência, pessoas idosas e outras com mobilidade reduzida na cidade do Recife.	
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	Início	3/12/2010
		Fim	31/1/2012
Valor Global (em R\$ 1,00)		Da UJ	1.500.000,00
		Da Entidade	-

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	06.223.459/0001-30	
	Nome	ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA – AASDAP	
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	13.0002.00/2011	
	Data Celebração	30/12/2011	
	Registrado no SICONV	Sim – 762308/2011	
	Forma de Escolha da Entidade Parceira	Executa o mesmo objeto por no mínimo cinco anos, conforme legislação atualizada.	
	Objeto	Manutenção das unidades do Centro de Educação Científica de Natal/RN e Macaíba/RN e Serrinha/RN e capacitação de 1.400 alunos em educação científica e formação continuada dos professores e educadores envolvidos no projeto.	
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
Período Vigência		Início	30/12/2011

	Valor Global (em R\$ 1,00)	Fim	15/02/2013
		Da UJ	4.160.649,00
		Da Entidade	84.911,20

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	06.223.459/0001-30	
	Nome	ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA – AASDAP	
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)		
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)		
Informações do Termo de Parceria	Número	13.0003.00/2012	
	Data Celebração	28/12/2012	
	Registrado no SICONV	778709/2012	
	Forma de Escolha da Entidade Parceira	Executa o mesmo objeto por no mínimo cinco anos, conforme legislação atualizada.	
	Objeto	Implantar e desenvolver projetos que promovam a Educação Científica para alunos da educação básica, a fim de oferecer e difundir o exercício da formação científica, artística, tecnológica, de comunicação e expressão, que não estão ao alcance de todos os setores da nossa sociedade e assim contribuir no processo de Inclusão Social. Promover ações que facilitem o acesso de alunos da rede pública de ensino às informações, que estimulem a produção de conhecimentos, a criação e produção de experimentos, a expressão de idéias próprias e sua fundamentação científica, visando a socialização desses conhecimentos e suas produções em outras instituições de ensino. Promover a formação continuada de professores com a participação dos nossos educadores e dos educadores parceiros das escolas públicas de referência dos nossos alunos, cujo objetivo é o de trocar experiências e reflexões sobre a prática pedagógica e o de fundamentá-la teoricamente.	
	UJ Parceira	Nome	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
		UG SIAFI	240101
	Período Vigência	Início	28/12/2012
		Fim	31/12/2013
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	5.140.305,10
		Da Entidade	138.512,22

14.2 - Valores Repassados em Razão de Termos de Parceira Firmados

Quadro B.38.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome		ASSOCIACAO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA – AASDAP	
CNPJ		06.223.459/0001-30	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	0
Fevereiro	2.080.324,50	Agosto	0
Março	50	Setembro	0
Abril	0	Outubro	2.080.324,50
Maio	0	Novembro	0
Junho	0	Dezembro	0
Total	2.080.324,50	Total	2.080.324,50

Quadro B.38.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2011	27	22.673.326,00
2010	71	34.952.054,00

14.3 - Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Em todos os Termos de Parceria, a aferição dos resultados é feita pela comparação entre as metas propostas e os resultados alcançados em cada instrumento firmado, a partir do quadro de Resultados e Metas, conforme previsto na Lei nº 9.790, art. 10 §2º inciso III, de 23/03/1999 e no art. 12, inciso I do decreto 3.100, de 30/06/1999.

QUADRO DE RESULTADOS E METAS

RESULTADOS	ATIVIDADES	INDICADORES	METAS	PESOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO

Explicando cada item:

- Resultado: acontecimento pretendido;
- Atividades: conjunto de ações ou eventos necessários para o alcance do resultado pretendido;
- Indicadores: fórmula ou métrica que possibilita a mensuração das metas;
- Metas: valor quantitativo ou qualitativo;
- Peso: ponderação para as metas, conforme a complexidade e nível de sacrifício ou trabalho exigido;
- Prazo: data ou limite de tempo para o alcance da meta.

MODELO DE SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

1) A avaliação de desempenho se baseará nos indicadores constantes do Programa de Trabalho, de acordo com os respectivos pesos estabelecidos.

2) Será calculado o esforço no alcance da meta acordada, por indicador em particular, o que implicará na determinação de notas de 0 (zero) a 10 (dez) para cada um, conforme a relação entre o resultado observado e a meta acordada, segundo a escala abaixo:

Resultado observado	Nota atribuída
96% ou mais	10
91% a 95%	9
81% a 90%	8
71% a 80%	6
61% a 70%	4
51% a 60%	2
50% ou menos	Zero

3) O resultado da multiplicação do peso pela nota corresponderá ao total de pontos atribuídos a cada indicador.

4) O somatório dos pontos dividido pelo somatório dos pesos corresponderá à pontuação média global da instituição.

5) A pontuação média global está associada a um respectivo conceito que deverá ser classificado conforme a seguir.

Pontuação global	Conceito
9,0 a 10,0 pontos	Excelente desempenho
7,0 a 8,9 pontos	Bom desempenho
6,5 a 6,9 pontos	Desempenho regular
6,0 a 6,4 pontos	Desempenho ruim
5,9 pontos ou menos	Desempenho péssimo

Quadro B.38.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria
(Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão - 13.0009.00/2009			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Osorio Coelho Guimaraes Neto	516.462.341-20	SECIS/MCTI	Portaria N.º422, de 17/06/11
Leda Cardoso Sampson Pinto	082.925.117-09	SECIS/MCTI	Portaria N.º422, de 17/06/11
Marcos Alberto de Carvalho	386.538.341-68	SECIS/MCTI	Portaria N.º422, de 17/06/11
Maria de Fátima Almeida Rocha	084.704.211-15	SECIS/MCTI	Portaria N.º422, de 17/06/11
Giane Naves Emerick	991.047.091-87	SECIS/MCTI	Portaria N.º422, de 17/06/11
Alexandre Francisco de Sousa leite	857.338.491-34	SECIS/MCTI	Portaria N.º422, de 17/06/11

Membros da Comissão - 13.0026.00/2009			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Marta Maria Guimarães	121.030.041-91	SECIS/MCTI	Portaria Nº 879, de 21/10/10
Maria Consuelo Gomes	644.558.828-04	SECIS/MCTI	Portaria Nº 879, de 21/10/10
Joelmo Jesus de Oliveira	885.177.645-87	SECIS/MCTI	Portaria Nº 879, de 21/10/10
Antonia Lidia Freitas Espindola	604.524.717-53	SECIS/MCTI	Portaria Nº 879, de 21/10/10
Andrea de Castro Bicalho	115.418.301-72	SECIS/MCTI	Portaria Nº 879, de 21/10/10
Cezário Bezerra de Souza	297.192.591-91	SECIS/MCTI	Portaria Nº 879, de 21/10/10

Membros da Comissão - 13.0016.00/2010			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
Eliane Ferreira da Silva	536.809.791-34	SECIS/MCTI	Portaria Nº 393, de 09/06/2011
Kayo Julio Cesar Pereira	234.016.528-85	SECIS/MCTI	Portaria Nº 393, de 09/06/2011
Rosangela do Nascimento Nunes	266.971.811-68	SECIS/MCTI	Portaria Nº 393, de 09/06/2011
Edinalva Luciano da Silva	305.283.801-68	SECIS/MCTI	Portaria Nº 393, de 09/06/2011
Andrea Ingrid Michele do Nascimento	404.343.892-34	SECIS/MCTI	Portaria Nº 393, de 09/06/2011
Marcos Alberto de Carvalho	386.538.341-68	SECIS/MCTI	Portaria Nº 393, de 09/06/2011

Membros da Comissão - 13.0020.00/2010	Ato de Designação
---------------------------------------	-------------------

Nome	CPF	Órgão que Representa	
Eliane Ferreira da Silva	536.809.791-34	SECIS/MCTI	Portaria Nº 377, de 07/06/2011
Cristina Yuriko Iamamoto	156.217.868-74	SECIS/MCTI	Portaria Nº 377, de 07/06/2011
Rosangela do Nascimento Nunes	266.971.811-68	SECIS/MCTI	Portaria Nº 377, de 07/06/2011
Edinalva Luciano da Silva	305.283.801-68	SECIS/MCTI	Portaria Nº 377, de 07/06/2011
Kayo Julio Cesar Pereira	234.016.528-85	SECIS/MCTI	Portaria Nº 377, de 07/06/2011
Marcos Alberto de Carvalho	386.538.341-68	SECIS/MCTI	Portaria Nº 377, de 07/06/2011

Membros da Comissão - 13.0002.00/2011			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
José Luiz Alckimin de Barros	131.821.578-20	SECIS/MCTI	Portaria Nº 414, de 05/06/2012
Alexandre Francisco de Sousa leite	857.338.491-34	SECIS/MCTI	Portaria Nº 414, de 05/06/2012
Osorio Coelho Guimaraes Neto	516.462.341-20	SECIS/MCTI	Portaria Nº 414, de 05/06/2012
Leda Cardoso Sampson Pinto	082.925.117-09	SECIS/MCTI	Portaria Nº 414, de 05/06/2012
Christiane Schoenfelder Correa de Lyra	597.314.199-34	MEC	Portaria Nº 414, de 05/06/2012
Luiz Hudson Guimarães	200.402.374-00	MEC	Portaria Nº 414, de 05/06/2012

OBSEVAÇÃO: Ainda não foram designados os membros da comissão do Termo de Parceria Nº 13.0003.00/2012.

Quadro B.38.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
044.919.918/00 01-04	3/1/2012	29/12/2009	31/10/2011	Em andamento	Em exigência
088.124.961/00 01-59	4/1/2012	1/2/2010	10/2/2011	Em andamento	Em exigência
019.377.514/00 01-99	3/2/2012	22/9/2010	22/9/2011	Em andamento	Em exigência
007.759.605/00 0-100	6/2/2012	31/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
005.497.968/00 01-99	6/2/2012	28/12/2007	21/12/2013	Em andamento	Em exigência
011.097.250/00 01-08	10/2/2012	26/10/2009	26/4/2010	Em andamento	Em exigência
007.538.347/00 01-31	10/2/2012	27/11/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
087.738.530/00 01-10	10/2/2012	16/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
007.829.496/00 01-50	13/2/2012	1/7/2010	13/11/2011	Em andamento	Em exigência
006.223.459/00 01-30	28/2/2012	31/12/2010	30/11/2011	Concluída	Aprovada
002.517.619/00	29/2/2012	31/12/2009	31/12/2011	Em andamento	Em exigência

01-01					
007.264.216/00 01-03	29/2/2012	23/12/2010	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
007.332.061/00 01-03	29/2/2012	18/11/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
019.784.131/00 01-35	6/3/2012	31/12/2009	30/9/2011	Em andamento	Em exigência
005.693.469/00 01-77	8/3/2012	31/12/2008	30/7/2013	Em andamento	Em exigência
06.987.299/000 1-04	8/3/2012	10/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
005.497.968/00 01-99	9/3/2012	31/12/2008	1/11/2011	Em andamento	Em exigência
046.177.523/00 0-109	9/3/2012	16/11/2009	27/10/2011	Em andamento	Em exigência
002.965.057/00 01-50	13/3/2012	31/12/2008	30/6/2011	Em andamento	Em exigência
005.487.631/00 01-09	14/3/2012	16/7/2008	16/7/2009	Concluída	Aprovada
004.887.441/00 01-08	16/3/2012	9/9/2010	30/10/2011	Em andamento	Em exigência
075.680.025/00 01-82	29/3/2012	30/6/2010	27/1/2011	Em andamento	Em exigência
046.177.523/00 01-09	30/3/2012	16/11/2009	27/10/2011	Em andamento	Em exigência
027.174.143/00 01-76	30/3/2012	31/12/2008	1/12/2011	Em andamento	Em exigência
046.177.523/00 01-09	2/4/2012	16/11/2009	27/10/2011	Em andamento	Em exigência
046.634.051/00 01-76	2/4/2012	18/12/2009	18/12/2011	Em andamento	Em exigência
027.165.570/00 01-98	3/4/2012	31/12/2008	28/2/2012	Em andamento	Em exigência
073.642.415/00 01-32	3/4/2012	20/6/2005	1/2/2012	Em andamento	Em exigência
088.124.961/00 01-59	3/4/2012	29/6/2005	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
005.497.968/00 01-99	16/4/2012	1/12/2011	1/12/2011	Em andamento	Em exigência
005.469.732/00 01-49	23/4/2012	29/12/2009	30/6/2011	Em andamento	Em exigência
007.360.823/00	23/4/2012	28/12/2009	13/3/2011	Em andamento	Em exigência

01-77					
046.523.247/00 01-93	25/4/2012	29/12/2009	30/9/2011	Em andamento	Em exigência
009.139.551/00 01-05	25/4/2012	31/12/2008	29/12/2011	Em andamento	Em exigência
011.303.906/00 01-00	25/4/2012	30/4/2010	30/9/2010	Concluída	Aprovada
011.286.341/00 01-91	9/5/2012	2/12/2009	20/11/2010	Em andamento	Em exigência
041.230.103/00 01-25	9/5/2012	17/8/2010	17/8/2011	Concluída	Aprovada
013.394.044/00 01-95	16/5/2012	31/12/2008	25/2/2012	Em andamento	Em exigência
002.884.153/00 01-74	21/5/2012	15/12/2011	15/12/2011	Em andamento	Em exigência
061.882.395/00 01-98	30/5/2012	31/12/2008	30/12/2011	Em andamento	Em exigência
045.358.249/00 01-01	6/6/2011	31/12/2007	3/3/2012	Em andamento	Em exigência
008.272.049/00 01-05	12/6/2012	26/11/2010	28/11/2011	Em andamento	Em exigência
001.613.731/00 01-75	14/6/2012	29/12/2006	31/8/2008	Em andamento	Em exigência
007.759.605/00 01-00	20/6/2012	31/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
00.0768.913/00 01-52	22/6/2012	30/12/2009	19/12/2011	Em andamento	Em exigência
000.768.913/00 01-52	29/6/2012	30/12/2009	28/12/2011	Em andamento	Em exigência
003.357.319/00 01-67	5/7/2012	29/12/2006	30/6/2011	Em andamento	Em exigência
075.393.082/00 01-80	6/7/2012	26/11/2010	29/11/2011	Em andamento	Em exigência
003.357.319/00 01-67	6/7/2012	29/12/2006	30/6/2011	Em andamento	Em exigência
007.829.496/00 01-50	11/7/2012	1/7/2010	16/12/2011	Em andamento	Em exigência
044.547.305/00 01-93	23/7/2012	31/12/2008	30/6/2011	Em andamento	Em exigência
013.394.044/00 01-95	23/7/2012	31/12/2008	25/2/2012	Em andamento	Em exigência
004.184.236/00 01-86	24/7/2012	30/11/2009	29/11/2011	Em andamento	Em exigência

012.250.916/00 01-89	24/7/2012	31/12/2008	31/12/2009	Em andamento	Em exigência
001.612.528/00 01-84	24/7/2012	31/12/2008	29/2/2012	Em andamento	Em exigência
007.152.420/00 01-32	25/7/2012	17/11/2010	1/4/2011	Concluída	Reprovada
041.230.103/00 01-25	25/7/2012	31/12/2008	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
012.250.916/00 01-89	30/7/2012	31/12/2008	31/12/2009	Em andamento	Em exigência
046.410.775/00 01-36	30/7/2012	31/12/2008	9/12/2011	Em andamento	Em exigência
005.943.030/00 01-55	30/7/2012	30/12/2009	26/11/2011	Em andamento	Em exigência
005.943.030/00 01-55	31/7/2012	30/12/2009	21/12/2011	Em andamento	Em exigência
088.124.961/00 01-59	1/8/2012	31/12/2008	27/3/2012	Em andamento	Em exigência
011.040.912/00 01-03	1/8/2012	31/12/2008	27/3/2012	Em andamento	Em exigência
007.403.769/00 01-08	1/8/2012	31/12/2007	31/10/2011	Em andamento	Em exigência
086.051.398/00 01-00	3/8/2012	28/12/2009	7/12/2011	Em andamento	Em exigência
003.013.534/00 01-40	3/8/2012	30/12/2010	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
041.230.103/00 01-25	6/8/2012	31/12/2008	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
008.439.549/00 01-99	7/8/2012	29/12/2006	22/7/2011	Em andamento	Em exigência
067.007.252/00 01-13	9/8/2012	17/10/2006	16/4/2008	Em andamento	Em exigência
067.007.252/00 01-13	10/8/2012	17/10/2006	16/4/2008	Em andamento	Em exigência
025.053.133/00 01-57	15/8/2012	3/11/2009	1/11/2011	Em andamento	Em exigência
041.230.103/00 01-25	17/8/2012	31/12/2008	15/2/2012	Em andamento	Em exigência
090.738.196/00 01-09	17/8/2012	29/12/2009	29/2/2012	Em andamento	Em exigência
001.682.869/00 01-26	23/8/2012	31/12/2008	3/1/2012	Em andamento	Em exigência
	24/8/2012	31/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência

002.965.057/00 01-50					
004.135.409/00 01-76	31/8/2012	31/12/2010	28/2/2012	Em andamento	Em exigência
002.965.057/00 01-50	3/9/2012	31/12/2008	30/12/2011	Em andamento	Em exigência
000.438.200/00 01-20	3/9/2012	22/12/2008	20/11/2010	Em andamento	Em exigência
036.446.029/00 01-49	14/9/2012	28/12/2009	28/6/2012	Em andamento	Em exigência
074.704.008/00 01-75	18/9/2012	10/12/2009	31/8/2012	Em andamento	Em exigência
013.937.057/00 01-63	25/9/2012	31/12/2008	30/12/2011	Em andamento	Em exigência
018.278.051/00 01-45	25/9/2012	31/12/2007	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
046.634.499/00 01-90	25/9/2012	31/12/2008	31/12/2011	Em andamento	Em exigência
000.394.718/00 01-00	27/9/2012	31/12/2007	14/3/2012	Em andamento	Em exigência
003.672.303/00 01-49	16/10/2012	31/12/2008	31/7/2011	Em andamento	Em exigência
001.146.604/00 01-03	17/10/2012	24/10/2010	30/10/2011	Em andamento	Em exigência
035.146.042/00 01-10	22/10/2012	31/12/2007	3/6/2010	Em andamento	Em exigência
010.572.055/00 01-20	31/10/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
001.614.343/00 01-09	31/10/2012	31/12/2007	30/12/2009	Em andamento	Em exigência
003.773.700/00 01-07	31/10/2012	1/7/2010	29/5/2012	Em andamento	Em exigência
010.572.055/00 01-20	1/11/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
010.572.055/00 01-20	5/11/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
010.572.055/00 01-20	5/11/2012	29/12/2009	30/11/2011	Em andamento	Em exigência
030.117.154/00 01-29	29/11/2012	31/12/2008	31/10/2009	Em andamento	Em exigência
000.413.724/00 01-67	30/11/2012	27/10/2009	14/5/2011	Em andamento	Em exigência
008.491.532/00 01-80	4/12/2012	31/12/2008	31/10/2011	Em andamento	Em exigência

076.995.448/00 01-54	18/12/2012	30/12/2008	29/8/2012	Em andamento	Em exigência
*Situação da Análise: ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada			**Decisão: ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência		

14.4 - Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

Resposta: Em todos os Termos de Parceria, a aferição dos resultados é feita pela comparação entre as metas propostas e os resultados alcançados em cada instrumento firmado, a partir do quadro de Resultados e Metas, conforme previsto na Lei nº 9.790, art. 10 §2º inciso III, de 23/03/1999 e no art. 12, inciso I do decreto 3.100, de 30/06/1999. Item discorrido no item 14.3.

ANEXO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FEVEREIRO/2013

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119/2012 e nº 121/2012, da Portaria-TCU nº 150/2012 e da Portaria-CGU nº 133/2013.

INTRODUÇÃO

Em consonância com a Parte A do Anexo Único da Portaria-TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, segue relação dos itens cujo conteúdo não será abordado no presente RG, por não se aplicar à natureza jurídica desta UJ: 1.4 Macroprocessos Finalísticos; 1.5 Macroprocessos de Apoio; 1.6 Principais Parceiros; 2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada; 2.4 Indicadores; 3.1 Estrutura de Governança; 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos; 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 3.4 Sistema de Correição; 3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU; 4.1 Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ; 5.1 Reconhecimento de Passivos; 5.2.2 Análise Crítica; 5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios (Não houve celebração de Instrumentos de Transferência nos últimos três exercícios); 5.4 Suprimento de Fundos; 5.5 Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ; 5.6 Gestão de Precatórios; 6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos; 6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários; 7.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros; 7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário; 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI); 8.2 Análise Crítica; 9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis; 9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água; 10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício (nesta UJ não houve ocorrência dessa natureza no exercício de 2012); 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna (não houve recomendações da CGU e do TCU referente à execução realizada nesta UJ, no exercício de 2012); 11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais; 11.6 Parecer da Auditoria Independente.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual			
Poder e Órgão de Vinculação			
Órgão de Vinculação: MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal / Ministério da Ciência e Tecnologia			
Denominação abreviada: CAIXA/MCT			
Código SIORG:	Código na LOA:		Código SIAFI: 240138
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Empresa pública – mandatária/órgão público			
Principal Atividade: Bancária – mandatária/agente operadora dos recursos do OGU			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	(61)3206 0152	(61)3206 9532	
E-mail: genef@caixa.gov.br			

Página na Internet: http://www.caixa.gov.br	
Endereço Postal: SBS, Quadra 4, lotes 3/4, Ed.Matriz I da CAIXA – 2º andar – Brasília/DF - CEP: 70092.900	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
A legislação, normas, diretrizes e procedimentos operacionais para aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União estão definidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, Portaria MCT nº 267, de 08 de abril de 2010, e OF 454/2009/SECIS/DEARE, de 30 de novembro de 2009, e OF 19/2010/SECIS/DEARE, de 16 de abril de 2010 e Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
240102	00001

RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DA CEF NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 1996, teve início o papel da CAIXA na administração de operações com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, quando, da assinatura do primeiro Contrato de Prestação de Serviços com então Ministério do Planejamento e Orçamento / MPO, cuja área finalística de atuação com a Caixa atualmente integra o Ministério das Cidades. A operacionalização dos programas do Governo Federal teve foco nas seguintes atribuições: análise de projetos, contratação, acompanhamento das obras e aprovação das respectivas prestações de contas.

A ampliação da atuação da CAIXA nestas atividades evidencia-se, ao longo dos anos, na medida em que se verifica atualmente a prestação de serviços a diversos órgãos do Governo Federal, cada qual com seus respectivos Programas, Modalidade e Ação de Governo. Esta diversidade está distribuída nas áreas de habitação, infra-estrutura econômica, social, saúde, assistência social, esportiva, rural, turística, urbana, saneamento e segurança pública.

A capilaridade da CEF permite que as contratações dos programas do OGU abranjam praticamente todo o território nacional.

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, representado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS, com o apoio técnico e operacional da Caixa Econômica Federal – CAIXA, vem proporcionando condições para implementar projetos que visem à capacitação computacional da população carente.

Para operacionalização desse Programa foi firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e a CAIXA um Acordo de Cooperação e o Contrato Administrativo

nº 02.0030.00/2005, de 08 de novembro de 2005, com vigência até 07 de novembro de 2010, conforme Oitavo Termo Aditivo de 29 de dezembro de 2009.

PROGRAMAS SOB A RESPONSABILIDADE DA CEF

Programa Inclusão Digital

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo Geral	Este Programa tem por objetivo o apoio a Projetos de Inclusão Digital para Inclusão Social, de modo a proporcionar à população menos favorecida o acesso às facilidades da tecnologia da informação, capacitando-a na prática básica das técnicas computacionais, voltadas tanto para o aperfeiçoamento da qualificação profissional, quanto para a melhoria do ensino.
Objetivos específicos	Objetiva dotar escolas públicas, bibliotecas e outras instalações públicas e privadas de equipamentos e móveis indispensáveis ao funcionamento de unidades de capacitação e treinamento em informática. Otimizar infraestrutura da rede computacional do sistema público de educação, saúde e segurança, visando a potencializar os Projetos de Inclusão Social.
Gerente do programa	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	SUAFI – SN de Administração Financeira SUREP – SN de Produtos de Repasse
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade em geral.

*Ação: Implantação de Centros de Acesso a Tecnologias Sociais – CATIS

Tipo da ação	Orçamentária
Finalidade	Promover a capacitação de jovens e adultos para o mercado de trabalho; Promover a capacitação de jovens e adultos na manutenção de equipamentos de informática; Promover a capacitação de jovens e adultos no uso dos recursos de informática; Apoiar a educação tecnológica de qualidade e o aperfeiçoamento profissional em informática; Aumento da oferta de conteúdos úteis e acesso a informação para subsidiar projetos locais; Apoio na implantação dos Territórios Digitais nas localidades atendidas com os CATIS; Fomento da economia local através da qualificação da mão-de-obra em suporte e manutenção de equipamentos; Difusão e popularização da ciência, tecnologia e inovação, integrando escolas a instituições de ensino e pesquisa; Ampliação do acesso a acervos de livros e documentos históricos; Ampliação da produção de conteúdos digitais e o compartilhamento de saberes através de redes de conhecimento; Ampliação do acesso a informação e serviços oferecidos pelas

	esferas de governo, iniciativa privada e Terceiro Setor; Ampliação dos fóruns de debate sobre a aplicação de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social; Implantação de Centros de Acesso a Tecnologia para Inclusão Social; Ampliação e modernização de laboratórios de informática.
Descrição	Objetiva o aperfeiçoamento da qualificação profissional, à melhoria do ensino, à difusão e popularização da ciência, permitindo a apropriação do conhecimento pela comunidade e possibilitando o trabalho colaborativo em ambientes interligados em rede e inseridos na Internet.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gestor do Programa - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Coordenador nacional da ação	Gestor do Programa - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Unidade Executora	Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas

***Ação: Infraestrutura de Conexão para Convergência Social e Cidade Digital**

Tipo da ação	Orçamentária
Finalidade	Integrar redes físicas e lógicas de acesso à Internet; Apoiar conexão em banda larga sem fio ou em rede híbrida; Integrar, em rede, os Programas e Ações da SECIS. Promover a integração de comunidades rurais e urbanas, por meio da interação à distância; Apoiar iniciativas de implantação de Convergência Social e Cidade Digital nas três esferas de governo; Promover redução de custos operacionais na utilização dos meios de comunicação através da Internet; Viabilizar a implantação de sistemas de governança municipal com baixo custo operacional, por meio do compartilhamento da infraestrutura da rede; Ampliar o acesso aos serviços públicos (Governo Eletrônico – e-Gov), através da Internet; Prover os equipamentos necessários à implantação da Convergência Social e Cidade Digital.
Descrição	Objetiva possibilitar o alinhamento estratégico e operacional e otimizar infraestrutura e recursos públicos, visando a potencialização dos projetos de inclusão social, com cobertura principalmente do sistema público de educação, saúde e segurança.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gestor do Programa - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Coordenador nacional da ação	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Unidades executoras	Gerência Nacional de Execução Financeira de Programas

INDICADORES DE DESEMPENHO

Desde 2002, a SUREP/GEATO identifica e acompanha os pontos críticos do processo OGU por meio do Modelo de Métricas/Fatores de Impacto e Indicadores de Desempenho, ferramenta amplamente reconhecida por prover o processo decisório de informações capazes de orientar a adoção de medidas preventivas e corretivas, visando minimizar a ocorrência de eventos que possam comprometer a atuação da CAIXA na operacionalização dos Programas, bem como de garantir um padrão de desempenho desejado. Essa sistemática está estruturada da seguinte forma:

Modelo de Métrica – Fatores de Impacto:

- ✓ Fatores de Alerta/Desempenho do Processo: visam avaliar a eficiência da CAIXA na gestão do produto; foram definidos com base nas diretrizes internas, expressas nos normativos em vigor, bem como nas metas qualitativas estabelecidas pela SUREP/GEATO para a operacionalização dos programas do OGU.
- ✓ Fatores de Conformidade do Processo: objetivam avaliar o controle dos aspectos legais do produto e seguem o disposto na legislação vigente, também refletida nos normativos internos da CAIXA.

Modelo de Métrica – Indicadores de Desempenho: objetiva verificar e acompanhar o processo no âmbito da CAIXA quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos esforços empreendidos.

OBRAS ATRASADAS E/OU PARALISADAS

Nos fatores de impacto não é feita a verificação pontual das situações de atraso e/ou paralisação das obras dos contratos. No entanto, as situações citadas são alvo de averiguação por meio de dois critérios: contratos com início de obra autorizado há mais de 120 dias, sem registro de evolução física e contratos com percentual de obra maior que zero, mas sem registro de evolução física há mais de 120 dias. Essas situações se devem a uma série de fatores, como, por exemplo:

- Dificuldades/imprevistos na implantação dos projetos;
- Demora dos tomadores na obtenção e encaminhamento de documentos – projetos, licenças, registros, boletins de medição;
- Baixa capacidade de gestão / equipes técnicas insuficientes / descontinuidade administrativa dos Tomadores;
- Dificuldades para realizar a contrapartida;
- Adversidades climáticas;
- Atraso / ausência de repasse.

PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	-			
2010	1.755.050,00		1.755.050,00	
2009	2.999.985,94	100.000,00	2.899.985,94	

2008	-			
2007	120.000,00		120.000,00	
2006	80.000,00	80.000,00		
TOTAIS	4.955.035,94	180.000,00	4.775.035,94	0,00
Observações:				
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelados Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	-	-	-	-
2010	47.258.442,12	27.488.015,60	19.112.426,52	658.000,00
2009	300.000,00		300.000,00	
2008	-			
TOTAIS	47.558.442,12	27.488.015,60	19.412.426,52	658.000,00
Observações:				

Fonte: SIAFI

TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MCTI	MCTI					
CNPJ: 01.263.896.0022/99	01.263.896.0022/99					
UG/GESTÃO: 240138/0001	240138/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Contrato de Repasse	0	0	248	24.187.462,46	9.848.382,05	6.561.562,50
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	0	248	24.187.462,46	9.848.382,05	6.561.562,50

Fonte: SIAPF/SIAFI

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: MCTI			
CNPJ: 01.263.896.0022/99			UG/GESTÃO: 240138/00001
Modalidade	Qtd. de instrumentos	Valores (R\$ 1,00)	% do Valor global repassado

	com vigência em 2013 e seguintes	Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	até o final do exercício de 2012
Contrato de Repasse	295	80.342.313,74	65.439.455,29	-	81,5
Totais	295	80.342.313,74	65.439.455,29	-	81,5

Fonte: SIAPF

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: MCTI				
CNPJ: 01.263.896.0022/99			UG/GESTÃO: 443023	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos	
			(Quantidade e Montante Repassado)	
			Contratos de Repasse	
2012	Contas prestadas	Quantidade	43	
		Montante Repassado	5.219.100,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	95	
		Montante Repassado	15.928.385,64	
2011	Contas prestadas	Quantidade	82	
		Montante Repassado	10.263.766,68	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	10	
		Montante Repassado	2.019.899,00	
2010	Contas prestadas	Quantidade	98	
		Montante Repassado	8.910.405,05	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	150.000,00	
Anteriores a 2010	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	
		Montante Repassado	265.000,00	

Fonte: SIAPF

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: MCTI			
CNPJ: 01.263.896.0022/99		UG/GESTÃO: 240138/00001	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos
			Contratos de Repasse

2012	Quantidade de contas prestadas			68
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	12
			Contas Não analisadas	3
		Montante repassado (R\$)		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	53
			Quantidade Reprovada	0
			Quantidade de TCE	2
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0
Montante repassado (R\$)			0	
2011	Quantidade de contas prestadas			80
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		80
		Quantidade Reprovada		0
		Quantidade de TCE		0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0
		Montante repassado (R\$)		0
2010	Quantidade de contas prestadas			107
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		107
		Quantidade Reprovada		0
		Quantidade de TCE		0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0
		Montante repassado		0
Exercícios anteriores a 2010	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0
		Montante repassado		0

Fonte: SIAPF

CONFORMIDADE E TRATAMENTO DER DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Apontamentos/Recomendações CGU	Resposta CAIXA
30º Sorteio de Municípios	Atendimento complementar por meio do ofício: 1646/2011, de 03 de agosto de 2011, remetido ao MCT;
32º Sorteio de Municípios	Atendimento complementar por meio do ofício: 1028/2011, de 11 de fevereiro de 2011, remetido ao MCT;
33º Sorteio de Municípios	Atendimento complementar por meio do ofício: 1435/2011, de 05 de julho de 2011, remetido ao MCT;
Plano de Providências	Não foi apresentado pelo Gestor.

DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

Relativamente ao gerenciamento do cumprimento das disposições da referida lei, declaramos, para fins de comprovação perante o TCU, que todos os empregados da CAIXA são obrigados a apresentar anualmente a esta Instituição a Declaração de Bens e Valores em uma das seguintes formas:

- autorizar o acesso, por meio eletrônico, à sua Declaração de Ajuste Anual do IRPF com as respectivas retificações, apresentadas à SRFB, do Ministério da Fazenda; ou
- apresentar anualmente, em envelope lacrado, Formulário de Entrega da Declaração de Bens e Valores, declarando todos os bens e valores.

A Declaração em papel é entregue na unidade de lotação do empregado, que autua processo e o mantém arquivado em local adequado à preservação do sigilo das informações, trancado sob responsabilidade do gestor da unidade.

A obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Valores está disposta em normativo interno desta Empresa, MN RH059 – Declaração de Bens e Valores – Apresentação à CAIXA, cujos registros quanto ao cumprimento constam no SISRH.

Em caso de descumprimento da norma, cabe ao gestor da unidade a responsabilidade pela cobrança ao empregado e sujeita o responsável às cominações previstas no Regulamento de Pessoal da CAIXA.

ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos do programa são originários do Orçamento Geral da União e de contrapartida dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades das respectivas administrações direta e indireta.

Composição do Investimento

O investimento é composto por todas as parcelas de custos orçadas para os projetos necessários à execução do objeto, conforme detalhado no Plano de Trabalho, sendo constituído com recursos provenientes do Orçamento Geral da União e da contrapartida de responsabilidade do Contratado.

A contrapartida é integralizada com a parcela de recursos próprios do Contratado ou de terceiros com o objetivo de compor o investimento e complementar o valor alocado pela União em conformidade com a legislação vigente.

A proporção da contrapartida mínima exigida para participação no Programa está definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício.

Contratações no Exercício

Considerando vencimento do Contrato de Prestação de Serviços MCT/CAIXA em 07/11/2010, sem que o Gestor tenha retornado à CAIXA proposta de renovação da parceria, em 2011 e 2012 não tivemos seleção de novas propostas, nem a decorrente execução orçamentária e contratação.

Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ricardo Magno Paula Ramos, CPF nº 484.418.301-00, **(Gestor Financeiro)**, exercido na UG 240138/00001 –CEF/MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG

Brasília, 28 de fevereiro de 2013.

Ricardo Magno Paula Ramos

484.418.301-00

Gestor Financeiro – UG 240138/00001

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		240138	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, di Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico) regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	20 FEV 2013
Contador Responsável	Maria do Socorro Ferreira	CRC nº	9448/DF

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Contratações no Exercício

Considerando vencimento do Contrato de Prestação de Serviços MCT/CAIXA em 07/11/2010, sem que o Gestor tenha retornado à CAIXA proposta de renovação da parceria, em 2011 e 2012 não tivemos seleção de novas propostas, nem a decorrente execução orçamentária e contratação.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS PREVISTA EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

COBRADO ATÉ 2012	COBRADO EM 2012	TOTAL RECEBIDO ATÉ 2012	RECEBIDO EM 2012	A RECEBER 31/12/12
3.382.941,70	160.961,83	3.399.944,03	165.376,91	416,10
OBS: Incluído no total recebido até 2012, recebido em 2012 e a receber 31/12/2012 o valor da atualização monetária.				